

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA -

AMAZÔNIA ORIENTAL

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral

**Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais
no Estado do Pará, Brasil.**

Belém-Pará
2007

Amaral, Waldiléia Rendeiro da Silva

Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil / Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral. - Belém, PA: UFPA. Centro de Ciências Agrárias: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

Orientada pelo Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

136 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

1. Mulher rural – Pará – Brasil. 2. Sindicalismo rural. I. Título.

CDD 331.409811

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –
AMAZÔNIA ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral

**Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais
no Estado do Pará, Brasil.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia
Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Drº: Gutemberg Armando Diniz
Guerra

Belém-Pará
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –

AMAZÔNIA ORIENTAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral

**Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais
no Estado do Pará, Brasil.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará e da
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia
Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e
Desenvolvimento Sustentável

Data : 27/07/2007

Banca Examinadora:

Gutemberg Armando Diniz Guerra (orientador)

Titulação: Doutor em Socioeconomia do
Desenvolvimento

Nome: Maria Luzia Miranda Álvares

Titulação: Doutora em Ciência Política.

Nome: William Santos de Assis

Titulação: Doutor em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade.

Nome: Aquiles Simões (Examinador Suplente)

Belém - Pará

2007

A todas as pessoas que labutam a terra e
lutam na esperança de viver um mundo
justo, com igualdade e solidariedade, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão à minha família, em especial, aos meus pais: Wenilson Rendeiro da Silva (*in memoriam*) e a minha mãe Maria Sacramento da Silva que sempre incentivaram a minha formação;

À Márcia Muchagata e Tatiana Sá pela amizade e pela força inicial nesta caminhada. Sou muito grata a vocês!

À CAPES pela concessão de bolsa por dois anos;

Ao meu orientador, Gutemberg Armando Diniz Guerra, que me incentivou e apoiou a trilhar por novos caminhos de conhecimento que vão além da minha formação agrônômica,

Aos Diretores (as) e funcionários da FETAGRI pela gentileza de me disponibilizar informações sobre a história da Federação. Agradecimento especial a Euci Ana Gonçalves pelo carinho e confiança em mim depositada. Ao Raimundo Ferreira Junior pelo apoio nas viagens e à Helena Ferreira, Getúlio, Jurema, Zezé e Cris com quem sempre pude contar.

Aos (as) trabalhadores (as) rurais que me concederam as entrevistas.

Agradeço aos professores que participaram da banca de qualificação e da avaliação final da dissertação, especialmente a Iran Veiga pelas críticas e sugestões que foram importantes para o delineamento do trabalho e ao William de Assis pelas leituras e sugestões. Não posso deixar de agradecer de forma muito especial a Maria Luzia Álvares, com quem tive o privilégio de contar com sua valiosa contribuição para o amadurecimento deste.

Aos meus antigos e novos amigos (as) com quem pude contar de diferentes formas nesta caminhada: Rodney Salomão, Mauro Silva, Denyse Gomes, Thiago Amaral, Walcelir Rendeiro e Cleyce Costa. Agradecimento especial à Carmen Foro, companheira de luta! Que ao longo dessa caminhada muito me ensinou e acrescentou.

À Isanira Pereira pela elaboração da ficha catalográfica e a Gordon Armstrong pela gentileza de fazer a tradução do resumo para o inglês.

Ao Gustavo, meu grande tesouro desta vida, pelas alegrias que me proporcionas. Mesmo sendo uma criança, procurava compreender, ao longo do trabalho de pesquisa, que sua mãe precisava ficar em vários momentos ausente, mesmo estando presente.

E, finalmente, um agradecimento especial ao meu querido Manuel pelo companheirismo constante.

LISTA DE FIGURAS

Organograma da FETAGRI.....pg 29

Mapa de Localização dos Sindicatos.....pg 35

LISTAS DE FOTOS

Foto 1 II Plenária de Trabalhadoras Rurais da FETAGRI em Belém pg 116

Foto 2 Participação das trabalhadoras Rurais na II Marcha das Margaridas em Brasília, em agosto de 2003.....pg 117

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Relação do número de homens e mulheres presentes nas fundações dos STR's no Pará..... pg 69
- Gráfico 2 Distribuição dos(as) filiados(as) nos STTR's por Regionaispg 94
- Gráfico 3 Relação de homens e mulheres em cargos de presidência nos STTR's.....pg 97
- Gráfico 4 Relação de homens e mulheres em cargos da executiva e suplência nos STTR's...pg 98
- Gráfico 5 Distribuição em porcentagem dos cargos na Direção Executiva dos STTR's.....pg 99
- Gráfico 6 Porcentagem da forma de auto organização de mulheres no interior dos STTR's...pg 99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Distribuição dos STR's por Regionais.....	pg 31
Quadro 2 de informações sobre os entrevistados (as).....	pg 38
Quadro 3 Cronologia de participação das mulheres no Sindicalismo Rural do Pará e Brasil.....	pg 92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Cargos ocupados por mulheres no momento das fundações dos STTR's no período de 1960 a 2005.....	pg 70
--	-------

LISTA DE SIGLAS

CEMTR - Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CNTTR - Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

CONCLAT - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DNTR - Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FMAP - Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará

FNO - Fundo Constitucional do Norte

FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GAM - Grupo de Apoio às Mulheres

GTA - Grupo de Trabalho da Amazônia

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMNEPA - Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense

MEB - Movimento de Educação de Base

MODERT - Movimento pelo Desenvolvimento da Região Tocantina

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR - Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MMTR - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra a Domicilio

PRORURAL – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PT - Partido dos Trabalhadores

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

ULTAP - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	pg 18
PARTE I CENÁRIO DE PESQUISA E METODOLOGIA.....	pg 27
CAPITULO I DELINEANDO O CENÁRIO DE PESQUISA.....	pg 28
I.1 O cenário da pesquisa.....	pg 28
I.2 Procedimentos Metodológicos e Técnicos.....	pg 32
PARTE II FEMINISMO, MULHERES ORGANIZADAS E GÊNERO.....	pg 40
CAPITULO II O FEMINISMO E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS.....	pg 41
II 1 Um pouco da história do feminismo no mundo e no Brasil.....	pg 41
II 2 Organização das Trabalhadoras Rurais.....	pg 48
II.3 O conceito de Gênero.....	pg 54
PARTE III SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ LIGADOS À FETAGRI: ONDE ESTÃO AS MULHERES?.....	pg 62
CAPÍTULO III BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ.....	pg 63
III.1 Começando a conversa: a inserção dos questionamentos de participação das mulheres na direção dos STR´s e da FETAGRI.....	pg 73
III 2 Mecanismos adotados para a participação das mulheres nas instâncias de direção da FETAGRI e STR´s.....	pg 78
CAPITULO IV PRESENÇA DE MULHERES NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS DA FETAGRI.....	pg 93
CAPÍTULO V MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO NOS SINDICATOS E AS PRÁTICAS SINDICAIS: dificuldades, mudanças e desafios.....	pg 101

V.1 Homens e mulheres compartilhando a direção dos sindicatos.....	pg 109
V.2 Principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres entrevistadas nos sindicatos rurais..	pg 111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	pg 121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	Pg 124
ANEXOS	

RESUMO

Este trabalho analisa a presença das mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará. Reflete a história da construção do sindicalismo de trabalhadores rurais na região enfocando a alteração de seu perfil, ao longo dos últimos trinta anos, com destaque para a participação das mulheres. Baseia-se em documentos históricos e entrevistas com diferentes atores que ocupam posições no movimento sindical em níveis nacional, estadual e municipal. No total, foram realizadas quinze entrevistas. A partir das reflexões sobre o conceito de gênero, fez-se questionamentos aos dados que pudessem esclarecer os debates e opiniões sobre em que medida a atuação feminina na direção do sindicato tem alterado as práticas sindicais. A pesquisa aponta para caminhos de reflexão e a necessidade de novos estudos. A intensificação do debate sobre gênero no movimento sindical e a adoção de instrumentos de estímulo e garantia da participação tem aumentado o número de mulheres na direção das organizações sindicais de trabalhadores rurais. Este esforço não tem sido suficiente para que a presença feminina se iguale à masculina, ocupando as mulheres cargos de menor relevância nestas organizações. Revelam-se as dificuldades vivenciadas por elas e ocorrência de antigas práticas de discriminação. Finalmente, apresentam-se novos posicionamentos a serem tratados pela organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Palavras chaves: sindicalismo, gênero e Amazônia.

ABSTRACT

This work analyzes the presence of women in the rural workers' unions of the State of Pará. It considers the unionization of the rural workers in the region, focusing on the change in its profile over the past thirty years and highlighting the participation of women. The work is based on historical documents and interviews with different actors who occupied positions in the union movement at national, state and municipal levels. In total, fifteen interviews were conducted. Through considerations of the concept of gender, questions are raised on the information which could resolve the debates and opinions on the extent to which female involvement in union management has changed union practices. The research indicates directions for further consideration and the need for further studies. The deepening of the debate on gender within the union movement and the adoption of instruments to stimulate and secure participation has increased the number of women in the leadership of the union organizations of rural workers. This effort has not been sufficient to bring female presence to the same level as male participation, with women occupying positions of lower relevance in these organizations. The difficulties experienced by these women and the occurrence of old discriminatory practices are revealed. Finally, new proposals to be considered by the union organization of workers and rural workers are presented.

Key words: unionism, gender, Amazon.

INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre a crescente participação das mulheres na vida social, mas quando se pensa na ocupação da maioria dos espaços públicos na sociedade, o senso comum nos faz pensar que sejam ocupados, normalmente, por homens. Nos sindicatos, considerados como esfera pública, não é diferente. De acordo com Giuliani (2004), as organizações sindicais são estruturas de caráter relativamente estável que produzem códigos de conduta, mediam as relações de trabalho e instituições democráticas. Os sindicatos foram construídos como “*locus*” masculino. Delgado (1998) nos diz que neles são produzidos códigos, valores, linguagens e práticas que se tornaram características dos homens, no quadro das relações de gênero que predominam na sociedade.

No meio rural, as mulheres foram educadas para desempenhar atividades ligadas à casa e ao seu arredor. Este espaço, como bem lembram Freire *et al* (2005), é um grande laboratório da vida para a agricultura familiar, pois é lá que se fazem as experiências e plantios, é o lugar dedicado ao cultivo de plantas medicinais, de frutíferas, das hortas, das pequenas criações. É nele que encontramos o jirau, construção de madeira, servindo como sustentáculo para tantas atividades no entorno da casa. Nos jiraus há especialização de plantas e ervas medicinais, de plantas que servem para o tempero da comida, de plantas decorativas. É onde se fazem também, os preparados para o grupo familiar. Localizado ao ar livre, neste afazer a água escorre para os animais ciscar, fuçar e se reproduzir (GUERRA, 2007). As atividades relacionadas à educação dos filhos, ao trabalho com a lavoura, ou seja, ao espaço considerado como privado, foram reservadas para as mulheres.

Os homens foram educados para ocupar os espaços públicos, como o relacionamento com a política, o comércio, a religião, entre outros. Os ensinamentos e prática do uso do espaço público como de dominação dos homens, geram várias conseqüências. Uma delas diz respeito ao comprometimento dos interesses das mulheres que correm riscos de não serem representados.

De acordo com Guerra (1999, p.1), os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's reúnem agricultores e criadores que têm como base de produção, culturas alimentares, pequenas criações e/ou criações de bovinos em escala reduzida. Utilizam a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviços. Além destes, os STR's agregam assalariados rurais e categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas). Nessas organizações, que se circunscrevem em torno de profissões, em princípio todos os membros são iguais e tem chances iguais. Porém os sindicatos de trabalhadores rurais é um exemplo claro de um espaço masculinizado. Delgado (1998, p.49), a partir de informações do IBGE/PNAD de 1989, mostra que as mulheres constituíam somente 7% dos membros das diretorias de sindicatos de trabalhadores rurais. Ou seja, os espaços tanto de representação quanto de posição são masculinizados. Isso além de ser injusto mostra a difícil caminhada das mulheres para ampliar sua ação política. Embora as mulheres historicamente tenham presença menor do que os homens como dirigentes, participam junto com os homens na luta sindical tanto urbana quanto no campo.

O perfil do sindicalismo de trabalhadores rurais tem se modificado nas últimas três décadas. Nessa alteração, inclui-se o aumento de mulheres sindicalizadas e na composição de cargos de direção. Fruto das organizações das trabalhadoras rurais dentro do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, pautadas na luta pela conquista de direitos iguais de gênero, levantaram-se reivindicações como o reconhecimento enquanto trabalhadoras, o que representou a possibilidade de sua sindicalização. Com o acesso à documentação pessoal, saúde, salário maternidade e documentação como assentada, as mulheres

conseguiram estabelecer mecanismos para aumentar sua participação nas instâncias diretivas das organizações sindicais, em congressos e processos eleitorais.

Na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG¹, Federações dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG’s e Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, organizações mistas, compostas por homens e mulheres, que integram o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, esta alteração, quanto ao aumento da participação das mulheres nas direções, é relativamente recente, pois se iniciou, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990.

Até meados de 1980 havia poucas mulheres associadas aos sindicatos. Essa lacuna dava-se pela resistência do movimento sindical em aceitar sua sindicalização. Ela era representada pela figura do agricultor, reconhecida como sua esposa e não como alguém com direito a uma profissão. Predominava a visão de que o “Sindicato não era lugar de mulher”. Pelo menos enquanto espaço social desejável, uma vez que existem trabalhos que demonstram que eventualmente foram as mulheres que se destacaram nesta atividade (MIELE, 1992). Nesta mesma década, entre 1981 e 1984, foram realizadas campanhas pela sindicalização no Brasil, sobretudo por mulheres membros dos sindicatos do Sul do País e de Pernambuco (BONI, 2004 e PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004), mobilizadas no nível local e estadual, fizeram campanhas para sindicalização das trabalhadoras rurais e contribuíram para impulsionar, em 1985, o apoio à sindicalização feminina no IV Congresso da CONTAG.

Na medida em que as mulheres começaram a sindicalizar-se, permitiram-se que vários questionamentos viessem à tona para a sua participação em espaço anteriormente vedado nas

¹ A CONTAG é uma entidade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Agrupa e articula 25 Federações Estaduais e 3.630 Sindicatos, que compõem o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais –MSTTR (CONTAG, 2006).

organizações sindicais, como: mecanismos para ampliação de sua representatividade na organização sindical, em Congressos e processos eleitorais, foram adotados, além de que, surgem então as primeiras diretoras dos sindicatos de trabalhadores rurais, nas Federações e na CONTAG. No Estado do Pará, a primeira mulher eleita como presidenta de um sindicato foi Maria de Jesus pertencente ao Sindicato de Jacundá, no Sudeste Paraense, em 1985 (ASSIS, 2007 p. 112). Na FETAGRI estadual, Rita da Luz Serra, foi a primeira dirigente a compor a diretoria executiva da direção em 1993. Na CONTAG, no V Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em 1992, foram eleitas as primeiras mulheres a participar da diretoria efetiva da Confederação²:

A CONTAG no período de 1995 a 1999 deu saltos importantes para a alteração da representatividade feminina no MSTTR. Parte desses saltos se reflete na constituição da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR³, a adoção da política de cota para sua diretoria executiva, a aprovação da cota de no mínimo 30% de mulheres como princípio estatutário para todas as instâncias do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de 50% de mulheres nos cargos formativos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI é uma entidade de representação que congrega 142 sindicatos de trabalhadores rurais do Estado do Pará. O Estado conta com 143 municípios. O único município que não possui sede de sindicato é o de Quatipuru, localizado na região do Nordeste Paraense. Segundo estimativas da FETAGRI⁴, representa mais de 500 mil trabalhadoras e trabalhadores rurais. A se confirmar, isto representaria 24% da população rural paraense identificada no Censo de 2000 (IBGE, 2000). Os STR's foram

² Tereza Silva, Josefa Silva, Maira Bottega e Margarida Pereira da Silva (CONTAG, 2002 p.35).

³Foi criada com a finalidade de analisar a condição e posição social das trabalhadoras rurais e propor estratégias e políticas específicas que possibilitem superar todas as formas de discriminação e opressão de gênero. É composta por uma representante e suplente de cada federação filiada à Confederação e mais uma coordenadora nacional e diretoras efetivas da CONTAG (MASCENA, 2002 p. 135).

⁴ Dirigente da FETAGRI estadual em março de 2006.

consolidados em uma escala nacional, definidas suas abrangências de base municipal; as Federações de Trabalhadores na Agricultura – FETAG's no nível estadual e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - a CONTAG, no nível nacional.

Na Federação se adotou a política de cota na sua diretoria em 1999, estendendo-se como princípio estatutário, para os sindicatos. Por conta da implementação da cota elevou-se o número de mulheres nas instâncias da direção da FETAGRI. Até 1991 as mulheres ocupavam apenas cargos de suplência e secretaria geral, considerados secundários na hierarquia das entidades.

Quanto à adoção destes mecanismos pelos STR's no Pará, não há um acompanhamento destas mudanças na estrutura sindical e na composição de cargos com a criação desses novos espaços pela FETAGRI e nem pela produção acadêmica. A pouca sistematização dos dados pelas entidades tem sido um entrave na busca de informações sobre o sindicalismo dos (as) trabalhadores (as) no Estado, tanto para os estudos a cerca do tema quanto para as informações básicas para o bom desempenho dos dirigentes sindicais.

O interesse em fazer pesquisa sobre trabalhadoras rurais no sindicalismo no Estado do Pará iniciou a partir de minha vinculação profissional, quando contratada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI. No período de 2001 a janeiro de 2005, prestar serviços de assessoria no âmbito da Secretaria de Mulheres daquela organização, me permitiu vivenciar momentos importantes e de aprendizado na convivência, como as participações em Congressos da Federação, reuniões de diretores e delegados sindicais, reuniões da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais em Brasília, Plenárias de mulheres, entre outras atividades, constituindo-se como importante fonte de registros e percepção sobre as relações de gênero no mundo sindical. Pode-se ilustrar como a reunião de planejamento da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais - CEMTR/PA, realizada em junho de 2002

que representou, entre tantos vivenciados, um importante momento de reflexão para extrair informações sobre o sindicalismo no Pará. A Comissão foi criada como forma de articulação de demandas específicas de mulheres entre as Regionais⁵ que compõem a Federação, visando propor estratégias e políticas específicas que possibilitassem superar as formas de discriminação praticadas contra às mulheres, assegurar, ampliar e fortalecer a participação política das trabalhadoras rurais nos espaços de decisão do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. É constituída pela Secretaria de mulheres da FETAGRI e trabalhadoras eleitas nas regionais. Foi formada em 1999, porém em 2001 é que a Comissão começa a funcionar de fato.

A reunião da CEMTR/PA objetivava avaliar o processo de organização das mulheres trabalhadoras rurais no Pará, no período de 1990 a 2002, e planejar as ações da CEMTR para o período 2002-2003, uma vez que no ano de 2002 iniciava a nova gestão da coordenadora da CEMTR, assumida em abril do mesmo ano.

Por meio de discursos das (os) dirigentes sindicais presentes neste fórum, constatava-se que o sindicalismo de trabalhadores ligados à FETAGRI estava se alterando, pelo menos em termos numéricos, com maior presença das mulheres. Em outros momentos, durante a minha permanência na FETAGRI, pude registrar e concluir dos discursos nesses fóruns, que houve a ampliação do número de mulheres nos encontros sindicais, na diretoria executiva e nos cargos de suplência da FETAGRI, ocupando cargos de presidência nos Sindicatos e o aumento do número de sindicatos com secretarias específicas de mulheres na sua estrutura organizacional.

⁵ Refere-se à divisão estabelecida pela FETAGRI, como espaços de articulação e implementação das políticas do sindicalismo rural no Estado, servindo como ligação entre os STR's, e a realidade de âmbito municipal e a FETAGRI Estadual. As regionais são em número de nove assim nomeadas: Bragantina, Sudeste, Transamazônica, Ilhas do Marajó, Guajarina, Tocantina, Salgado, Sul e Baixo Amazonas.

Naquele momento e no cotidiano das atividades da Secretaria de Mulheres da FETAGRI, configurou-se uma oportunidade de aprendizado e do conhecimento da realidade na qual se atuava. Percebeu-se que não haviam informações sistematizadas que dessem consistência aos discursos sobre a realidade a que se referiam, em termos de números de mulheres sindicalizadas, ocupação de cargos nos STR's, ações e estratégias desenvolvidas por estas, as dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados para responder aos objetivos para as quais estas organizações foram criadas.

Estas imprecisões favorecem a discursos ancorados em frases de efeito, sem consistência para a definição de estratégias de fortalecimento da organização. São discursos convencionais que corroboram práticas consumidoras do fazer político e que se esgotam em si mesmas.

Este contexto suscitou-nos um conjunto de interrogações. Como as mulheres que são lideranças chegaram a ocupar esses cargos? Que alterações estariam ocorrendo na prática sindical, quando as mulheres assumem papel de destaque nos STR's? Quais as dificuldades enfrentadas por elas para a realização de suas atividades na organização sindical.

Estudos que tratam do sindicalismo e do MSTTR (ABRAMOVAY & SILVA, 2000; BONI, 2004; DEERE, 2004; GUERRA, 2001; LAVINAS, 1991; TURA, 1996) têm apontado que há sinais específicos de gênero com o aumento de mulheres nos sindicatos. Seja por meio dos trabalhos ou das discussões, produzem um olhar e um conteúdo diferenciado para a ação do sindicalismo e afirmam que houve alteração no que diz respeito à presença das mulheres no movimento sindical, ainda que esta presença não tenha alterado substancialmente todas as práticas discriminatórias no sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Tratando do fortalecimento do movimento de mulheres trabalhadoras rurais na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais – CONTAG, Abramovay & Silva (2000), destacam o aumento da participação feminina e da discussão sobre gênero no âmbito da

CONTAG, ressaltando os conflitos e discordâncias nas discussões sobre a participação das mulheres em cargos. Nestas discussões as mulheres são vistas como uma ameaça pela possibilidade de questionamento da maneira como é conduzida a política nos sindicatos e das relações intrafamiliares.

Boni (2004), analisando as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, em Santa Catarina, relata que as mulheres que estão em postos de direção no sindicato têm enfrentado dificuldades, principalmente por falta de apoio e compreensão por parte dos homens, e devido ao acúmulo das suas atividades no STR somadas a atividades fora desta esfera como produtiva e a doméstica.

O presente estudo tem como objetivo geral verificar a partir do ponto de vista de diferentes atores, homens e mulheres em diferentes posições no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, em que medida a atuação feminina na direção do sindicato tem alterado ou não as práticas sindicais.

Este trabalho foi estruturado em três partes distribuídas em cinco capítulos. Na primeira parte apresenta-se o cenário da pesquisa e os passos metodológicos e técnicos. Na segunda, são abordados momentos históricos do feminismo no mundo e no Brasil, sua influência na organização das trabalhadoras rurais e a construção do conceito de gênero. A terceira parte dividida em três Capítulos, faz um breve histórico da formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no Estado do Pará, ligados a Federação de trabalhadores rurais, localizando o momento de inserção dos questionamentos e de mecanismo para a participação das mulheres nas instâncias diretivas sindicais. No segundo capítulo, apresenta um panorama da participação das mulheres nas direções dos sindicatos no estado. Em seguida, detém-se na situação vivenciadas pelas mulheres nas direções sindicais e as práticas sindicais. Na conclusão é feita uma reflexão sobre as

alterações e permanências de práticas e os desafios que se colocam para a organização sindical no Estado do Pará.

PARTE I
CENÁRIO DE PESQUISA E METODOLOGIA

CAPITULO I DELINEANDO O CENÁRIO DE PESQUISA

I.1 O cenário da pesquisa.

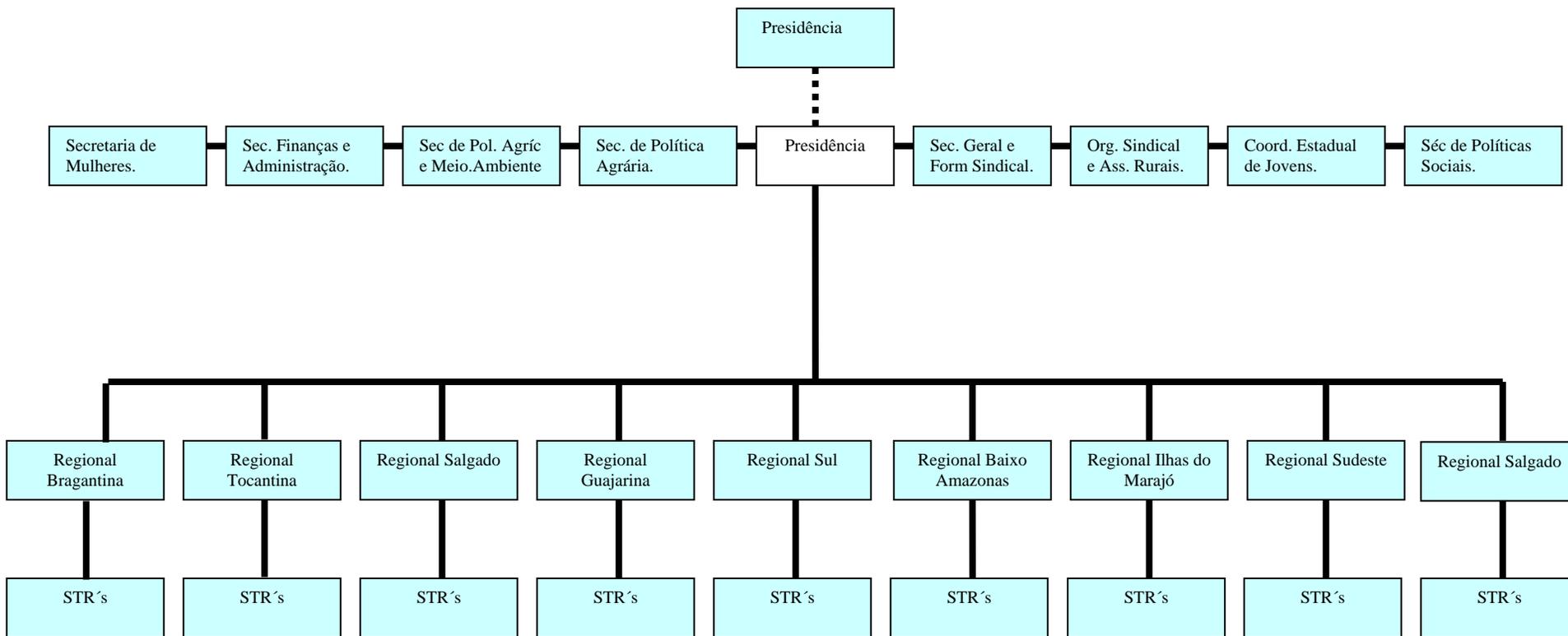
A estrutura organizacional da FETAGRI, representada na Figura 1, é distribuída da seguinte forma:

a) Diretorias executivas estaduais, compostas de seis secretarias e uma coordenação Estadual de Jovens, Regionais e os Sindicatos. As Secretarias são organizadas por assuntos: Finanças e Administração, Organização Sindical e Assalariados rurais, Secretaria de Mulheres, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Política Agrícola e Secretaria Geral e Formação Sindical. Estas se orientam para o acompanhamento das políticas no estado e no nível municipal, construindo estratégias do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

b) Nove Regionais são representadas por meio de cargos de coordenadores (as) e vices. Estas regionais servem de elo de ligação entre os sindicatos, entre a realidade de âmbito municipal e a FETAGRI. As coordenadorias Regionais situam-se nas sedes municipais de Capanema, Santarém, Marabá, Barcarena, Cachoeira do Arari, Redenção, Santa Izabel, Altamira e Baião, que aglutinam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e filiados.

A presidência foi um cargo que se tentou diluir desde 1987, com a constituição de uma coordenação geral. A cultura de presidencialismo, presente na política dos sindicalistas, exige que se projete a figura de um representante máximo da categoria, o que vem ocorrendo nas três últimas gestões da FETAGRI, frustando a expectativa das primeiras direções assumidas pela oposição sindical.

Figura 1: Organograma da FETAGRI



Fonte: Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte: FETAGRI

As Regionais são classificadas em: Bragantina, Sudeste, Transamazônica, Ilhas do Marajó, Guajarina, Tocantina, Salgado, Sul e Baixo Amazonas. Segundo Tura (1996), essa classificação estabelecida pela FETAGRI, difere da divisão regional adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uma vez que sua classificação é realizada para fins estatísticos e na definição das mesorregiões-geográficas baseia-se nos processos sociais de desenvolvimento. Para a FETAGRI a criação de suas Regionais deu-se por motivos políticos organizacionais, tendo em vista as grandes dimensões do Estado do Pará. Baseia-se nas articulações políticas locais que nasceram dos processos de lutas enfrentados pela categoria durante a construção de movimentos regionais. No Quadro 1 estão organizados os nomes de STR's distribuídos nos municípios que compõem as Regionais da Federação. A coordenação regional localiza-se nos municípios em negrito. É importante frisar que a Regional Alto Tocantina, extinta em 2006, era composta por quatro municípios: Breu Branco, Goianésia, Novo Repartimento e Tucuruí sendo absorvida pela Regional Sudeste, comportando atualmente 21 sindicatos. Para efeito de demonstração preferiu-se considerá-la em uma só. O sindicato de Belém, criado em 21 de maio de 2006, pertencente a Regional do Salgado, abrange nove ilhas ao redor de Belém (Combú, Grande, Murutucu, Jutuba, Paquetá, Cotijuba, Urubuoca, Maracujá, Rio Periquitaquara). As Ilhas de Mosqueiro e Outeiro encontram-se em discussão para sua integração ao sindicato de Belém. Este STR possui em torno de 800 sócios, na maioria mulheres. Quanto à composição de cargos há cinco mulheres na direção. No total, a FETAGRI agrega 142 STR's, cobrindo todo o Estado do Pará, apenas o município de Quatipuru não possui sindicato.

Quadro 1 Distribuição dos STR's por Regionais.

REGIONAL	Nº DE STR'S	MUNICÍPIOS
Bragantina	28	Capanema , Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Timboteua, N. Esperança do Piriá, Paragominas, Primavera, Peixe-Boi, Ourém, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São Domingos Capim, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará, Viseu, Ulianópolis, Tracuateua, Salinópolis
Transamazônica	11	Altamira , Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Rurópolis, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.
Sudeste	21	Marabá , Abel Figueiredo, Brejo G. do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Parauapebas, Rondon do Pará, São Geraldo Araguaia, São Dom. do Araguaia, São João Araguaia, Breu Branco, Goianésia, Novo Repartimento e Tucuruí.
Ilhas do Marajó	15	Cachoeira do Arari , Afuá, Anajás, Breves, Currealinho, Chaves, Gurupá, Muaná, Melgaço, Portel, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari, Soure, S. Sebastião B. Vista, Salvaterra.
Guajarina	9	Barcarena , Abaetetuba, Acará, Bujarú, Concórdia do Pará, Mojú, Tailândia, Tomé Açu e SERMTAB ⁶
Tocantina	7	Cametá , Baião, Bagre, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará.
Salgado	18	Santa Isabel , Ananindeua, Benevides, Colares, Curuçá, Castanhal, Inhangapi, Igarapé. Açu, Marapanim, Maracanã, Magalhães Barata, São Caetano de Odivelas, S. Francisco do Pará, S. João da Ponta, Sto. Antonio Tauá, Santa Bárbara, Vigia, Terra Alta.
Sul	15	Redenção , Água Azul do Norte, Banach, Cumarú do Norte, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Pau D' Arco, Ourilândia do Norte, Rio Maria, Santa M. Barreiras, São Félix Xingu, Santana do Araguaia, Sapucaia, Tucumã, Xinguara..
Baixo Amazonas	17	Santarém , Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Terra Santa, Trairão.
	1	Belém
TOTAL	142	

Organizado por Waldiléia Amaral, 2006. Fonte: FETAGRI.

⁶ Sindicato de Empregados Rurais dos Municípios de Mojú, Tailândia e Breu Branco com sede no Município de Mojú.

I. 2 Procedimentos Metodológicos e Técnicos

O presente estudo tem caráter exploratório e como essência o ponto de vista de diferentes atores sobre a presença das mulheres no sindicalismo de trabalhadores rurais. Para isso seguiu-se um percurso metodológico simples. Cabe ressaltar que a metodologia aqui entendida compartilha como o conceito de Portella, Silva e Ferreira (2004 p. 1) que a compreende como um percurso e um instrumental próprio para a abordagem da realidade, que envolve as concepções teóricas, o conjunto das técnicas que permitem a apreensão da realidade e o potencial criativo do (a) pesquisador (a).

O primeiro passo foi relatar a história do sindicalismo de trabalhadores (as) no Pará atentando-se para a presença das mulheres neste processo. Para isso, buscaram-se informações a partir de alguns estudos existentes na região para conhecer sobre a história do sindicalismo de trabalhadores ligados à Federação e complementou-se por meio de documentos disponíveis nos arquivos da Federação: Anais de Congressos, Relatórios de Reuniões, cadastros, correspondências enviadas entre outros documentos, procurando-se identificar em que momento a discussão sobre a efetiva participação das mulheres começa a ser internalizada na FETAGRI.

Neste percurso, realizou-se exaustiva pesquisa para se ter uma lista de todos os STR's com suas respectivas datas de fundações e composição da direção . Alguns problemas foram encontrados para obter essas informações. Embora existisse sistematização por data de fundação, no período de 1965 a 1987 dos STR's realizado por Guerra (s/d). Nesta, não havia, informações sobre a presença das mulheres nas diretorias das fundações. Na Federação as informações referentes a cada sindicato encontravam-se organizadas em pastas e classificadas por Regional. Dos 141 sindicatos, em 23 deles não havia informações completas (data de

fundação, componentes da diretoria) ou por vezes nenhuma informação, ou seja 16, 31% dos STR's, distribuídos na Regional Bragantina (Tracuateua, São João de Pirabas, Santa Luzia, Ipixuna do Pará e Garrafão do Norte); Transamazônica (Brasil Novo, Ruopólis e Senador Porfírio); do Sudeste (Breu Grande do Araguaia, Curionópolis e Breu Branco); Ilhas do Marajó (Afuá, Muaná e Santa Cruz do Arari); Salgado (São João da Ponta, Vigia e Terra Alta) e da Regional Sul (Água azul do Norte, Banach, Pau D' arco, Rio Maria, Sapucaia e Tucumã). Dos demais, 83.69 % obteve-se informações de datas de fundações compreendidas do período da década de 1960 até 2005.

A revisão bibliográfica foi realizada ao longo da pesquisa visando ajudar na reflexão e, sobretudo para suprir as limitações da autora diante do contexto da pesquisa, o que envolve aspectos sociais e antropológicos. A autora é engenheira agrônoma, formada pelo processo de intervenção prática que reduz a idéia de aplicação de tecnologia a ser solução em si mesma.

Para compreender melhor a situação atual referente à presença e auto organização de mulheres no interior dos STR's filiados à FETAGRI, utilizaram-se informações de um levantamento sobre a organização e participação política das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR, conduzido pela FETAGRI, por meio de um formulário (ANEXO 1) enviado para todos os STR's, por meio de fax ou correio ao longo do período compreendido entre julho de 2005 e novembro de 2006.

O acesso limitado aos dados naquele momento, em função da deficiente comunicação junto aos 141 STR's⁷ que compõem a estrutura organizacional da Federação em vários municípios do Pará, não permitiu recolhimento de suficientes elementos para uma reflexão exaustiva da situação em que se encontra a organização das mulheres no interior dos STR's.

⁷ O sindicato de Belém, recém criado, não fez parte da amostra para este estudo.

Indica, *a priori*, o reconhecimento de que o presente levantamento apresenta limitações. A solicitação feita por escrito (correio e fax) acompanhados de recados por mensageiros e telefonemas não foram suficientes para a obtenção de retorno de todos os STR's.

Foi possível obter 40% de formulários preenchidos, ou seja, dos 141 sindicatos, 56 responderam, distribuídos por Regionais, da seguinte forma: Guajarina: 6, Transamazônica: 3; Bragantina: 15, Sul: 2; Sudeste: 7; Salgado: 10; Baixo Amazonas: 9 Tocantina:3 e Ilhas:1

O formulário foi elaborado pela Secretaria de Mulheres da Federação com a colaboração da autora. O formulário contém perguntas sobre período, atuação, composição e ações desenvolvidas pelos STR's, tais como: fundação, número de associados por sexo, distribuição de cargos ocupados na executiva e suplência, cota de mulheres incorporadas no estatuto do sindicato, atividades desenvolvidas pelos STR's referente às mulheres.

Com base nas informações citadas anteriormente, limitou-se o escopo do estudo para a Região Nordeste Paraense. Nesta região a organização sindical dos trabalhadores rurais tem uma história antiga. Foi nela que iniciou a colonização agrícola no Estado do Pará e a criação dos primeiros sindicatos oficiais de trabalhadores rurais ligados à FETAGRI. É uma região marcada por uma forte transformação da vegetação primária, substituída ao longo dos anos por vegetação secundária (capoeiras). Localizada entre as latitudes de 1°26' N e 1° 40' S e longitude de 47°24' W GRV e 48°30', possui uma área de 83.074,04 Km² e uma população de aproximadamente 1.664.761 habitantes⁸, sendo que a maioria reside no meio rural. A grande maioria da área dos municípios que compõem a região é ocupada por pequenas propriedades inferiores a 100 ha. Destaca-se a produção agrícola de farinha de mandioca, feijão milho, arroz, malva, juta, maracujá, pimenta-do-reino e frutífera em geral (MANESCHY, AQUINO e RIBEIRO, 2004).

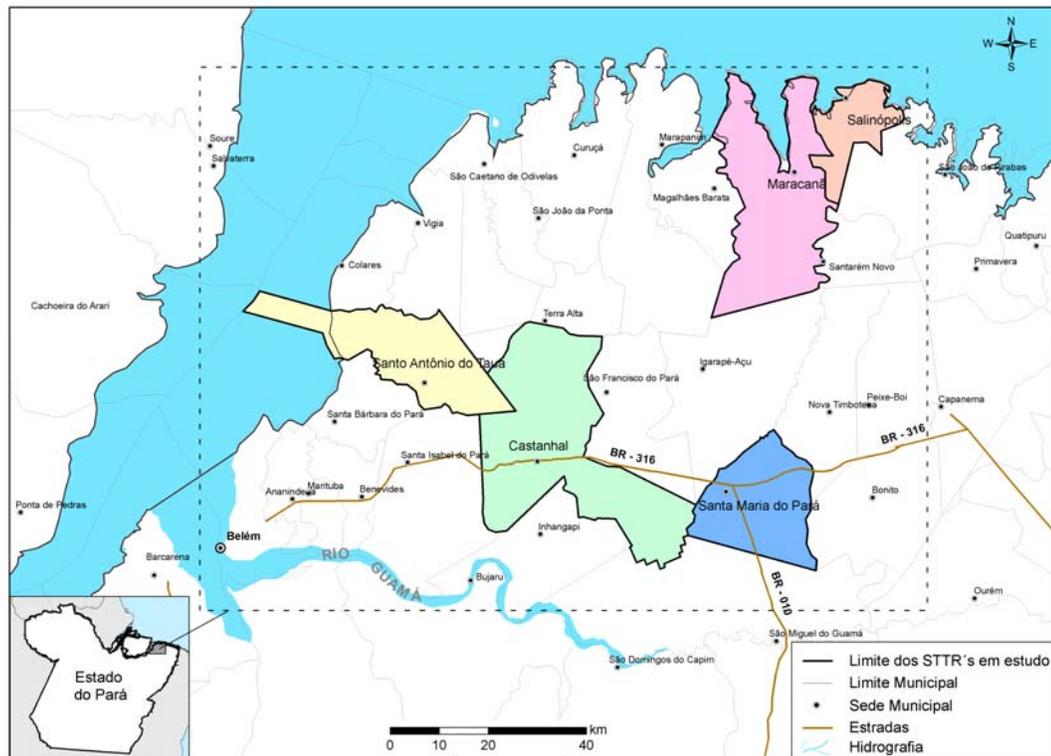
Entendendo que o sindicalismo dessa região se diferencia das demais regiões do Estado,

⁸ Acessado em http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Nordeste_Paraense.

optou-se em seguir o critério de representatividade em termos de número de STTR's existente na região, por conta da limitação de tempo para este estudo. De acordo com a classificação da FETAGRI por Regional, a Bragantina agrega 28 sindicatos e a Região do Salgado envolve 18 STR's, fazendo que juntas correspondam a 46 STTR's dos 141 ligados a FETAGRI, ou seja, 33%.

Dentre as regionais foram escolhidos cinco sindicatos de Trabalhadores Rurais representados na Figura 1. Os sindicatos são os de Salinópolis e de Santa Maria, ambos pertencentes a Regional da Bragantina. Na Regional do Salgado foram escolhidos os STTR's de Castanhal, Maracanã e Santo Antônio do Tauá.

Figura 1 : Mapa de Localização dos Sindicatos escolhidos.



Elaborado por Salomão, 2007.

Para a escolha dos STR's alguns critérios foram seguidos. Inicialmente privilegiou-se mulheres que exercem cargos nos sindicatos, uma vez que o intuito era trazer à tona, a partir de

seus pontos de vista, a situação vivenciada por elas na organização sindical e em relação aos avanços e dificuldades para as mulheres no MSTTR. Nesse primeiro ponto, foram escolhidos os sindicatos onde havia mulheres em cargos de presidência. Neste caso, em 2006, entre os meses de outubro e novembro, período em que foi realizado o trabalho de campo (coleta de depoimentos), existiam três mulheres pertencentes aos sindicatos de Salinas e Santa Maria, ambos da Região Bragantina, e Maracanã e na Região do Salgado exercendo tal função. Os demais: Santo Antônio do Tauá e Castanhal foram escolhidos por não possuir mulheres como presidente, mas ocupando outros cargos na direção do sindicato, além da disponibilidade que os dirigentes, naquele momento, teriam para conversar sobre o engajamento de mulheres em outros cargos e funções dos sindicatos. A idéia aqui era extrair alguns pontos de vista dos homens sobre questões relacionadas às mulheres. Ao lado disso, um fator importante para a escolha, no caso de Castanhal, foi por ter sido o primeiro sindicato fundado no Pará e considerado como conservador no que concerne à prática política e sindical..

Em relação à escolha do sindicato de Santo Antônio do Tauá, um dirigente sindical que ocupa cargo na direção estadual da FETAGRI e atua na Regional do Salgado, colaborou para essa escolha quando da apresentação, pela autora, do objetivo da pesquisa para os dirigentes sindicais da FETAGRI. Verificou-se a disponibilidade de se obter entrevista neste local, pois lá era possível se obter informações a respeito de uma nova dinâmica vivenciada, com a entrada de uma mulher na direção executiva. As mulheres sempre ocupavam cargos de suplência e o presidente ocupou o cargo por 18 anos.

Além das três mulheres que ocupavam cargos na presidência de três sindicatos e dois homens que ocupavam os mesmos cargos em dois sindicatos, foram entrevistados outros sindicalistas⁹

⁹ Entendido como membros de diretorias ou membros ativos dos sindicatos de trabalhadores rurais da região.

(ver perfil em ANEXO 2), obedecendo aos critérios : (1) lideranças sindicais que participaram do processo de inserção do tema de gênero na FETAGRI, Regional ou STR; (2) Participação na diretoria; (3) sócio do sindicato; (4) acessibilidade (temporal e espacial) no momento da realização das entrevistas.

É importante frisar que durante o trabalho de campo, obteve-se uma entrevista com a Coordenadora Nacional das Trabalhadoras Rurais da CONTAG, aproveitando-se da passagem dela para uma atividade em Belém, o que proporcionou extrair informações importantes para o estudo, uma vez que esta ocupou cargos de direção da FETAGRI Pará durante o período de 1991 a 2004 e acompanhou o processo de inserção das discussões sobre a participação efetiva das mulheres na Federação.

Em suma, foram realizadas 15 entrevistas sintetizadas no Quadro 2. Quanto ao perfil dos entrevistados (as), foram ouvidas 12 mulheres. Desse total 58.33 tinham entre 28 a 39 anos de idade. As demais, 25% tinham entre 40 a 50 anos e somente 16.67% tinham entre 51 a 65 anos. Os três homens tinham entre 46 e 59 anos de idade. Dos (as) entrevistados (as) todos são casados ou possuem companheiros (as), com exceção de uma que é viúva. As mulheres têm, em média, 3 filhos, exceto uma que não tem filho.

Quadro 2 Informações sobre os entrevistados (as).

Organização	Nº de entrevistados (as)		Posição ocupada no MSTTR	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
CONTAG		1		Coord. da CNMTR
FETAGRI	1	2	Secretário de Finanças	Secretária de Mulheres e Secretária de Políticas Agrícola e Meio Ambiente
STTR de Salinas		4		Presidência, Secretária de Mulheres, Secretária de Políticas sociais e Delegada Sindical
Regional do Salgado		1		Coordenadora regional
Regional da Bragantina		1		Vice coordenadora Regional
STR de Maracanã		1		Presidência
STR de Santo Antônio do Tauá	1	1	Presidência	Secretária de Finanças
STR de Castanhal	1		Presidência	
STR Santa Maria		1		Presidência
Total	3	12		

Realizou-se entrevistas por meio de um questionário com questões abertas baseadas em um roteiro (ANEXO 3), contendo perguntas relacionadas à discussão para a participação das trabalhadoras rurais nos espaços de direção do sindicalismo, temas trabalhados pelas mulheres que ocupam cargos na direção da organização, tipos de mudanças sofridas no sindicato quando tem mulher ocupando cargo na direção, fatores de interferência no desempenho das mulheres para ocupar cargos de direção na organização sindical; tipos de dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelas trabalhadoras rurais para a realização de suas atividades; avaliação sobre a participação das mulheres na direção das estruturas sindicais. O questionário sofreu alterações no decorrer da aplicação, principalmente para os homens, uma vez que haviam perguntas direcionadas exclusivamente para as mulheres como se pode ver no questionário em anexo.

As entrevistas foram previamente marcadas. Como a autora prestou serviço de assessoria

na FETAGRI, a maioria dos entrevistados a conhecia ou já a tinha visto em alguma atividade da Federação, o que facilitou o contato, exceto nos sindicatos de Castanhal e Santo Antônio do Tauá, necessitando de um dirigente da FETAGRI para apresentá-la. Em cada entrevista falava-se dos objetivos do trabalho, explicando-se que tratava-se de um exercício acadêmico e que se procurava estudar a presença das mulheres no sindicalismo dos trabalhadores (as) rurais, dos avanços, das dificuldades que elas enfrentavam no dia-a-dia e, de como se deu para chegar a assumir um cargo no sindicato.

As entrevistas foram realizadas, no caso das mulheres que ocupam cargo de presidência, fora do sindicato, por conta de suas agendas no período, aproveitando-se desta forma de atividades em que elas participavam. As entrevistas, neste caso, foram marcadas em horários que não interferissem em suas atividades. Ao nosso ver isso possibilitou que ficassem mais à vontade em falar. As demais ocorreram na sede do sindicato.

Para as entrevistas utilizou-se o gravador, previamente negociado, justificando que não seria possível anotar toda a conversa. O seu uso, aparentemente, não causou constrangimento ou inibição por parte do entrevistado, talvez pelo pequeno tamanho do aparelho, provocando até o esquecimento de sua existência. Cada entrevista variava no tempo entre 40 a 80 minutos. Posteriormente as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora. Outros instrumentos de trabalho serviram como fonte de informações para contribuir na elaboração dos textos como o registro fotográfico e o uso de caderno de campo. Além desses instrumentos, um fator que ajudou na coleta de informações foi a vivência da pesquisadora nas prestações de serviços de assessoria na Secretaria de Mulheres da Federação, sendo responsável por várias vezes na elaboração de atas de reuniões, relatório de plenária entre outros documentos.

PARTE II
FEMINISMO, MULHERES ORGANIZADAS E GÊNERO.

CAPITULO II O FEMINISMO E SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS.

Este capítulo pretende trazer informações sobre a contribuição do feminismo para o processo de organização das trabalhadoras rurais e da alteração do perfil do sindicalismo rural, bem como da definição do conceito de gênero, discussão pertinente para o objetivo da pesquisa.

I.1 Um pouco da historia do feminismo no mundo e no Brasil

A busca pela defesa dos direitos das mulheres em diversos aspectos da vida social e as várias conquistas nesse terreno forma sem sombra de dúvidas, contribuições importantes decorrentes da ação do feminismo. Essa busca começa antes do feminismo se tornar um movimento social¹⁰.

Foi a partir do século XVIII na Europa, Estados Unidos e Inglaterra, período marcado por revoluções, onde são dados os primeiros passos do feminismo. É na França que o feminismo começa a ganhar forma de ação política organizada. Homens e mulheres, lado a lado, participam do processo revolucionário. Neste momento, as mulheres revolucionárias francesas percebem que as conquistas políticas não se estenderam ao seu sexo e reivindicam direitos universais de cidadania. (ALVES e PITANGUY, 2003).

Segundo Álvares (2006) há duas fortes tendências que dominarão na historia do movimento feminista internacional: a liberal burguesa e a socialista. O feminismo liberal é aquele voltado para as conquistas dos direitos iguais de participação política das mulheres e o Socialista atrelava-se na perspectiva de a libertação da mulher ser possível através de sua independência econômica. De acordo com Álvares (2006), a luta por uma sociedade sem classes recairia na

¹⁰ Entendido aqui a partir de Chazel (1995) que o considera como um “empreendimento coletivo de protesto e contestação que visam impor mudanças de importância variável, na estrutura social e ou política através dos recursos freqüentes, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados” (CHAZEL, 1995 p.291).

ruptura com as desigualdades de sexo, gênero e raça e que portanto não seria necessário argüir as questões específicas da mulher visto que elas estariam diluídas nas mais gerais.

O feminismo liberal tem origens francesas e inglesas, como de Olympe de Gouge (1748-1793) que de acordo com Alves & Pitanguy (2003), ainda nesse século, esta escritora conhecida na época por sua defesa das idéias revolucionárias, constata que os textos publicados na época, não envolviam preocupações relacionadas à situação da mulher. Dessa forma publica, em 1791, um texto intitulado: Os Direitos da Mulher e da Cidadã, onde propõe a inserção da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens, tanto de obrigações quanto de direitos. A escritora foi guilhotinada três anos depois. A sentença que a condenou acusava-a de desejar ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo. (ALVES & PITANGUY, 2003 p.34). Esse discurso da escritora será utilizado novamente durante todo o século XIX pelas feministas, na sua luta pelo sufrágio.

Várias ações foram realizadas pelas mulheres durante o período revolucionário deste século: elaboraram manifestos, mobilizaram-se em motins contra os preços altos, participaram dos principais eventos, formaram clubes políticos, reivindicavam a igualdade na educação e por igualdade civil.

No século XIX, as mulheres reivindicavam também a igualdade de salários. Na revolução industrial cresce o número de mulheres no mercado de trabalho, não havendo a igualdade salarial entre os sexos. Os operários homens alegavam que a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho atingia o nível de seus salários. O movimento operário discriminava as mulheres, repudiando seus ingressos no mercado de trabalho, impendendo-as de se filiar aos sindicatos. Nesse período, a análise socialista começa a se estruturar. No âmbito desta análise, é entendido que a situação das mulheres aparecem como parte das relações de exploração na sociedade de

classe. Por outro lado, embora houvesse diferencial entre aqueles, o movimento feminista se fortifica como um aliado do movimento operário na luta por melhores condições de trabalho.

A luta pelo direito de votar, foi uma luta específica das mulheres que iniciou no século XIX, uma vez que a luta pelo sufrágio universal, não incluía o gênero feminino, restringindo ao universo masculino¹¹. A movimentação na luta pelo direito de votar se espalhou em vários lugares do mundo ao longo do tempo intensificando-se com as revoluções burguesas do final do século XVIII.

No Brasil, em vários Estados intensifica-se a mobilização das mulheres requerendo o direito de votar no início do século XX. De acordo com Álvares (1990 apud ÁLVARES, 2001) no Pará, na primeira onda do movimento feminista, considerada onda sufragista, as paraenses nucleadas no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino, na década de 1920 e 1930 traduzem suas práticas em divulgar as idéias de Bertha Lutz¹² por meio dos jornais da época, onde demonstram suas defesas aos direitos de igualdade política feminina.

A conquista do voto não se deu de forma linear nos diferentes países. No Brasil, por exemplo, o direito de votar se deu em 1932. Com a fundação do Partido Republicano Feminino por Deolinda Daltro em 1910 no Rio de Janeiro se retomou o debate sobre o sufrágio feminino que desde a sua primeira vez por ocasião da Assembléia Constituinte não havia sido discutido, embora tenha havido protestos para se estender esse direito às mulheres. Em 1919 Bertha Lutz funda a Liga de Emancipação Feminina Intelectual da Mulher, mais tarde chamada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que dará continuidade na luta pelo sufrágio. O estabelecimento da igualdade do direito de eleger e ser eleito para homens e mulheres foi outorgado em 1932 em nível nacional no Governo Vargas. O direito de voto neste momento já

¹¹ Os homens conquistaram esse direito ainda no século passado. (ALVES & PITANGUY, 2003).

havia sido alcançado em dez estados do País, sendo o Rio Grande do Norte pioneiro no exercício do voto das mulheres, em 1927 (ALVES & PITANGUY, 2003).

As reivindicações das mulheres como o direito de votar e ser votada, de ingressar no ensino superior, de ter acesso ao mercado de trabalho haviam sido formalmente atendidas em vários países nas décadas de 1930 e 1940 do século XX.

Nos anos de 1960 o movimento feminista reivindica outras demandas, além daquelas reivindicações direcionadas para a igualdade no exercício de direitos, incorpora outras, na medida que questiona as raízes culturais dessas desigualdades.

Este novo posicionamento é influenciado pela reflexão, sobretudo, da escritora Simone de Beauvoir que publicou em 1949, “O segundo sexo”. Neste livro denuncia e defende que a hierarquia entre os sexos não é uma fatalidade biológica e sim uma construção social. Sua reflexão expressava “que não se nasce mulher, torna-se mulher”. Essa reflexão expressava a idéia básica do feminismo que é a desnaturalização do ser mulher, como aponta Sarti (2004).

[...] O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura [...]. (SARTI, 2004, p.2).

O feminismo, nos anos 1960, colocou em debate a separação entre público e privado. Na perspectiva feminista considera-se que não é possível pensar a sociedade de modo global se não se articulam as suas diferentes esferas. De acordo com Buarque (2003), ao afirmar que o “pessoal é político” o feminismo contestou social e politicamente questões incontestáveis como a sexualidade, a família, a divisão sexual do trabalho doméstico entre outros. Ou seja, o feminismo chamou a atenção para que muitas das questões consideradas de caráter: privado, particular e isolado como âmbito específico das mulheres e como espaço, tradicionalmente, considerado

como não político, necessitavam de regulação pública e estatal a serem assumidas como caráter social e, portanto de responsabilidade pública.

Nesse sentido, trouxe para a esfera pública, questões como a violência doméstica e sexual que se via no espaço privado como parte do destino (FARIA, 2005) e contribuiu para que se exercesse uma vontade política de intervir nesse destino (LOBO, 1991).

Em meados desta década, o Brasil, passava pela desmobilização pelo Golpe militar de 1964 e o feminismo tem presença marcante no contexto de oposição ao regime Militar, em especial num movimento específico – a luta pela anistia¹³.

Na década de 1970 o feminismo ressurgiu no cenário brasileiro, num contexto marcado pela contestação ao Governo Militar que se deu desde seu Golpe em 1964 e vai ganhando visibilidade nas ruas. Na realidade, vários fatores contribuíram para uma eclosão do feminismo nessa época. Segundo Sarti (2004) e Costa (2005) o feminismo nesse período vai ganhando características próprias, uma vez que se desenvolve no contexto da Ditadura Militar, dos impactos que se faz sentir do feminismo europeu e norte americano, do reconhecimento em 1975 pela ONU quando instituí a Década da Mulher (1975 -1985) e do impacto do processo de modernização que gerou um crescente número de mulheres no mercado de trabalho, possibilitando novas oportunidades, mesmo de forma excludente. Efetivamente as mulheres ganham reforço no processo de transformação da sociedade brasileira em todos os níveis. E não só as mulheres, mas os rurais, os negros, os índios, os homossexuais. A quebra da hegemonia de padrões rígidos de dominação implica na expressão de outras identidades.

¹³ O movimento pela anistia visava denunciar a repressão do Governo Militar que havia imposto aos cidadãos brasileiros. Naquele período, muitos militantes foram torturados, assassinados e presos. Alguns destes, ficaram em cadeias no Brasil e outros foram morar fora do País. Entre os militantes havia mulheres e muitas delas foram morar fora do país. Trouxeram em sua bagagem a elaboração de sua experiência política anterior, mas também influência e do movimento feminista europeu e norte americano (SARTI, 1998 e PORTELLA & CAMURÇA, 1999).

É importante ressaltar que os movimentos de mulheres antecedem o movimento feminista e podem diferir deste. De acordo com Álvares (2007) o movimento de mulheres são movimentos sociais que apresentam diferentes objetivos e formas de solidariedade ou de associação. Desde a antiguidade clássica até os dias de hoje esses movimentos têm surgido e fazem a história em diversos lugares do mundo e do país. Segundo a autora, um dos diferenciais entre os dois movimentos, diz respeito a seus objetivos que os movimentos de mulheres, em oposição aos confessadamente feministas, têm atendido a buscar, pois historicamente os movimentos de mulheres surgem com base nos papéis das mulheres na família, implicando na luta pelo suprimento das necessidades básicas ou por direitos de cidadania como lembra a autora, de modo que os movimentos feministas promovem diálogos e constroem mediações, buscando plataformas comuns.

Voltando para a década de 1970 o feminismo que inicia nas camadas médias se articula com as camadas populares e dentro de um quadro geral de mobilizações diferenciadas (ex: luta por creches, contra a carestia, por melhores condições de vida).

Havia duas tendências principais dentro da corrente feminista na organização das mulheres que se estabelecia nessa década. Uma direcionada para a atuação pública das mulheres, voltada para sua organização política e questões relacionadas ao trabalho, ao direito, à saúde e a redistribuição de poder eram questões preferencialmente tratadas. A outra se preocupava no campo da subjetividade tendo num mundo privado seu campo prioritário essa corrente manifestou-se, sobretudo por meio de grupos de estudos e de reflexão. (SARTI, 2005).

No final dos anos 1970 meados dos anos 1980 o Brasil passava por um período de mobilização, muitas greves aconteciam no país e os diferentes setores da sociedade se mobilizavam reivindicando direitos e se organizavam rumo à redemocratização do país.

Neste período formam-se grupos que criticam a atuação política do sindicalismo vigente e surgem correntes de oposição sindical que serão comentados no próximo capítulo, identificadas como novo sindicalismo. Contribuem para a criação do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores em 1983. Nas ações do movimento de oposições sindicais as mulheres estavam presentes. Nesse período também surgem outros partidos políticos e neles se expressam lideranças femininas.

Em todo este processo, as trabalhadoras tiveram participação importante nas diferentes formas de resistência interna às fábricas, nas mobilizações e nas greves (LOBO, 1991).

No meio rural, as mulheres rurais participavam dos Movimentos que surgem nesse período como o dos Sem Terra, a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, as Pastorais Sociais entre outros. Deere (2004, apud BORDALO) conta que as comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mulheres organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) ofereceram experiências formativas que levaram as mulheres a questionarem sua condição social e abrindo novos canais de participação.

Giulani (2004) exemplifica várias contribuições da participação da mulher rural nesse processo. Conta que no movimento de ocupação das terras, por exemplo, a presença feminina cresceu significativamente a partir dos anos de 1980, principalmente quando do Lançamento do Plano de Reforma Agrária. As mulheres participam ativamente junto com os homens. Ao ocuparem terras montam seus acampamentos e imediatamente começam a cultivá-la, desempenhando papéis de produtoras rurais, na organização das atividades domésticas e nas mobilizações constituídas para resistir à violência dos policiais e dos proprietários.

Na medida em que as mulheres participam da luta da classe trabalhadora vão despertando para outras lutas a serem travadas enquanto mulher, como aponta Daron *et al* (2003):

[...] as mulheres da roça que já eram militantes pela luta da classe trabalhadora camponesa, pouco a pouco foram descobrindo, na discussão sobre seus problemas reais e concretos, que havia duas lutas a travar; ou seja, continuar lutando por melhores condições de vida e trabalho na roça, enquanto parte integrante desta classe explorada e oprimida, e ao mesmo tempo, lutar pela valorização enquanto mulher que era desvalorizada, discriminada e violentada [...]. (DARON, KRÓTH e RÜBENICH, 2003 p. 11).

O movimento feminista amplia e diversifica a inserção das mulheres em espaços sociais – a idéia sobre a libertação das mulheres transitou muito rapidamente, o que permitiu com que surgissem comissões de mulheres, grupos de reflexão para discutirem problemas específicos nos partidos políticos, em categorias profissionais. O feminismo chega aos sindicatos, sob a forma de departamento feminino. A criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT¹⁴ em 1986, por exemplo, é expressão dessa nova dinâmica.

De acordo com Castro e Rodriguez (2004) essa luta vai possibilitar, por parte do Estado, o reconhecimento da especificidade da condição feminina, que se traduz na incorporação de suas reivindicações na Constituição Federal de 1988 e elaboração de Políticas Públicas voltadas para as mulheres, a exemplo da criação do Conselho de Direitos da Mulher, de Programas da atenção à saúde integral e das primeiras delegacias de mulheres.

II.2 Organização das mulheres trabalhadoras rurais

No bojo das transformações políticas durante a década de 1980 é que surgem movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais e/ou de Agricultoras em vários lugares do país. De acordo com Heredia e Cintrão (2006) as questões principais levantadas pelas agricultoras dizem respeito ao reconhecimento da profissão de agricultora e não como doméstica, a luta pelo direito a saúde da mulher, o direito à sindicalização, ao salário maternidade e a aposentadoria estão na origem desses movimentos.

¹⁴ Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT.

As organizações de mulheres ganham força e expressão nos processos de lutas no campo durante os anos 1980, ainda que sua participação não seja algo novo, mas seu reconhecimento, enquanto organização de mulheres trabalhadoras rurais tanto em movimento autônomo como ligadas a sindicatos datam deste período.

As primeiras organizações específicas de mulheres surgem no Nordeste e Sul do País no início dos anos 1980. Refere-se a grupos formado somente por mulheres no Nordeste e Sul do país, que sentiram a necessidade de criar seu próprio espaço para lidar com questões de gênero e com interesses das mulheres. É composto, freqüentemente, por mulheres membros dos sindicatos filiados à CONTAG ou à CUT. Por meio de eventos como: encontros, congressos, passeatas se expressam e ganham visibilidade e se consolidam com a Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR do Nordeste e do Rio Grande do Sul, movimentos que se mantêm independentes, embora próximos do movimento sindical de trabalhadores(as) rurais.

Essas expressões que se deram em diversos espaços sociais foram importantes para o engajamento das mulheres nas mobilizações para a participação popular na Assembléia Constituinte. De acordo com Heredia e Cintrão (2006), o processo das mobilizações da Constituinte influenciou, em 1988 o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. O encontro desencadeia a organização nacional das mulheres dentro do movimento sindical de trabalhadores rurais.

Ao longo da década de 1990 houve uma ampliação do número de organizações de mulheres. De acordo com Cintrão e Heredia (2006) surgem a partir de identidades e questões específicas, em geral vinculadas a outros movimentos sociais, como o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas, o Movimento de Mulheres Pescadoras, a Secretaria da mulher Trabalhadora Rural Extrativista (do Conselho Nacional de Seringueiros), a organização das Mulheres Quilombolas, das Quebradeiras de coco do babaçu.

Castro (2001) prefaciando o Livro de Ligia Simonian intitulado “Mulheres da Floresta Amazônica: Entre o Trabalho e a Cultura”, nos conta que existem grupos de mulheres, que têm sido protagonistas ativas nas lutas na Amazônia, frente ao processo de mudanças ocorridas nesta região nos últimos 30 anos. Suas contribuições estão fundadas na experiência enquanto indígenas e/ou camponesas. A luta por elas encaminhada tem expressado a construção de processo identitário segundo suas diferenças e singularidades. Suas lutas envolvem diversas reivindicações sociais e têm contribuído na construção de processos que conduzem a cidadania e para a democracia. A autora exemplifica formas de representação coletiva na região, como seringueiras, pescadoras, mulheres negras, as quebradeiras de coco de babaçu.

As quebradeiras de coco do Norte e Nordeste do Brasil lutam para serem reconhecidas como trabalhadoras e por ser agentes no processo de comercialização do produto de seu trabalho. Defendem as reservas extrativistas, contribuindo para ampliar a discussão sobre gênero e meio ambiente, associando a luta pela sobrevivência com a democratização do acesso à terra. (ABRAMOVAY E SILVA, 2000):

Essas organizações se aproximam do movimento sindical em lutas e manifestações seja no nível local seja no nacional, ou por vezes como lembra Araújo (2000 p.199): “a transitividade por diferentes espaços se constitui em uma estratégia para reforçar novos elementos de identidades não contemplados nos sindicatos”.

São organizações que se cruzam como descreve Abramovay e Silva (2000):

[...] Elas vêm engendrando um movimento no movimento em distintas organizações, questionando exploração de classe, relações sociais entre homens e mulheres e como as trabalhadoras rurais são discriminadas nos seus diferentes espaços [...].(ABRAMOVAY e SILVA, 2000 p. 353).

Nesta mesma década, houve os preparativos para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em setembro de 1995 em Beijing na China, incorporado diversas organizações

do movimento de mulheres. A preparação contagiou o movimento de mulheres, desembocando um novo impulso e estímulo para o surgimento de novas articulações locais, novos grupos ou setores/departamentos em entidades de classe.

De acordo com Silveira (2003 apud MOURÃO, 2005), nesse período o movimento feminista trouxe à luz a divisão do poder e da necessidade da aplicação de ações afirmativas (a exemplo da política de cota de no mínimo 30% nas instâncias diretivas do MSTR que será comentado no próximo capítulo), e intervenção ativa do estado visando a superação das dificuldades sociais no que diz respeito à participação política das mulheres e da desigualdade entre os sexos.

O ano 2000 é marcado pelo fortalecimento do movimento de mulheres. Isto se deu por meio de ações realizadas, a exemplo da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em junho de 2002, que envolveu o movimento de mulheres de todo o país, do campo e da cidade, na construção de uma plataforma política feminista, lançada em julho de 2002, num contexto pré-eleitoral, visando compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002).

Uma mobilização internacional de mulheres no ano de 2000, a chamada marcha mundial de mulheres, surgiu do movimento de mulheres de Quebec, no Canadá, quando em 1995, cerca de 850 mulheres marcharam contra a pobreza. Essa manifestação recebeu o nome simbolicamente de “Pão e Rosas” e influenciou outros movimentos de mulheres para organizarem a marcha 2000 em todo o mundo. A marcha no Brasil foi coordenada por organizações¹⁵ do campo e da cidade e incluiu reivindicações como: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Educação, Saúde, Trabalho, Meio Ambiente, Combate à discriminação Racial e Étnica,

¹⁵ Coordenada pela Sempre Viva Organização Feminista –SOF, Secretaria de Mulheres do PT, Confederação Nacional dos Bancários, Pastoral Operária, Católicas Pelo Direito de Decidir e Comissões Setoriais de Mulheres da CUT (CONTAG, 2002 p.44).

Auto-determinação das mulheres, Combate à violência sexista, pela livre orientação sexual, Dívida externa e Subordinação ao FMI, (CONTAG, 2002).

Ao aderirem a Marcha Mundial, as trabalhadoras rurais realizam a Marcha das Margaridas¹⁶ em 2000 e 2003, objetivando mobilizar as trabalhadoras rurais em todo Brasil desde o nível da comunidade até do estado, com caráter de denúncia, formação, proposições e negociação de políticas públicas para as mulheres. A marcha já faz parte da agenda do movimento sindical e do movimento de mulheres. É organizada pela CONTAG, FETAG's e STR's em conjunto com entidades de apoio. A primeira marcha, realizada em agosto de 2000, reuniu em torno de 20 mil mulheres de todos os estados brasileiros em Brasília e teve com eixos prioritários a luta contra a fome, pobreza e violência sexista, reivindicações expressas em uma pauta entregue ao Governo. Em 2003 ampliou-se o número de participantes. Em torno de 40 mil mulheres de todas as partes do país estiveram presentes, levando como bandeiras de lutas: a Reforma Agrária e a defesa do meio ambiente, com destaque para a luta pela terra; uso dos solos e das águas; salário mínimo digno; direito à saúde pública, com assistência integral à mulher; violência sexista e todas as formas de discriminação e violência no campo. (CONTAG, 2002 ; HEREDIA e CINTRÃO, 2006). Em 2007 a marcha, prevista para acontecer nos dias 21 e 22 de agosto, reafirma o lema contra a fome, pobreza e violência sexista e amplia seus temas mobilizadores, incluindo: terra, água, agroecologia, segurança alimentar e nutricional e construção da soberania alimentar; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e de melhores condições de vida de trabalho das assalariadas; política de valorização do salário mínimo; em defesa de uma previdência social pública e solidária, em defesa da saúde pública e

¹⁶ Simbolicamente chamada Marcha das Margaridas em homenagem à memória da líder sindical Margarida Maria Alves, a qual presidia o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba, quando foi assassinada em 12 de agosto de 1983 por fazendeiros da Região (CONTAG, 2002. p.44).

do SUS; por uma educação do campo não sexista; combate a violência sexista. (CONTAG, 2007 p.7).

A importância e contribuição do feminismo, que ao longo do tempo interagiu e tem interagido com diversos movimentos sociais, tem possibilitado entre outras coisas, novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas.

No sindicalismo, por exemplo, sua contribuição é reconhecida no discurso das trabalhadoras dirigentes sindicais, como cita Giuliani (2004) sobre a fala da Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da CUT em 1989.

[...] As relações entre sindicato e as mulheres trabalhadoras não foram das mais fáceis. Embora as mulheres tenham tido presença significativa no mercado de trabalho [...] os sindicatos não as incorporaram à prática política, nem a dividiram com elas o poder das entidades representativas dos trabalhadores. A imagem de mãe e esposa se superpõe a de companheira [...] Mais ágil que o sindicalismo, o feminismo desnudou a realidade das mulheres trabalhadoras. Deu-lhe visibilidade e apontou a aliança entre exploração de classe e opressão de sexo: salários menores, dupla jornada, falta de profissionalização, falta de creche [...] O sindicalismo tem que caminhar para que se consolide com defensor ardoroso da luta contra a opressão e colocar em prática as importantes resoluções [...] tem que abandonar de uma vez por todas o fantasma da divisão da classe trabalhadora supostamente promovida pelo feminismo, e assumir sem reserva, que a luta contra a opressão é parte fundamental da nossa luta [...] DELGADO (1989 apud GIULANI, 2004 p. 650 e 651).

Esse discurso nos remete a necessidade de um aprofundamento do desenvolvimento do feminismo nos sindicatos, uma vez que historicamente enfrenta discriminações sociais camufladas que ainda teimam em permanecer no cotidiano deste gênero. Isso é percebido no trecho da entrevista abaixo, quando esta dirigente fala de sua trajetória no movimento sindical, a partir de suas experiências formativas, ressalta a “tensão” em se expressar enquanto feminista numa organização mista.

[...] para mim foi muito importante para me consolidar como liderança. Eu era tratada como uma dirigente política, só que eu levava junto comigo, além da minha história de militância de feminista, que eu só tive coragem de falar que eu era feminista em fevereiro de 2003 na plenária de mulheres. Eu não tive coragem de falar porque todo mundo me condenava, né? você tem que ter muita coragem até hoje para falar que você é feminista,

por preconceito por não entenderem o que significa que é ser feminista[.] (Entrevista 1 - dirigente sindical – mulher)¹⁷.

Se no sindicalismo em geral e especificamente no urbano estas relações foram difíceis, no sindicalismo rural, as especificidades são diferentes e não terão sido mais fáceis. As trabalhadoras rurais têm enfrentado as transformações sociais com presença firme e engajada.

II. 3 O conceito de gênero

O conceito de Gênero, de acordo com Scott (1990 apud TORRÃO FILHO, 2004. p.129) foi produzido nos últimos trinta pelo movimento feminista e suas teóricas, como uma categoria útil de análise para contrapor-se a um determinismo biológico dando-lhe um caráter fundamentalmente social. Pacheco (2005) nos lembra uma mudança significativa trazida pelo movimento feminista: foi o reconhecimento de que a dominação masculina não se impõe mais como algo indiscutível, muito pelo contrário, ele contesta mecanismos e instituições encarregados historicamente de reproduzirem a dominação (ex: família, igreja, estado, escola etc.)

Assim, gênero refere-se às pessoas e as relações entre os seres humanos (FARIA e NOBRE, 1997). Portanto diferencia sexo, que diz respeito aos aspectos físicos, biológico do ser

¹⁷ Nascida no Município de Igarapé-Miri no Estado do Pará, filha de uma família de agricultores. Começou a ter contacto com o sindicato a partir da relação que seu pai tinha com o sindicato na condição de associado. Na infância trabalhava na roça com seus pais e estudava. Coursou o primário no município e depois foi estudar em Belém e aos finais de semanas voltava para a roça. Essa dinâmica se deu até iniciar o terceiro ano do segundo grau, quando cursou este no município. Seu pai, procurou o presidente do sindicato da época para verificar a possibilidade de sua filha trabalhar como professora na escola ligada ao sindicato durante a semana e estudar a noite. Como não havia vaga para este serviço, o presidente a convidou para trabalhar por um período do dia na secretaria do sindicato, a colocaram para desempenhar algumas funções de elaborar relatórios e escrever ata de reuniões. A partir daí foi estimulada para continuar no sindicato, quando assumiu em 1991 o cargo de segunda secretária, representando a primeira mulher a compor a direção do sindicato na região. Em 1992 assume a presidência por oito meses, em função do afastamento dos dirigentes para se candidatarem nas eleições municipais. Na direção teve a oportunidade de conhecer todo o município e ao mesmo tempo dialogar sobre a importância de fortalecer e organizar as mulheres na região. Em 1994, na eleição do sindicato, não continuou. Alegava-se que ela era jovem para continuar ocupar tal cargo. Assumiu a secretaria Geral da entidade, participava e representava a Região no Conselho da FETAGRI. Em 96 assume a secretaria de Mulheres da Federação. Em 1999 assume a Secretaria de Políticas Sociais, 2002 reassume a Secretaria de Mulheres. Em 2005 até os dias atuais assume a Coordenação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG e em 2006 assume a vice-presidência da CUT Nacional.

macho ou fêmea como dado da natureza, da construção da masculinidade e feminilidade (FARIA, 2005).

O conceito de Gênero afirma o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um, como aponta Viezzer (1989):

[...] “Ser homem ou ser mulher não depende só de nascer macho ou fêmea, mas corresponde a assumir e desempenhar papéis e funções nas relações com outras pessoas que a sociedade aponta como sendo masculinas e femininas” [...]. (VIEZZER, 1989 p. 108).

A definição de masculino e feminino se relaciona ao que cada sociedade, em cada momento histórico, espera como próprio de homens e mulheres. De acordo com Farias (2001) a construção de gênero masculino e feminino se dá em vários aspectos da sociedade: cultural, econômico, político e social. Construída a partir de elementos materiais concretos e simbólicos, a base desse material é expressa na divisão sexual do trabalho, que em nossa sociedade, se articula com a idéia de que existe uma esfera pública e privada.

Assim a esfera privada é identificada como do campo da reprodução, considerada como de âmbito das mulheres, tradicionalmente não política, o lugar do trabalho doméstico, pelo cuidado com os filhos, o cuidado da horta e dos pequenos animais, do afeto, da intimidade. A esfera pública é identificada como do campo da produção, do trabalho é considerada como pertencente ao homem. (FARIA, 2005).

Farias (2001) nos diz que os significados elementares nesses dois espaços foram resguardados na história como sendo o público o lugar do aparecer e o privado o lugar do oculto. Estes espaços foram construídos com diferenças objetivas que representam as posições diversas

dos seres humanos na ocupação desses dois espaços sociais, que ao longo do tempo, fizeram do espaço público “lugar de homem” e do espaço privado “lugar de mulheres”. A autora chama atenção de que tais espaços são tanto produtos quanto produtores de relações de gênero.

O trabalho masculino e o feminino nas escalas locais são valorizados de forma diferenciada. Na maioria das vezes o que é considerado masculino tem mais importância como aponta Hirata e Kergoat.

[...] por toda a parte e sempre o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas), em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social (HIRATA e KERGOAT, 2003 apud PORTELLA, SILVA e FERREIRA 2004, p. 61).

A partir da observação e do conhecimento das diferenças sexuais é que a sociedade formula idéias sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, o que é masculino e o que é feminino e estabelece como devem ser as relações de gênero. Essas relações produzem uma distribuição desigual de autoridade de poder e de prestígios entre as pessoas de acordo com seu sexo.

De acordo com Portella e Gouveia (1999) a historiadora Joan Scott elabora em meados dos anos 1980, uma definição de gênero enquanto categoria de análise de fenômenos históricos e sociais. Scott (1990) define gênero em duas partes como “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primeira de significar as relações de poder”. Essa definição possui alguns pressupostos metodológicos que de acordo com Scott (1990) “objetiva clarificar e especificar como se deve pensar o efeito dos gêneros nas relações sociais e institucionais”. Para ela existem quatro dimensões da vida por onde se constroem e dinamizam-se as relações de gênero. Dimensões que funcionam de maneira

articulada, mas não operam ao mesmo tempo: i) dimensão **simbólica** que se refere aos símbolos culturalmente disponíveis que evocam diferentes representações do masculino e feminino; ii) dimensão **normativa** que dizem respeito aos conceitos normativos que se expressam nas doutrinas religiosas, educativas, científicas e jurídicas e geralmente tomam a forma de uma oposição binária que afirmam o sentido do masculino e feminino; iii) dimensão **organizacional** que referem-se às instituições e organizações sociais como a família, o mercado de trabalho, sistema político, educacional, religioso entre outros que estruturam e perpetuam as relações de gênero; iiiii) dimensão **subjetiva** que vincula-se ao indivíduo, a construção do sujeito que define sua maneira de reagir ao que lhe é apresentado como “destino”.

Para Portella e Gouveia (1999) o modo como essas dimensões funcionam não obedece a regras universais. Seus conteúdos e elementos não são estáticos, possuem dinâmicas próprias, dadas pela ação e interrelação dos vários sujeitos históricos, em momentos históricos e sociedades específicas.

Considerando que o gênero é uma construção social, as relações sociais variam de lugar para lugar, e devem ser contextualizadas conforme classe, raça, idade, religião, e momento histórico.

Um aspecto colocado por Faria (2005) e Portella & Gouveia (1999) diz respeito a articulação das relações de gênero ao poder. Para as autoras, trabalhar com a relação de poder é trabalhar com conflito e não necessariamente como o confronto. É trabalhar com o reconhecimento de que existe uma estrutura desigual de poder, em que as mulheres, historicamente, detêm reduzido poder na sociedade, significando desta forma uma injustiça social.

É possível analisar qualquer aspecto da sociedade a partir de gênero, utilizando enquanto categoria de análise, o que possibilitará verificar o que há de comum nas mulheres e nos homens porque demonstram como se apresentam no conjunto da sociedade, como também mostra como cada um vivencia essa condição. (FARIA, 2005)

Os estudos realizados no Brasil utilizando o conceito de gênero como umas categorias de análise têm demonstrado, a situação das mulheres rurais em diversos contextos. Pacheco (2002 p.5) chama atenção para seu uso “Aplicadas ao campo, as análises de gênero têm mostrado a subordinação e a subvalorização do trabalho das mulheres” .

Estudos sobre agricultura familiar têm evidenciado que as mulheres desempenham um importante papel na produção agrícola, que é invisibilizado por seu duplo papel produtivo e reprodutivo. Essa invisibilidade como acreditam Portella, Silva e Ferreira (2004) e Gouveia (2003) é um mecanismo de reprodução de desigualdade, pois não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor.

É bem verdade, além de cuidar da casa e do seu entorno, as mulheres participam de um conjunto de tarefas que vão além da produção agrícola, como o cuidado com o quintal, onde realizam atividades agrícolas como hortas, cuidado com as criações, transformações de alimentos entre outros. Essas atividades não são consideradas como trabalho. De acordo com Heredia (1979 apud HEREDIA e CINTRÃO, 2006) para a mulher rural em regime de economia familiar o trabalho agrícola é uma extensão das tarefas domésticas. Um dos espaços mais representativos simbolicamente dessas tarefas é o jirau, servindo de apoio as atividades (preparação de alimentos, para guardar equipamentos da cozinha, para servir de canteiros para os codimentos). A trajetória das mulheres para o espaço coletivo implica no abandono ou na diminuição de sua presença nas

atividades domésticas e intensificação das atividades públicas, representando uma saída do jirau para as reuniões e assembléias gerais, ou seja, o espaço público (geral).

Pacheco (2002) ressalta que para a sociedade, mesmo que as atividades agrícolas sejam consideradas trabalho, quando realizadas pelas mulheres passam a ser vistas como ajuda. Para Portella, Silva e Ferreira (2004) o trabalho das mulheres considerado como “ajuda” se dá porque está fora de sua atribuição própria, que são as suas atividades domésticas ou reprodutivas, porém pelo fato de serem realizadas com frequência diária se associa e quase se confunde com essa. O oposto acontece também, ou seja, quando são os homens que realizam as atividades domésticas, são vistas como “ajuda” devido se afastarem de sua atribuição que lhe é própria, a da produção.

Há diversas implicações ao considerar o trabalho da mulher como ajuda. A visão que concebe o homem como representante “natural” da unidade familiar no ambiente público (fora do estabelecimento) se expressa no plano de representação sindical. De acordo com Giuliani (2004) no meio rural, a autoridade do pai ou do marido, extrapola o espaço doméstico e muitas vezes se impõe, negando a participação das mulheres nas decisões nas cooperativas, nos bancos, nas associações de produtores e nos sindicatos. Portella, Silva e Ferreira (2004) nos diz que até meados dos anos 80 o movimento sindical rural apenas aceitava a sindicalização de homens, eles eram considerados os produtores e, portanto os verdadeiros trabalhadores que tinham direitos a se organizar em favor de seus direitos. No caso das mulheres, o trabalho agrícola realizado por elas, por ser considerado “ajuda” e por ser subsidiário das atividades domésticas, não eram reconhecidas pelos dirigentes sindicais. É possível imaginar as dificuldades vivenciadas pelas trabalhadoras para ter o direito de se sindicalizar, como aponta Portella, Silva e Ferreira (2004):

[...] “Como provar os anos de capina, plantio, colheita, cuidados com galinhas, porcos, cabras, gado, a horta do quintal, o pomar, a manteiga, o queijo, o carvão, o azeite de

babaçu? [...] se o que fazia nunca foi visto como produção [...] O círculo se fecha, e a consequência seria a negação de um direito [...] (PORTELLA, SILVA e FERREIRA, 2004 p. 58).

Essa situação era também vivenciada pelas mulheres para se aposentar, já que a norma do INSS exigia que para ser acessado este direito era preciso que a mulher comprovasse a sua condição de trabalhadora. As estatísticas oficiais têm subestimado o trabalho da mulher na agricultura familiar. De acordo com Portella, Silva e Ferreira (2004), nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1980 registravam que, da população feminina ocupada na agricultura familiar, as mulheres empregadas correspondiam a 11% enquanto estavam registradas 88.9% como membros não remunerados da família. Sabemos que na prática isso não acontece, porque seu trabalho contribui para a reprodução geral da força de trabalho. Em 2001 nos dados do PNAD pouco mudou, segundo aquelas autoras, 80% das mulheres rurais não auferiram nenhum rendimento de seu trabalho a ser considerado nas estatísticas oficiais.

No contexto da reforma agrária, temos observado, outras formas de desigualdade de gênero, mesmo com a pressão do movimento de mulheres que vem elaborando propostas para mudar este quadro e conseguido conquistas nesse campo.

De acordo com Mascena (2002) do total de beneficiários da Reforma Agrária no período de 1964 a 1996, somente 12% correspondiam a títulos de terra concedidos às mulheres. Isso se dava principalmente porque garantir na prática os direitos da mulher à terra não estava entre as prioridades dos movimentos sociais rurais.

Informações referentes a um levantamento realizado no Estado do Pará¹⁸ sobre os impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO-Especial, mostraram, entre outros dados, que as pequenas criações e as culturas alimentares, que são as principais fontes de alimento das famílias envolvidas não foram priorizadas nas composições dos sistemas de produção e na liberação dos recursos (MOURÃO, 2000). Levando em consideração que as pequenas criações inclui-se no conjunto de atividades desempenhadas pelas mulheres. Isso reforça a desvalorização do trabalho realizado por elas, onde o espaço feminino é associado a um espaço secundário, do ponto de vista das atividades produtivas. Pacheco (2002) alerta que as propostas de crédito sejam incorporadas a abordagem dos sistemas de produção com seus subsistemas. A autora revela que neste espaço é realizado trabalho social, econômico, ecológico e simbólico, no qual as mulheres têm um papel importante e por isso é necessário rever a concepção que se tem de trabalho nesse espaço.

Há estudos que têm analisado as relações de gênero no mundo sindical e revelado aspectos relacionados ao espaço, temas de discussão, poderes, reivindicações variadas e específicas que ocorrem, contando com o envolvimento das mulheres nas diversas instâncias. (ABRAMOVAY e SILVA, 2000).

¹⁸ Levantamento conduzido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE em conjunto com o Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/UFPA, e Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia em 2000.

PARTE III

SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ LIGADOS À FETAGRI: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

CAPÍTULO III UM BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS NO PARÁ.

Este capítulo tem como objetivo fazer um breve histórico da formação do sindicalismo de trabalhadores rurais no Pará ligados à FETAGRI e situar a presença das mulheres em surgimento nas discussões de gênero e os questionamentos para uma participação mais efetiva das mulheres nas estruturas sindicais.

A história do sindicalismo dos trabalhadores (as) no Brasil é uma história antiga e complexa. De acordo com a CONTAG (2002 p.5), em 1938 foi fundado o primeiro sindicato do país, localizado em Campos, no Rio de Janeiro. Na década de 50, existiam no país 48 sindicatos de trabalhadores rurais e oito eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Além dos sindicatos, existiam associações que atuavam de acordo com interesses de diversas categorias. Na origem do sindicalismo dos trabalhadores rurais houve influência de partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro - PCB e Igreja Católica, no início dos anos de 1960, ambos dividindo orientação prática para a organização sindical. A luta pela conquista da terra e por melhores condições de vida certamente motivou a participação e organização dos trabalhadores em movimentos sociais rurais como as Ligas Camponesas no Nordeste do País e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entre outros.

Estudando o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Pará, Guerra (1999) localiza quatro fases distintas do sindicalismo de trabalhadores no Brasil, delimitadas pelo grau de controle exercido pelo Estado e em meio a uma efervescência política¹⁹. A primeira se dá antes de 1954,

¹⁹ Alguns momentos políticos aconteciam como: o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como o “ Congresso de Belo Horizonte” em 1961, em que o tema central foi a Reforma Agrária e o direito a organização sindical; Lançamento da Lei 4214 em 1963 conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural no Governo João Goulart, estendendo aos trabalhadores e trabalhadoras rurais os direitos sindicais e previdenciários garantidos aos trabalhadores urbanos. Em 1963 também é criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Golpe Militar em 1964 provocou a intervenção de militares nas organizações sindicais, perseguição e assassinatos de diversas lideranças de base. A CONTAG sofre intervenção dos militares em março de 1964, sendo

quando as organizações se formam, ora agregando apenas lavradores, ora agregando outras categorias, funcionando com estatutos próprios e finalidades as mais variadas. A segunda compreendida entre os anos de 1954 a 1964, período em que inicia o processo de oficialização pelo Estado das organizações em sindicatos de trabalhadores rurais. Ao lado disso, outras instituições políticas, como o PCB e a igreja passam a ter uma atuação dirigida para a discussão relativa à terra e à justiça social no campo. Medeiros (2006. p.1) complementa, ressaltando que no final de 1963, constitui-se uma Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que unificava a enorme diversidade de segmentos no campo²⁰. A criação desta entidade resultou da regulamentação dos sindicatos pelo Estado Brasileiro e da criação e/ou transformação das entidades organizativas preexistentes em sindicatos.

Compreendida entre o período de 1964 a 1978 a terceira fase é o período em que os sindicatos fundam-se oficialmente e, amparados completamente sob a tutela do Estado, obedecendo à legislação oficial com estatutos padronizados pelo Ministério do Trabalho e com propósitos determinados, sob o modelo do sindicalismo urbano. As práticas da organização eram mera execução das iniciativas assistencialistas dos governos, como por exemplo, tratamentos assistenciais (médico e dentário), e intermediação de processos para o acesso à aposentadoria, muito comum na época.

Na quarta fase, a partir de 1978, é quando as mudanças no quadro político nacional e às críticas à prática sindical começam a emergir, considerando-a como assistencialista. A proposta de uma nova forma de atuação se constituía no marco de luta por um novo sindicalismo em que se procurava romper com a forma de atuação assistencialista e paternalista dos sindicatos. Esta

dirigida por um interventor, quatro anos depois é reassumida o comando pelas forças progressistas do movimento sindical de trabalhadores rurais. (CONTAG, 2002, p. 9).

²⁰ Lideranças sindicais representadas por 475 STR's e de 29 Federações, em 18 estados entre estes o Pará representado pela FETAGRI. De acordo com a CONTAG (2006 p.13) a Confederação é considerada como a maior entidade de trabalhadores rurais da América Latina. Representa aproximadamente 25 milhões de trabalhadores (as) rurais.

nova atuação se expressou em diversas greves e pelo surgimento de um partido político com base sindical, o Partido dos Trabalhadores – PT.

Estes acontecimentos se refletiram na organização dos trabalhadores rurais no Pará. Voltando para a década de 1950, houve um importante processo de mobilização dos trabalhadores rurais, que se deu principalmente no Nordeste do Estado do Pará, região de colonização muito antiga (tem mais de um século de ocupação) e de maior concentração de agricultores e que certamente contribuiu para a formação do movimento sindical de trabalhadores (as) rurais. De acordo com Velho (1972 apud ASSIS, 2007, p.70), foi nesta região que muitos migrantes se abrigaram e funcionou como caminho de passagem para tantos outros que se dirigiam para regiões mais remotas como o Sul e Sudeste do Pará.

Guerra & Marin (1990), contam que foi nesta região onde se formaram as primeiras associações de lavradores, colonos, e trabalhadores rurais²¹ no estado. A movimentação de caráter reivindicatório, sobretudo, em função da ameaça de instabilidade dos preços agrícolas, garantia de permanência na terra, além da influência dos debates nacionais sobre a Reforma Agrária contribuíram para a formação de uma Comissão Estadual pela Reforma Agrária²² e da fundação, em 1956 da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará – ULTAP²³, que tinha como preocupação a definição de seu quadro de associados visando demarcar o campo de sua representação, deixando claro a composição de seus associados, excluindo o patronato, pois na época existia no Estado a Federação das Associações Rurais do Pará - FAEPA, fundada em

²¹ Essas nomeações eram resultado do processo organizativo em curso e da ação de diferentes mediadores que buscavam traduzir demandas pontuais locais em uma linguagem mais geral, que as unificava (MEDEIROS, 2006 p.1).

²² Comissão apoiou e influenciou a criação da ULTAP, composta por delegados de sete municípios: Bujarú, Soure, Capanema, Bragança, Igarapé-açu, Santa Izabel do Pará e Castanhal (GUERRA MARIN, 1990).

²³ Na realidade a ULTAP era filiada e orientada politicamente, com a União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (ULTAB), esta criada em 1954 constituindo-se como um braço do PCB voltado para a organização no campo (ASSIS, 2007. p. 71).

1951, presidida por um Deputado, que segundo Assis (2007, p.71) esta “pretendia-se ser porta-voz de todo o campo paraense”.

Por outro lado, a ULTAP delimitou seu campo de representação. De acordo com os estatutos da entidade, podiam se associar os assalariados agrícolas que não fossem filiados a sindicato rural; o lavrador pobre (pequeno proprietário agrícola); o lavrador médio (médio proprietário agrícola); e exclui os latifundiário. Além destes, não era admitido como associado o latifundiário e seus herdeiros. (GUERRA e MARIN, 1990). Foi a partir da ULTAP que surgiram os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Pará na década de 1960, pois as Associações de lavradores, colonos e trabalhadores rurais transformam-se em Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esta ação deu-se após o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte em 1961, no qual o Pará teve uma representação. Neste fórum a ULTAB tirou como orientação aquela transformação.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI foi criada em 1968 com sete sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho²⁴. Um acordo entre FETAGRI e o Projeto Rondon em 1972, permitiu aumentar o número de STR's, pois visava apoiar a criação e consolidação de 29 STR's no Estado. Cabendo a prática de fundação e a legalização dos STR's à FETAGRI e ao Projeto Rondon; o seu monitoramento dava-se pela Delegacia Regional do Trabalho. Assim forma-se uma visão e prática de sindicalismo de ação assistencialista e paternalista.

De acordo com Hébette (1997) antes de 1970, existiam no Pará alguns sindicatos concentrados principalmente ao longo da estrada de ferro de Belém a Bragança, nas micro-

²⁴ STR de Castanhal, Alenquer, Capanema, Curuçá, Igarapé-Mirim, Santa Isabel do Pará e São Domingos do Capim. (GUERRA & MARIN, 1999).

regiões do Salgado, da Bragantina e da Rodovia Belém-Brasília. Além destes, havia o de Alenquer, Baião, Tomé-Açu e Altamira.

Na realidade, os primeiros STR's criados no Pará sob o atual formato nascem sob a vigência do Regime militar. Representavam o principal meio de controle do Estado sobre a área rural, assim como de assistência à saúde e na administração ao Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL como mostra, abaixo, um trecho de um depoimento relatado durante a pesquisa por uma dirigente sindical. Esse programa foi criado no início dos anos de 1963 que garantia instrumentos de previdência social para os trabalhadores rurais como a aposentadoria por idade, auxílio doença, e possibilitava assistência médica e dentária, entretanto em 1971, por meio da Lei complementar de número 11 de 25/05/1971, instituiu-se o Programa de Assistência ao Trabalhador – PRORURAL, atribuindo sua execução ao FUNRURAL (MEDEIROS, 2002; MARIN e GUERRA, 1994 p.36).

“[...] meu pai era filiado no Sindicato, o sindicato servia para extrair dente e fazer consulta. Então a gente ia muito no sindicato para pedir, pra pegar uma guia, pra poder fazer.. extrair um dente ou fazer uma consulta. Os rurais eram tratados dessa forma lá, havia o FUNRURAL né? Então o sindicato tinha para mim esta referência, um lugar pra extrair dente e pra pegar uma guia para fazer consulta. Era essa a referência que eu tinha do sindicato, era assim que nos íamos ao sindicato e o meu pai pagava todo mês [...] e nós tínhamos todos uma carteirinha amarela de dependente [...]”. (Entrevista 1 - Dirigente sindical – mulher)

Este depoimento, além de relatar as representações que se faziam dos sindicatos, mostra como as atribuições destinadas ao Estado eram assumidas pela organização sindical, tornando-as meras repartições públicas, incapazes de dar consistência à luta por direitos acerca de demandas importantes dos trabalhadores como a terra. Por outro lado, mostra como os vínculos familiares são referências importantes na socialização da vida sindical (GIULANI, 2004). Nestas circunstâncias, a filha obtém as primeiras referências sobre o sindicato, na condição de dependente do pai que é associado ao sindicato. Isto, evidentemente, contribuía, para o início da

relação das mulheres com os sindicatos. O estabelecimento de características, historicamente construídas, tidas como do gênero masculino, o âmbito público, como o relacionamento com o sindicato. Cabendo às do gênero feminino, a relação com o espaço privado (da família, doméstico), são características e atributos que se refletiram no movimento sindical. De acordo Delgado (1998 p.49) o estabelecimento destes foram referenciais importantes no impedimento à filiação de mulheres em sindicatos de países Europeus e nos Estados Unidos, no início do sindicalismo, durante o século XIX e começo do século XX.

Localizando essa situação no Brasil. Miele (1996), conta que nos anos 1970, nos surgimentos dos sindicatos de trabalhadores rurais, o processo de sindicalização era realizado filiando somente o homem. Alegava-se que este representava a família, não havendo a necessidade de que a esposa fizesse uma sindicalização própria, já que era sua beneficiária. A autora analisa este procedimento e nos coloca que este é excludente, apontando duas situações de exclusão: A primeira, referente à trabalhadora maior de idade que não fosse casada; e a segunda, o status de beneficiária do pai ou do marido, o que não lhe dava o direito de votar e ser votada.

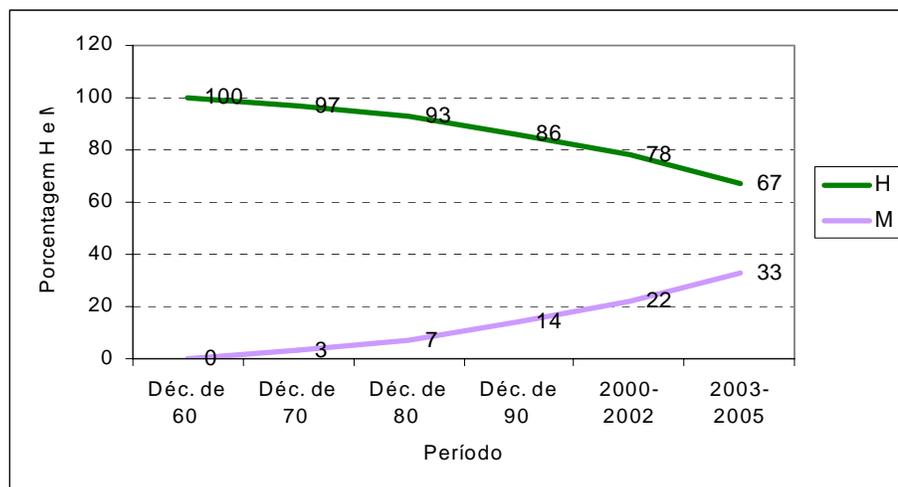
A demonstração de desvantagem à não sindicalização das mulheres nos STR's é apontada também por Deere (2001, p.8) ao ressaltar que as mulheres chefes de família não teriam direito à aposentadoria, uma vez que o chefe da família era a pessoa qualificada para receber tal benefício.

Uma outra situação de desvantagem quanto a não sindicalização feminina diz respeito à impossibilidade das mulheres ocuparem cargo de direção.

No Pará, embora o surgimento dos primeiros sindicatos tenha acontecido na década de 1960. foi ao longo da década de 1970 que houve uma “explosão” de fundações de sindicatos. Conforme o apurado no registro feito nas atas de fundações em 118 sindicatos, no período de 1960 a 2005, os dados mostram que em 52 % dos STR's foram fundados na décadas de 1970. Quanto à

presença das mulheres nestas fundações, o Gráfico 1, revela o quanto o número de mulheres era inferior em relações aos dos homens. Ele revela também que há um crescimento da presença das mulheres ao longo dos períodos. Na década de 70, elas representavam somente 3%. No final da década de 80 esse percentual passa para 7%. Já na década de 1990 este percentual é dobrado para 14%.

Gráfico 1 Relação do número de homens e mulheres presentes nas fundações dos STR's no Pará



Organizado por Waldiléia Amaral. Fonte (FETAGRI)

Nos períodos seguintes, 2000-2002 e 2003-2005, o número de sindicatos fundados é menor, mas o número de mulheres em cargos de direção aumenta, representando 22% e 33% respectivamente. Esse aumento, comparado com os períodos anteriores é fruto do novo organograma para composição da diretoria do sindicato e da adoção de uma cota de 30% de participação feminina nas instâncias diretivas dos STR's que se deu no final da década de 90 e, sobretudo pelos questionamentos trazido pelas trabalhadoras rurais para uma maior participação delas nas direções sindicais. o que será comentado mais adiante.

Nas fundações os sindicatos compunham uma junta governativa com três cargos para a direção: Presidência, Secretaria e Tesouraria. Em relação aos cargos ocupados por homens e

mulheres nas fundações dos STR's a Tabela 1 demonstra esta distribuição por período. Nela, percebe-se a presença majoritária masculina em todos os cargos, seguindo a lógica da cultura masculina que disponibiliza ao homem maior facilidade ao espaço público.

No cargo de presidência, há somente uma mulher que ocupou tal cargo em 2004 no Município de Anajás, sindicato pertencente a Regional das Ilhas do Marajó. A presença feminina, inferior a dos homens, concentravam-se em cargos de secretaria, conselho fiscal e suplência, cargos considerados de menor importância com pouco poder de influenciar nas grandes decisões e sem atribuição de representação²⁵.

Tabela 1: Cargos ocupados por mulheres no momento das fundações dos STTR's no período de 1960 a 2005.

Períodos	Presidência		Tesouraria		Sec. Geral		Cons. Fiscal		Sup. C.F	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1960 - 1969	15	0	14	0	15	0	27	0	19	0
1970 - 1979	44	0	43	1	39	5	129	3	172	2
1980 - 1989	27	0	24	3	23	4	68	4	44	2
1990 - 1999	22	0	19	3	14	8	45	6	40	5
2000 - 2005	1	1	1	1	2	0	5	1	4	2

Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (FETAGRI).

²⁵ De acordo com o regimento dos estatutos dos sindicatos entre as várias funções do presidente destaca-se o papel de representar o sindicato, ativo e passivamente, em juízos ou fora dele, podendo delegar poderes, convocar e presidir as sessões da Diretoria da Assembléia Geral, assinar, juntamente com o tesoureiro, os documentos referentes às despesas variáveis previstas no orçamento ou quaisquer outros documentos que impliquem em responsabilidade financeira para o sindicato; assinar juntamente com o diretor das respectivas pastas, os documentos e as correspondências, rubricando os livros de todas as secretarias; presidir as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo, a Assembléia Geral e o Congresso Municipal dos trabalhadores rurais e representar o sindicato nos Conselhos da FETAGRI. Em relação ao cargo de Secretaria, em que as mulheres estão mais presentes, cabe secretariar as reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo da Assembléia Geral do Congresso da categoria, ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo livros e demais documentos do sindicato, supervisionar os serviços de secretaria, receber as propostas de ingressos de novos sindicalizados. A tesouraria cabe a função de fiscalizar a gestão econômica e financeira do sindicato, previsão orçamentária e prestação de contas da Diretoria, vistoriar, rubricar todos os papéis referentes à questão econômica, financeira e patrimonial submetido a sua apreciação, fiscalizar a execução orçamentária através do balancete. Quanto ao conselho Fiscal, sua função é de emitir parecer referente a questão financeira e sua fiscalização. A Suplência consiste em substituir algum membro do conselho fiscal, quando ocorrer impedimento ou renúncia. (FETAGRI, S/D).

É necessário lembrar que na história de organização do sindicalismo de trabalhadores rurais no Pará, a igreja desempenhou um papel importante. Instalada em vários municípios do Estado, contribuiu para a organização dos trabalhadores. No início da década de 1960 cria o Movimento de Educação de Base – MEB e por meio de programas de rádio fornece informações sobre política e religião, conforme sua visão doutrinária (Guerra, 1990). A igreja também serviu, mesmo que indiretamente, como estimuladora para a organização de mulheres rurais por meio de discussões sobre o direito de participação de todos na sociedade, sobre o que estava acontecendo com a agricultura e com o Brasil, ainda que reforçando seus papéis familiares tradicionais. Diversas lideranças sindicais surgem nas participações das atividades da igreja, pelas pastorais sociais e CEB's, principalmente a partir da década de 1980.

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980 emergiram questões antigas e básicas dos trabalhadores rurais, como aquelas ligadas à terra e redefinição do sindicato como um instrumento de luta. De acordo com Assis (2007 p. 93) a década de 1980 foi marcada por lutas que visavam à redemocratização do país, entre as quais, marcam-se neste período, a campanha pela anistia política, pela convocação da Assembléia Constituinte e Pelas Eleições *Diretas*. Além das já citadas no capítulo anterior sobre as organizações de mulheres que ganham força e expressão nos processos de lutas no campo durante esta década.

No campo sindical, surgem grupos de oposição sindical e a criação da Central Única dos Trabalhadores-CUT²⁶ em 1983 com o propósito de um novo sindicalismo, que rompesse com a estrutura sindical vigente. De acordo com Favoreto (2001 apud ASSIS, 2007 p. 96) dois aspectos foram determinantes para a formação de um espaço específico de rurais na CUT e do novo

²⁶Em 1981 é realizada a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I CONCLAT), nela, entre várias questões discutidas, ressaltam-se a estratégia para a criação de uma Central Sindical e o começo da projeção da ação sistemática do novo sindicalismo (ASSIS, 2007 p. 94). A CUT é fundada sem a CONTAG. Sua filiação a CUT é deliberada em 1995 em seu VI Congresso. A FETAGRI, mesmo filiada a CONTAG, atua com base numa prática sindical distinta, mantendo o distanciamento político que se finda com aproximação da CUT à CONTAG.

sindicalismo que se configurava. O primeiro relacionava-se aos conflitos vivenciados pelos agricultores frente a um novo padrão de organização da agricultura brasileira, resultante de um conjunto de políticas públicas em que a CONTAG não conseguia dar encaminhamentos a esses conflitos. Outro aspecto influente, como ressaltando anteriormente, foi a forte ação da igreja, que possibilitou a criação de uma nova percepção de mundo.

Foi nesta perspectiva que um grupo de oposição sindical no Pará, identificado como sindicalismo cutista, se estabelece e modifica a direção da FETAGRI em 1987 como comenta TURA (2000):

“[...] Configura-se, então no estado do Pará, o Movimento de Oposição Sindical, que possibilitou modificações no sindicalismo paraense. STR's e lideranças se forjaram nas lutas em torno da permanência na terra, na disputa pela direção do sindicato e no trabalho de” conscientização “dos trabalhadores”. Forma-se assim, uma nova identidade sindical na região, identificada como o sindicalismo cutista, que compreendia o sindicato como um instrumento de mobilização, reivindicação e transformação da sociedade [...]” (TURA, 2000, p.275).

Por outro lado, as mudanças econômicas, política e sociais ocorridas desde a década de 1960 no Brasil e entre estas podendo-se destacar os efeitos da políticas da modernização da agricultura conduzida pela Ditadura militar, alteram negativamente as relações sociais, estrutura fundiária, e meio ambiente no meio rural.

Na Região Norte, especialmente no Pará, as políticas modernizadoras²⁷ no meio rural nos anos 1970 tiveram reflexo no campo social. O estímulo às migrações internas, a desarticulações e reordenação das atividades produtivas rurais e urbanas e o empenho em capitalizar os agricultores familiares resultaram deste contexto. (CONCEIÇÃO, 2002 p. 147).

²⁷ Estas visavam, sobretudo a integração nacional, promover a expansão capitalista em direção às fronteiras de recursos naturais, efetuar a unificação do mercado nacional foram promovidas pela construção dos eixos rodoviários estratégicos ao país e grandes projetos de exploração mineral. (CONCEIÇÃO, 2002 p. 147).

Novos grupos com identidade política surgem no final da década de 1980 e início da década de 1990 com propósito de resistência a esse contexto, como os seringueiros, indígenas, sem terra, atingidos por barragem, as quebradeiras de coco babaçu entre outros, e que contribuíram para uma redefinição do papel da mulher no movimento sindical .

Este cenário também se refletiu nos STR's no Pará com a introdução de novas questões, visando trazer uma forma nova de ação sindical, pois esta apresentava dificuldades tanto no encaminhamento de reivindicações mais localizadas para a manutenção das condições de vida dos trabalhadores rurais e daquelas mais gerais, assim como na articulação com aqueles grupos.

Um aspecto frisado por Tura (1996; 2000), refere-se às reivindicações políticas e econômicas trazidas para o MSTR nos anos 1990 culminando na mobilização dos *Gritos*²⁸ do campo e da conquista do acesso ao Fundo Constitucional do Norte (FNO) por pequenos produtores. A autora chama a atenção, neste contexto, para questões relativas a estruturas internas que foram trazidas para a FETAGRI, sobretudo na forma de organização e condução da luta dos (as) trabalhadores (as), entre estas – os questionamentos para elevar a participação das mulheres nas instâncias diretivas da organização sindical e incluir suas reivindicações específicas, o que será comentado mais adiante.

III.1 Começando a conversa: a inserção dos questionamentos de participação das mulheres na direção dos STR's e da FETAGRI.

Vários fatores influenciaram para a emergência dos questionamentos da participação de mulheres nas instâncias diretivas dos STR's e da FETAGRI no Pará: a luta pela democratização do país nos anos 1970 e os debates que ocorriam na década de 1980, o movimento feminista que nesta década colocava como questão central a necessidade de auto organização das mulheres; o

²⁸ Mobilizações anuais promovidas pelo movimento sindical de trabalhadores rurais na região desde 1991, para encaminhar proposta de políticas agrícola e agrária, discutindo-as diretamente com os órgãos responsáveis. (COSTA, 2000, p.98).

processo de criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora no nível nacional da CUT em 1986; as mobilizações para a participação popular na Assembléia Constituinte em 1988 para incorporar suas reivindicações na Constituição Federal deste ano, estimuladas por diversas organizações, a exemplo da CONTAG, Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT e o Departamento Nacional de Mulheres da CUT. Em 91 é realizada a campanha pela sindicalização e da profissão de agricultoras por ocasião do Censo, articuladas por organizações específicas de mulheres de cinco estados do Sul do País e da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DNRT-CUT; discussão para a aprovação da adoção da cota de 30% e máximo de 70% de cada sexo nas instâncias de direção da CUT em 1993 em âmbito nacional, estadual e regional entre outros. (CONTAG, 2002; DELGADO, 1998; LAVINAS, 1991; MOURÃO, 2005).

Outras vias também serviram como direção para trazer à tona a participação feminina. As influências oriundas da CUT, igreja católica, por meio das pastorais, organizações específicas de mulheres rurais e urbanas, apoio de entidades²⁹, da CONTAG. Essas organizações, na maioria dos casos eram, ligadas a grupos que atuavam no processo de oposição sindical que se configurou no final da década de 1970 sobretudo na década de 1980, contribuíram para agregar informações e “pôr a mesa” os problemas vivenciados por elas.

No bojo do processo chamado de “novo sindicalismo” várias mulheres juntam-se aos homens na crítica ao assistencialismo, aumentando a força daqueles que lutavam por uma renovação na ação sindical em vários municípios³⁰ do Estado, o que contribuiu para o

²⁹Entre estas a Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE que atua na Amazônia há mais de 30 anos tem assessorado e apoiado o fortalecimento das organizações de trabalhadores(as) rurais; Comissão Pastoral da Terra – CPT, e o Movimento de Educação de base -MEB que encaminham discussões teóricas sobre o movimento sindical e as mudanças na sociedade brasileira entre outras.

³⁰ A esse respeito ver (SOUSA, 2002 e ASSIS, 2007).

aparecimento de grupo de oposição estadual. Observa-se numa ata³¹ de reuniões disponível na Federação, sobre a preparação para realização do processo eleitoral para a conquista da FETAGRI que dos componentes que coordenavam a campanha de oposição sindical por região, era uma mulher do Sudeste do Pará, entre nove homens. De acordo com Assis (2007) essa liderança feminina foi quem liderou a Oposição sindical no Município de Jacundá e foi a primeira mulher eleita para o cargo de presidência no STR's do Estado do Pará, em 1985. Após anos de militância sindical, entrou para a militância partidária elegendo-se vereadora e vice-prefeita de Jacundá.

A inserção das mulheres rurais não se dava somente nesse processo. Os estudos realizados no Pará demonstram alguns lugares de inserção das trabalhadoras rurais em diversos Municípios, contribuindo para visibilizar a importância da participação das mulheres no movimento sindical. (ABE, 2004 p.93; CASTRO e RODRIGUEZ, 2004 p.27; GUERRA, 2001 p. 145; MARIN, 1998; TURA, 1998).

Tura fornecendo informações sobre a trajetória do movimento de mulheres no Estado do Pará (informação verbal)³², ressalta a década de 1980, como um momento onde as mulheres passavam a se organizar por dentro de associações filantrópicas (clube de mães) ou por dentro de partidos, sindicatos e associações. Esse período é caracterizado como de caráter reivindicatório e de emancipação e a década de 1990 é marcada pelo nascimento, crescimento e articulação do movimento de mulheres, passando a ter um caráter propositivo e de negociação com o Estado. Nesta mesma década, há uma expressiva participação das mulheres, sobretudo das trabalhadoras rurais, em lutas e/ou atividades coletivas como: os Gritos da Terra, Marchas, ocupação,

³¹ Ver Relatório da FETAGRI sobre Reunião de Coordenação Estadual da Campanha por Região nos dias 19 e 20 de agosto de 1986.

³² Conferência de Leticia Tura na II Plenária de Trabalhadoras Rurais da FETAGRI, em fevereiro de 2003, no Parque dos Igarapés em Belém do Pará, apresentando uma pesquisa referente a diagnóstico sobre o Perfil das Mulheres da Floresta Amazônica Paraense, conduzido pelo Fórum de Mulheres a Amazônia Paraense - FMAP, FASE e Universidade Federal do Pará-UFPA em 1998.

manifestação, participação em cursos de formação, seminários e encontros. Isto se reflete não só pela cota, mas as próprias mulheres viram a importância de sua participação.

De fato, em vários municípios, grupos de mulheres se organizam nesse período. No Nordeste Paraense, por exemplo, região em que foram colhidos depoimentos de lideranças sindicais para esta pesquisa, houve naquela década uma articulação de grupos de mulheres, inicialmente chamado de grupo de apoio às mulheres - GAM que tinha apoio da FASE. A partir deste grupo emerge formalmente em 1995 o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA, o qual surge a partir da necessidade articulada pelas próprias mulheres em participar da vida sindical e política da região.

Castro e Rodrigues (2004) ressaltam que na Transamazônica há depoimentos de lideranças relatando que houve encontros que reuniam em torno de seiscentas mulheres, na década de 1980, num contexto de resistência e luta pela sobrevivência. Na década de 1990 ampliaram-se as organizações de mulheres com expressões em ações locais.

No caso de militância sindical no Sudeste do Pará, Guerra (2001), resalta a realização de vários encontros de mulheres e a inserção delas na gestão da organização sindical. Demonstra como as mulheres aparecem nos discursos de seus companheiros que reconhecem a sua importância na gestão produtiva dos estabelecimentos e políticas do sindicato. Nesta mesma região, o estudo de Marin (1998) relata como a participação das mulheres rurais é evidenciada, sobretudo nas associações e nas comunidades de base, desembocando na vida sindical ou partidária, nas experiências de organização pelas lutas no campo, especialmente pela reforma agrária, pelo fim da impunidade e contra a violência.

Existem casos, em que a presença de mulheres se constitui em elemento estratégico importante na luta política. É o caso de atividades como as do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST, que nos enfrentamentos com a polícia militar as mulheres e crianças

assumem a posição de frente, nos confrontos, como meio de inibir uma ação mais violenta por parte da polícia. (ABE, 2004 p.93).

Voltando para o processo de oposição sindical que culminou na criação da CUT e na tomada da direção de muitos sindicatos na região e da FETAGRI, esse processo trazia em seu interior a liberdade de organização sindical, orientada por princípios democráticos. Segundo Delgado (1998) a CUT foi fundada a partir desse valor e nela desenvolveu-se um forte processo de organização das mulheres como expressão e resultado do surgimento do movimento de mulheres e do feminismo no Brasil que chegaram até as trabalhadoras rurais e urbanas.

Certamente o rico processo de fortalecimento dos grupos de oposição sindical, assim como articulações das diferentes redes locais, regionais e nacionais, estabelecidas, permitiram estimular uma série de ações pontuais, em vários municípios do Estado, em que muitas mulheres rurais tornam-se sindicalistas ativas, contribuem para dar aporte na reflexão frente aos tradicionais parâmetros da cultura sindical e questionam a direção sindical, tradicionalmente ocupada por homens.

Os questionamentos para ampliação da representatividade de mulheres nas direções da FETAGRI ganham força na década de 1990. Além dos questionamentos trazidos pelos sindicatos e da própria FETAGRI frente aos desafios colocados pela conjuntura política daquele momento, acumularam discussões e experiências sobre a importância feminina dentro do movimento sindical. Isso é perceptível nas resoluções dos Congressos da Federação no período de 1990 a 2005, representadas, principalmente a partir de 1996 nas propostas da Secretaria de mulheres da Federação. Entre as várias propostas³³ destacam-se as questões referentes à reforma agrária, combate à violência no campo, violência sexista, meio ambiente, saúde, educação, fortalecimento da organização das trabalhadoras no movimento sindical entre outros. O que é importante

³³ Ver documentos de Resoluções do Congresso da FETAGRI (1996, 2002, 2005).

destacar aqui não é o número de propostas levantadas, mas uma nova maneira que o movimento sindical tem vivenciado que articula as lutas por melhores condições de vida, levando em consideração o papel da mulher na sociedade e dando visibilidade ao fato que o movimento sindical é composto por homens e mulheres, como nas reflexões de Lobo (1991) na sua importantíssima obra intitulada: a Classe operária tem dois sexos.

III.2 Mecanismos adotados para a participação das mulheres nas instâncias de direção da FETAGRI e STR's.

Quando a FETAGRI foi tomada pela Oposição sindical em 1987, colocava-se pela nova direção, por meio do discurso de posse, varias intenções para seus trabalhos. Entre estas o anúncio de uma estrutura de funcionamento, por meio da criação de secretarias específicas³⁴, visando articular suas ações. Anunciava-se também o desenvolvimento de um trabalho específico com mulheres e jovens. Entretanto, diversas dificuldades vivenciadas durante o primeiro triênio daquela direção, impediram de pôr em prática muita das suas intenções. No Relatório do I Congresso da Federação³⁵ no ano de 1990 observaram-se suas avaliações, avanços e dificuldades. A realização do primeiro Congresso Estadual, participação da Federação nas ações pela Reforma Agrária, articulação junto à CUT; participação em atividades integradas da CONTAG, Federação e Sindicatos; melhoria na assistência jurídica, junto às áreas de conflitos de terra, foram itens ressaltados como sinais de avanço (FETAGRI, 2007).

No que tange às dificuldades, entre outras levantadas, destacam-se a questão do apoio existente na conquista da Federação, o que não se manteve para o enfrentamento das dificuldades encontradas pela nova direção, assim como divergências entre dirigentes, dificultaram ações integradas para atuação da Federação. A idéia de que cada secretário se responsabilizasse em

³⁴ Secretarias de: Pequeno Proprietário, Assalariados Rurais, Políticas Sindicais, Sem Terra, Política Agrícola (FETAGRI,1987).

³⁵ Ver Relatório FETAGRI (1987).

elaborar um plano de trabalho e posteriormente ser submetido à Assembléia Geral para aprovação não se operacionalizou, pois os números de reuniões foram insuficientes para discutir e encaminhar os trabalhos a serem realizados pelas secretarias. Neste congresso, enumerou-se uma lista de ações para o novo triênio. Entre os vários itens relativos à sua estrutura de funcionamento incluía-se o fortalecimento de uma secretaria da mulher trabalhadora rural com intuito de desenvolver um plano de ação que levasse em consideração a participação da mulher rural no movimento sindical.

Assis (2007) referindo-se à plataforma de lutas defendida pela nova direção ressalta que esta carregava grandes desafios, uma vez que pretendia atender demandas dos agricultores que foram coibidas por muito tempo e o sindicalismo cutista que se instalava na FETAGRI, pretendia ser porta voz de um conjunto heterogêneo e com as mais diversas necessidades. Segundo este autor, talvez tenham sido os maiores obstáculos enfrentados por aquela direção. Por outro lado, as lutas priorizadas naquele momento esboçaram-se na década de 1990, como comenta ASSIS (2007):

[...] As lutas definidas como prioritárias para a ação da primeira direção cutista da Federação se tornaram embriões das lutas que afloraram nos anos noventa. A bandeira da Reforma Agrária foi atualizada; a luta pela regularização das terras ocupadas; pela melhoria da infra-estrutura; pelas condições diferenciadas de acesso ao crédito e políticas sociais [...] (ASSIS, 2007 p. 126).

No II Congresso em 1993 nas discussões sobre o balanço político e organizativo nos últimos três anos, apontava-se entre as lacunas a serem superadas, a de que não se conseguiu mobilizar e organizar as mulheres trabalhadoras rurais nos sindicatos rurais.

Em relação à dificuldade de organizar o conjunto das trabalhadoras rurais, é importante frisar que vários problemas estão embutidos aí. Além das questões já ressaltadas por Assis, acrescentando-se a limitação financeira, a localização geográfica dos Municípios que contribui

para a fragilidade do processo de aproximação da Direção da FETAGRI, o desconhecimento das necessidades concretas junto à base e aquelas que dizem respeito aos padrões culturais.

Avelar (2001) apresentando um conjunto de razões para a baixa participação feminina na política brasileira oferece uma lista de fatores que interferem para a participação diferencial da mulher. Dentre estas destaca: a socialização diferencial entre homens e mulheres, em cujo pilar encontra-se os ensinamentos dos papéis ligados ao sexo. Os valores de uma “cultura feminina” e de uma “cultura masculina” implicarão escolhas futuras, a partir de um conjunto organizado de referências que acabam sendo incorporadas aos componentes da personalidade dos indivíduos. O problema da socialização, segundo a autora, está na educação quando se ensina que o mundo da política é um mundo dos homens. Fatores relacionados aos ciclos de vida da mulher como a situação conjugal e a maternidade que, dependendo de cada situação, as tarefas do campo doméstico se ampliam com a maternidade, implicando na alteração de tarefas fora de casa, tornando-as seletivas para a mulher. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida³⁶.

Refletindo sobre essas questões nos sindicatos, compartilho com a visão de Araújo e Ferreira (2000) de que o não reconhecimento da especificidade da condição feminina por parte das lideranças sindicais masculinas os conduziram à percepção das lutas das mulheres como complementares à luta dos homens. Segundo as autoras e baseadas nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, podemos afirmar que a organização do sindicato, estruturada em função do cotidiano dos homens é excludente em relação às trabalhadoras por não levar em consideração suas responsabilidades domésticas, pois conciliar tantas atribuições com a militância sindical não

³⁶ Outros fatores como os tipos de família e estruturas familiares; o acesso diferencial aos recursos econômicos e sociais; o Capital social *versus* capital emocional; as estruturas do Estados; os Regimes políticos, o tradicionalismo e religiosidade são razões, que segundo a autora, explicam a baixa participação das mulheres na esfera pública. (AVELAR, 2001).

é uma tarefa fácil e possível. Um outro impedimento refere-se aos espaços construídos socialmente para homens e mulheres que ditam onde elas devam freqüentar ou não, pois a idéia de que o sindicato “não é lugar de mulher” contribui para fomentar sua pouca presença.

A realização do II Congresso de 1993 da Federação inscrevia-se em um momento de crise do sindicalismo rural no Estado. De acordo com Assis (2007) a leitura que se fazia naquele momento provinha de um quadro que se tinha em nível nacional. O autor conta, baseado em um documento referente a uma consulta sindical desenvolvida pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE em conjunto com diferentes atores ligados ao movimento sindical, de que os problemas que caracterizavam a crise no sindicalismo de trabalhadores rurais apontava efeitos de três dimensões: i) mudança no processo de acumulação capitalista que causou efeito nas relações internas e externas do sindicalismo rural, ii) o aparecimento de novos movimentos, o que provocou uma crise na mediação do sindicalismo de trabalhadores iii) aparecimento de novas propostas contrárias ao sistema estabelecido pela CONTAG. Para o autor o que estava por detrás desta crise era a constatação da incapacidade do sindicalismo vigente em lidar com as diferentes lutas e as diversidades de organização.

O discurso estadual sob influência dos documentos de nível nacional parecia deslocado do contexto regional segundo Assis (2007), pois neste período novas formas de organização surgem na região e uma dinâmica forte do sindicalismo de trabalhadores rurais em várias regiões aflora. O movimento de mulheres e jovens resulta dessa nova dinâmica (ASSIS, 2007).

A configuração de novas estratégias se esboçava neste Congresso. As principais ações apontavam para investimento na formação e capacitação das lideranças sindicais; na auto sustentação dos STR's; na revisão das relações dos STR's com os partidos, igrejas e entidades de assessoria e a relação com o Estado (FETAGRI, 1993).

Especificamente sobre as mulheres, as propostas diziam respeito a: i) investir na organização e formação das mulheres trabalhadoras rurais, apostando na unificação das lutas que até então se processava de forma isolada ii) a necessidade de organizar uma comissão estadual de mulheres trabalhadoras rurais visando traçar e implementar políticas ligadas à organização, valorização e participação da mulher no campo iii) investir no número de associados nos STR's com mais participação das mulheres e jovens (FETAGRI,1993).

A FETAGRI estadual não havia assumido nenhum trabalho voltado para as mulheres, a Federação participava somente da Comissão Nacional de Mulheres da CUT, através de uma dirigente sindical de Cachoeira do Arari que representava a CUT-Pará³⁷, já que a FETAGRI tinha uma relação mais próxima da CUT do que com a CONTAG, pois nessa época não era filiada à Central e a FETAGRI. A CONTAG também forma uma Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR em 1991 no seu V Congresso, no início vinculada à Secretaria de Formação³⁸. Foi no VI Congresso, em 1995, ano em que também a CONTAG se filiou à CUT, que se aprovou a regulamentação da CNMTR nos estatutos da CONTAG, garantia da discussão da temática de gênero em todos os cursos e atividades promovidas pelo MSTR. As orientações da CUT e da CONTAG refletiam também nas proposições da organização sindical no Pará.

A renovação das práticas sindicais que emerge no final dos anos 1970 e o afloramento do discurso feminino com o aumento do ingresso das mulheres na militância sindical em vários

³⁷ Havia a Secretaria Rural da CUT Pará que foi quem coordenou a Oposição Sindical.

³⁸ A CONTAG está estruturada em Secretarias de Assalariados(as) rurais, Política Agrária e Meio Ambiente, Política agrícola; Organização e Formação Sindical; Política Social. É composta por duas comissões: Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras e Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. As Secretarias objetivam acompanhar as políticas do estado e municípios, traçando estratégias nacionais do movimento de trabalhadores ligados ao sindicalismo (ABRAMOVAY & SILVA , 2000 p.355).

municípios ajudam a trazer, pelo menos nas propostas de trabalho da federação, a necessidade e importância da participação feminina.

As discussões sobre a inserção das mulheres nas direções sindicais também ganham força em diversos municípios do Estado, fruto da expressão da conjuntura local, nacional e internacional, o que se refletiu nos sindicatos do Pará como relatado neste depoimento:

[...] acho que houve uma influência externa da CUT, porque o sindicato foi tomado em 88 pelos trabalhadores e ele foi tomado numa perspectiva já de vir para a CUT. No mesmo ano de 88 ele filiou-se à CUT, [...] e a gente tinha uma influência muito grande do debate da CUT nesse contexto lá, da proposta cutista, do sindicalismo novo, atuante, questionador [...]. Na verdade eu entrei mais nesse momento mais de virada, da gente entrar no sindicato sem compreender e nem sem saber exatamente o que ia fazer e a CUT era uma referência teórica muito importante e a FETAGRI também [...] Porque nesse período também havia uma luta de tomada da FETAGRI muito forte no Estado. [...] Foi a partir do sindicato que nós inventamos de criar um movimento de mulheres no município. O sindicato foi muito importante, enquanto uma organização, entidade que no município tem. É a segunda entidade mais importante depois da prefeitura. Então começar a organizar as mulheres por dentro desse sindicato também tinha uma credibilidade muito grande [...]. E nessa época nós fizemos reuniões com as mulheres, fizemos vários encontros com todas as mulheres, ultrapassamos a idéia de ser as mulheres rurais, a gente mobilizava as mulheres do município inteiro com grandes ações isso fortaleceu a luta das mulheres. A partir daí eu me lembro nunca esqueço num conselho da FETAGRI, a gente levantava a seguinte fala: **onde estão as mulheres nessa história daqui da FETAGRI?** [...] (Entrevista 1 - Dirigente sindical – mulher).

Em 1996, no Pará, os questionamentos trazidos pelas mulheres desembocam na necessidade de ampliação de sua participação das mulheres no movimento sindical. Um grupo de 13 mulheres de dez municípios³⁹ do Pará se reuniu em preparação ao III Congresso da Federação, em Belém, realizado naquele ano. Este fórum constituiu-se num momento importante de reflexão, avaliação e de proposições ao Congresso. A pauta do evento iniciou-se pela discussão e avaliação das propostas ao Congresso, seguida de uma avaliação do cenário de disputa para a nova direção da federação e do aprofundamento da proposta de criação de uma secretaria específica de mulheres.

³⁹ Curalinho, Mocajuba, Capanema, Marapanim, Irituia, Nova Timboteua, Ourém, Ananindeua, Acará, Igarapé-Miri, Ourém, uma dirigente da Federação. Maiores detalhes sobre esta reunião ver Relatório da Reunião das Mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadoras Rurais (FETAGRI 1996).

No primeiro ponto, avaliaram que nos *Gritos*⁴⁰ não foi oportunizado, pela coordenação da manifestação, a participação delas na elaboração da pauta ou das mesas de negociação. Tura (1996), levantando o perfil dos (as) delegados (as) presentes ao III Congresso da Federação a partir de uma amostra de 67.6% dos delegados presentes⁴¹, perfazendo um total de 194 questionários respondidos, demonstra que 48.97% de homens estiveram presentes nos *Gritos*⁴² e as mulheres representavam 12.37% nessas manifestações. Mais do que número estes valores apontam que houve a contribuição delas nestas mobilizações que visavam à negociação de políticas públicas com as diversas instâncias do poder público, ainda que os homens fosse a grande maioria. Essa situação não era diferente ao nível nacional. De acordo com Heredia *et al* (2006), no início da década de 1990, nos Gritos da Terra, essas manifestações eram realizadas pelo DNTR da CUT e, a partir de 1995 pela CONTAG. Mesmo existindo uma representação da Comissão de Mulheres da organização daquele departamento, não existia uma pauta voltada para elas. Progressivamente, questões relativas a gênero passam a ser incorporada nas negociações dos Gritos.

Naquela reunião de preparação para o III Congresso em Belém, as mulheres também denunciam a ausência na Federação de um trabalho voltado para elas e reconhecem de que há iniciativas ao nível Municipal e Regional. Outros questionamentos foram levantados e incorporados nas resoluções do Congresso como a titulação da terra em nome delas e a necessidade de que todas as propostas de política agrícola reconheçam e apoiem as mulheres do campo, entre outros.

⁴⁰ No começo dos anos 90 o movimento sindical começou a organizar os Gritos da Terra que culminou num grande ato público em Brasília e nas capitais dos Estados. Esta manifestação começou no Pará, onde se realizou o primeiro Grito, em 1991, intitulado “Grito do Campo” e daí em diante assumindo dimensão nacional, com a criação do “Grito da Terra Brasil”. Os primeiros Gritos no Pará tinham como bandeiras de lutas: a punição dos culpados pela violência e desburocratização do Fundo Constitucional do Norte – FNO. (HIRATA, 2006 p.15).

⁴¹ Nesta amostra os homens representavam 73.7% enquanto as mulheres 26.3% como participantes (TURA, 1996).

⁴² I Grito do Campo, II Grito do Campo, III Grito do Campo, Grito da Amazônia, I Grito da Terra Brasil, II Grito da Terra Brasil (TURA, 1996).

A criação de um espaço de uma secretaria de mulheres torna-se foco maior deste debate sobre a participação das mulheres no MSTR. Influenciadas pela discussão de uma política de cota na CUT em 1993 aglutinam elementos para iniciarem essa discussão de que a Secretaria por si só não dava conta de ampliar a participação das mulheres nas instâncias diretivas da Federação.

[...] primeiro a gente levantava esse debate no conselho preparatório ao Congresso e conjuntamente fazendo a discussão de uma mudança, inclusive, estatutária, porque você faz uma proposta de criar uma secretaria de mulheres e todo debate era: a gente cria uma secretaria ou uma comissão? Que “diacho” a gente cria para instrumentar a organização das mulheres no Estado?, Era uma pergunta que a gente fazia, eram dúvidas, certezas e incertezas que nós vivíamos e vivemos até hoje, né? sobre vários temas. Bom, optamos e ao criar uma secretaria de mulheres e isso foi elemento do debate, do congresso, de mudança do estatuto. Colado com isso, vinha a história da discussão da cota das mulheres. Criar uma secretaria de mulheres era um elemento, instrumento importante. Mas ao mesmo tempo, a gente queria também garantir uma cota de participação das mulheres na direção, que somente a secretaria não era suficiente, na leitura que a gente tinha, essa questão. Então, rolava, a mudança estatutária, criação de uma secretaria as mulheres debatendo isso, achando que isso era importante para instrumentalizar a organização delas, mas também debatíamos a questão da cota que até hoje é um profundo debate. (Entrevista 1 - Dirigente sindical – mulher).

O debate sobre a cota naquele momento não estava esclarecido a ponto de garantir votos favoráveis para a aprovação no congresso desta medida de ação afirmativa que conforme explica Capellin (1998, p.63): “são estratégias de política social voltadas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres nas diferentes instâncias: no mercado de trabalho, na política, etc.”

De acordo com Delgado (1998 p.50), essas ações surgem nos Estados Unidos, na década de 1960, como estratégia de corrigir as diferenças de acesso e participação da população negra norte-americana nos espaços públicos, estendendo-se posteriormente às mulheres. Outros países, europeus e da União Européia assumiram esta iniciativa. Na América Latina vem sendo adotada aos poucos nos últimos anos. No caso Argentino, foi adotado o sistema de cota para todos os partidos.

No Brasil, o PT estabeleceu a cota em todas as suas instâncias de deliberação. A Central única dos Trabalhadores - CUT, adotou a cota mínima de 30% e máximo de 70% para cada sexo

nas instâncias da direção da Central, em âmbito nacional, estadual e regional, em 1993. (DELGADO, 1998, p.51).

A CONTAG veio adotar esta medida em sua direção executiva somente em 1998 no seu VII Congresso⁴³. Neste congresso, o público presente contava com 42% de representação de mulheres. Também mudou o nome do evento para Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Aqui a proposta não era o acréscimo de mais uma letra, mas dar visibilidade à participação das mulheres no processo político do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e significava o reconhecimento de que o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais abarca homens e mulheres. Essa resolução saiu também em 2005 no VI Congresso da FETAGRI, atribuindo aos sindicatos e a Federação, passando a chamar-se Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará.

Quanto a medida do sistema de cota não foi extensiva às FETAG's e STR's nesse Congresso, passando a ser obrigatória, a partir do II Congresso Nacional Extraordinário de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – CNETTR⁴⁴ realizado em 1999, aprovando-se a obrigatoriedade de 30% de mulheres em todas as instâncias de decisão do MSTTR, enquanto princípio estatutário, e 50% de participação das mulheres nos espaços de formação do MSTR

O III Congresso se constituiu, portanto, em um momento histórico para a FETAGRI em 1996. Aprovaram-se mudanças em seu estatuto, com a criação da secretaria específica de mulheres, objetivando de forma geral, elaborar e apresentar na executiva da federação políticas e estratégias para a superação de todas as formas de discriminação e desigualdades fundadas no

⁴³ Os principais avanços considerados pela CONTAG nesse Congresso foram: A aprovação da Reforma Agrária ampla e massiva; a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, aprovação da política de cota para a diretoria executiva da Confederação e a eleição de três mulheres para sua diretoria (CONTAG, 2002 p.25).

⁴⁴ Os temas centrais desse congresso foram: organização e estrutura sindical. As mulheres representaram 39% neste fórum (CONTAG, 2002).

gênero. Junto com ela cria-se uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras – CEMTR, visando dar organicidade às demandas específicas do conjunto das trabalhadoras rurais do Estado do Pará.

A CONTAG em seu VI Congresso em 1995 constituiu a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR⁴⁵. A CEMTR é composta por uma representante efetiva, as coordenadoras ou vice-coordenadoras regionais, e uma suplente de cada regional do Estado, eleita pela regional e referendada no Conselho Deliberativo da FETAGRI, compondo, a CNMTR da CONTAG. Entretanto a comissão estadual passa a funcionar somente em 2001.

É necessário ressaltar que a criação de um espaço específico de mulher por dentro de uma organização mista, envolvendo homens e mulheres, carrega, sobretudo, grandes desafios. Pensar em articular os diversos temas com a questão de gênero e das mulheres não é uma tarefa das mais fáceis. Ela requer, como alerta Ávila (2003 apud PORTELA, 2004, p.55), que as organizações reflitam continuamente, sobre a relação entre essas instâncias e a dinâmica geral da organização, para não incorrer em erros que colaborem para uma prática isolada da participação das mulheres, o que poderia causar uma naturalização e fixação de desigualdade política, pois nessas estruturas mistas as relações de desigualdades de gênero e hierarquia ainda estão presentes. Esse alerta tem sido ressaltado como preocupação pelas mulheres da Federação e da CONTAG. No documento de resoluções do seu VI Congresso em 2005, há um trecho que diz: “precisamos articular junto aos (as) dirigentes da FETAGRI, Regionais e STR’s para incorporarem a luta das mulheres e o olhar de gênero na sua ação política como dirigente”.(Resolução do VI Congresso da FETAGRI, 2005. p 23).

⁴⁵ Foi criada com a finalidade de analisar a condição e posição social das trabalhadoras rurais e propor estratégias e políticas específicas que possibilitem superar todas formas de discriminação e opressão de gênero. É composta por uma representante e suplente de cada federação filiada à Confederação e mais uma coordenadora nacional e diretoras efetivas da CONTAG (MASCENA, 2002 p. 135).

Além da criação do espaço específico de mulheres no III Congresso, criou-se um Departamento de Associativismo e Cooperativismo e o estabelecimento de nove instâncias regionais de representação da Federação. Neste momento, a Federação não pautou a forma de composição da coordenação dessas regionais, passando no Congresso de 1999 a obrigatoriedade de composição por um homem e uma mulher, na condição de coordenador (a) e vice-coordenador (a). Neste mesmo ano passou a ser obrigatória a cota de mulheres na FETAGRI e nos sindicatos.

A conquista da adoção de cota pela FETAGRI, deliberada no seu IV Congresso em 1999⁴⁶, foi gerada sob um cenário de discussões, de dúvidas, de negociação, de sensibilização e de convencimento dos (as) dirigentes, que iniciou antes de 1999. Este cenário não foi diferente na CUT⁴⁷, e outros sindicatos do país (BONI, 2004) e, muito menos na CONTAG⁴⁸. Há opiniões variadas entre os (as) dirigentes sindicais, porém as opiniões convergem na medida em que a cota é vista por eles como um instrumento importante que garante a entrada das mulheres nos espaços de decisão do MSTTR. E assim foi possível rever posições inicialmente contrárias e de insegurança como demonstram alguns trechos de depoimentos coletados durante a pesquisa:

[...] “ inclusive logo no início quando a gente começou a discutir a cota de 30% de mulheres, eu era contra a questão das cotas. Porque eu achava (..) quer dizer.. eu acho até hoje, porque eu acho que a participação das mulheres não tem que se dá pela força de lei. Mas ela tinha que se dar pelo um processo de consciência, né? De importância do papel que todos nós somos capazes. Mas chegou um momento que foi tão acirrado isso no movimento, que eu fui convencida de que as cotas não era a solução, - mas um meio; - era um mecanismo - era uma ação - era um instrumento de afirmação, né? E a gente lutou aqui e imprantou a cota de 30%. Eu lembro que no primeiro congresso que foi proposto [...] eu fui contra as cotas, e depois foi todo um processo de trabalho. Quando foi num outro congresso seguinte, foi que a gente já tava junto defendendo as cotas e isso passou e imprantou e passou a ser estatutário” [...]. (Entrevista 2 - Dirigente sindical –mulher)⁴⁹.

⁴⁶ Do total de 202 delegados credenciados presentes neste Congresso, 36% eram mulheres (FETAGRI, 1999).

⁴⁷ Ver DELGADO, 1998.

⁴⁸ Ver ABRAMOVAY e SILVA, 2000.

⁴⁹ Nascida no município de Cachoeira de Arari. Filha de agricultores familiares da região trabalhou na roça, na extração do açaí e na pesca de camarão. Sua militância no movimento sindical começou cedo. Aos 15 anos começou na Pastoral da igreja, foi coordenadora do grupo jovem do Município. Desempenhou atividades de catequista na comunidade, contribuiu no processo de organização da criação da Colônia de Pescadores a Z-40 de Cachoeira do Arari. Participou do processo de tomada do sindicato na região. Quando completou 18 anos assumiu a tesouraria do sindicato. No segundo mandato assumiu a Secretaria Geral do sindicato. Participava do Conselho da FETAGRI e

[...] “Naquele momento, eu não tinha certeza sobre cota, eu não tive coragem de fazer defesa, sabe ?, eu não tenho medo de dizer das minhas dúvidas e das minhas incertezas da história. Provavelmente seria mais fácil eu dizer: ah! W. eu era defensora da cota. Eu tinha muitas dúvidas sobre a cota, porque há até hoje há uma corrente de pensamento que não acredita na cota, e outra corrente que acredita. E naquele momento do Congresso da FETAGRI , houveram duas defesas, uma de não a cota e outra de sim a cota, e alguém disse: vai fazer a defesa da cota. Eu disse: eu não tenho segurança estabelecida, eu não vou, sabe?. Eu até acho que a cota é um instrumento importante, mas eu dizia: eu não tenho os elementos suficientes, porque os outros argumentos eu não tenho” [...] (Entrevista 1 - Dirigente sindical - mulher).

O fato dos sindicatos terem que adotar a cota de mulheres e garanti-las em seus estatutos, trouxe incertezas e preocupações para muitos dirigentes sindicais quanto ao exercício do poder, pois afinal é trazê-las para um espaço que até então eram poucas mulheres que conviviam nesse ambiente. Essa visão é expressa nos depoimentos a seguir:

[...] Naquele momento da aprovação, eu votei contra a política de cota, justamente por..., eu votei contra não. Eu fui convencido em votar a favor, porque vinha mulher para tentar...só pra compor, mas não tinham essa discussão política com ela.. Depois, fui convencido que ela viriam aprender no processo, E aí eu.. tínhamos uma obrigação de ensinarmos. Então daí fui contra nesse momento. Depois achei que iria...Como foi aprovado no congresso, **e o Congresso é a nossa constituição maior**. Então daí em diante, como presidente não deixei de cumprir uma ordem a ser obrigatória nos municípios e regiões [...] (Entrevista 3- Dirigente sindical-homem)⁵⁰.

recebeu um convite dentro da FETAGRI em 1993 para assumir a secretaria de políticas agrárias, até então não criada. Em 1994 quando de sua criação oficial ela assume. No período de 2001 a abril de 2002 assume a presidência da FETAGRI, interinamente, substituído um dirigente sindical que vai para Diretoria da CONTAG. Em 2002 esta assume a Secretaria de Política Agrícola e Meio ambiente até os dias atuais.

⁵⁰ Nascido no Maranhão, numa comunidade chamada Cajazeiras no Lago do Junco, filho de uma família de agricultores de onze irmãos. Da família somente ele e o pai continuam militando no movimento sindical. Começou sua militância a partir do grupo de jovens da igreja Católica, coordenava a Animação dos Cristão no meio Rural - ACR. Em 1983 se associou ao sindicato e nesta mesma década se candidata a vereador pelo PMDB, seu pai na época era o presidente do Partido. Em meados dos anos de 1980 se engaja no processo de luta do chamado; babaçu livre em que nos conflitos de terra vários fazendeiros da região amedrontavam os(as) agricultores (as) daquela região. Várias pessoas foram ameaçadas de morte, inclusive ele e seu pai. Assim em 15 dias a família decide mudar daquele Estado, quando em 16 de setembro de 1989 mudam para Marabá. Chegando a Marabá se associa ao sindicato, mas começa a se envolver na vida sindical a partir de 1992. Em 1993 a família vai para um Assentamento criado nesse ano. Ao ser criada uma Delegacia Sindical ele e seu pai se candidatam ao cargo. Por ser mais novo lhe garantiu exercer tal função. Em 1994 é convidado para fazer parte, do grupo de Oposição a direção do sindicato de Marabá, assumindo o cargo de Secretário geral. Em 1996 veio para a FETAGRI estadual assumiu a Secretária de Política Agrária. No Congresso de 1999 é reeleito no mesmo cargo. Em 2001 assume a Presidência da FETAGRI e em 2005 assume a cargo de tesoureiro da federação até os dias atuais.

A percepção deste dirigente era que as mulheres não estavam “preparadas politicamente” para exercer cargo de direção. A justificativa sugere que todas as direções devem seguir um padrão de capacidade estabelecido, onde as pessoas parecem desempenhar um papel muito bem nas direções, direções essas majoritariamente masculinas.

[...] eu não tinha nesse tempo um conhecimento básico da coisa, eu não sabia a origem dessa questão. E no momento é no decorrer dos anos eu fui me aprofundando disso, até que chegou já com a cota da FETAGRI, da CONTAG que tinha que ter a participação da mulher. Então já foi uma coisa que foi imposta, discutiram lá no congresso, os trabalhadores estavam lá, mas alguém fez essa proposta. Então veio de lá pros sindicatos, ai todos os sindicatos, associações, cooperativas tem que ter isso [...] Então vem no estatuto, eles mandam assim pra nós um esqueleto, né? [...] Eu te digo mesmo, eu acho que é uma questão que pode até dar certo...mas!? [...]. (Entrevista 4- Dirigente sindical-homem)⁵¹.

É importante colocar que a cota constituiu-se num passo importante para o MSTTR, afinal, permite introduzir concretamente uma mudança da realidade, marcada pelo número reduzido de mulheres em cargos de direção. Certamente ela não garante o equilíbrio em termos numéricos, mas busca enquanto medida interferir numa situação desigual de representação entre homens e mulheres, causando efeitos na dinâmica dos sindicatos. Entre estes, a interferência na composição da chapa candidata à eleição sindical, proporcionando novas experiências, não antes vivenciadas, pelos (as) sindicalistas com a presença das mulheres. Delgado (1998) lembra que com uma maior participação das mulheres há chances de mulheres revelarem-se como dirigentes com suas competências, potencialidades; já outras não. Além disso, haverá homens e mulheres competentes e outros(as), não. Trata-se, portanto, de uma questão ampla de formação da sociedade e não da capacidade dos indivíduos.

Em que pese essas questões, a implementação da cota elevou o número de mulheres nas instâncias da direção da FETAGRI. Até 1991 às mulheres ocupavam cargos de suplência e

⁵¹Nascido no Pará foi sócio fundador do sindicato de Santo Antônio do Tauá. Foi o primeiro Secretário Geral do sindicato, participou do Conselho Fiscal. Alguns anos distanciou-se da vida sindical. Após voltar em 1989 assume a presidência da entidade até os dias atuais.

secretaria geral. A FETAGRI conta na sua direção executiva Estadual com sete mulheres, sendo três como suplentes e quatro na direção, assumindo os seguintes cargos: a primeira assume a Vice-presidência e a Secretaria de Política Agrícola e Meio ambiente. As demais, coordenam a Secretaria de Mulheres, Secretaria Geral e Formação Sindical e a última a Comissão Estadual de Jovens. Nas coordenações das Regionais, há duas mulheres como coordenadoras e sete como vice. As mulheres que se encontram na condição de coordenadoras localizam-se na Regional das Ilhas do Marajó e Salgado e como vices nas Regionais: Bragantina, Baixo Amazonas, Sudeste, Guajarina, Sul, Transamazônica e Tocantina.

No VIII CNTTR, em 2001, foi deliberado pelo fortalecimento e ampliação das diferentes formas de organização das trabalhadoras rurais no interior do MSTR, devendo constar nos estatutos da CONTAG, FETAG's e STR's, a liberação da sua representante, orçamento em igualdade de condições com outras secretarias ou departamentos para que possam exercer suas funções. (CONTAG, 2002. p.39).

A política de cota depende da força das regionais e dos sindicatos em adotar a medida para ser eficaz, o que remete a importância de monitoria dos processos eleitorais nessa “nova ordem” de estrutura organizacional que os sindicatos ligados à FETAGRI têm vivenciado, pois não basta estar assegurado no Estatuto, é preciso mobilização, pois se não o estatuto torna-se “letras mortas”.

No quadro 3 mostra uma síntese do percurso das mulheres no sindicalismo de trabalhadores rurais no Estado do Pará e no Brasil.

Quadro 3 Cronologia de participação das mulheres no Sindicalismo Rural do Pará e Brasil.

Data	Evento	Observação
1963	Estatuto do Trabalhador	Aprovação do Estatuto do Trabalhador em 1963 visando legitimar o sindicalismo rural. Sua criação esteve relacionada ao clima de insatisfação no meio rural. Neste estendia-se aos trabalhadores e trabalhadoras rurais os direitos sindicais e previdenciários garantidos aos trabalhadores urbanos; Aprovação do Estatuto da Terra em 1964 com um conjunto de demandas da Reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura.
1985	IV Congresso da CONTAG	Apresentação de uma moção de apoio para sindicalização das mulheres.
1986	Criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, na CUT	FETAGRI tem uma representação na Comissão a partir de 1994.
1987	Oposição sindical assume FETAGRI PA/AP	Participação de mulheres na conquista da FETAGRI nos municípios. Coordenação pela campanha de oposição sindical por região. Há somente uma mulher do Sudeste do Pará.
1988	Assembléia Nacional Constituinte	Inclui os trabalhadores e trabalhadoras no Regime Geral da Previdência Social, qualificando-os como segurados especiais ou empregados rurais.
1990	I Congresso da FETAGRI	Primeira proposta de criação de uma secretaria de mulheres, mas não se efetivou na prática.
1991	V Congresso da CONTAG	Formação de Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; Campanha pela sindicalização e da profissão de agricultoras por ocasião do Censo
1993	II Congresso da FETAGRI	CUT adota cota mínima de 30% e máxima de 70% de cada sexo nas instâncias de direção; proposta de investimento na organização e formação das mulheres; proposta de organizar uma Comissão Estadual de Mulheres.
1995	VI Congresso da CONTAG Criação do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense - MMNEPA	Filiação da CONTAG à CUT; Aprovação regulamentação da CNMTR nos estatutos da CONTAG, garantia da discussão da temática de gênero em todos os cursos e atividades promovidas pelo MSTR;
1996	III Congresso da FETAGRI	Reunião de 13 mulheres de onze municípios em preparação para o Congresso visando a discussão para a maior participação das mulheres nas direções da FETAGRI e STR's Criação da Secretaria de Mulheres da FETAGRI medida extensiva aos sindicatos.
1998	VII Congresso da CONTAG	Adota o nome do evento como Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
1999	II CNETTR IV Congresso da FETAGRI	No CNETTR aprovou-se a obrigatoriedade de 30% de mulheres em todas as instâncias de decisão do MSTR, enquanto princípio estatutário, e 50% de participação das mulheres nos espaços de formação do MSTR Na FETAGRI adoção da cota de 30% de mulheres nos cargos de direção da FETAGRI; Obrigatoriedade na composição da direção das Regionais de participação de um homem e uma mulher
2000	I Marcha das Margaridas	Adesão a marcha mundial de mulheres, pauta contra dívida externa, fome e a pobreza, contra a violência sexista, pela paz.
2001	VIII Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.	Fortalecimento e ampliação das diferentes formas de organização das trabalhadoras rurais no interior dos STR's, a liberação de sua representante, orçamento em igualdade de condições com outras secretarias ou departamento para que possam exercer suas funções.
2003	II Marcha das Margaridas	Realização da I Plenária Estadual de Trabalhadoras Rurais Em torno de mil mulheres paraense marcham para Brasília.
2005	VI Congresso da FETAGRI	Treze propostas apresentadas especificamente para as mulheres com temas voltados para organização e fortalecimento sindical, saúde, eleições, geração de renda, garantia de votos das mulheres nos conselhos da FETAGRI.

Fonte: Elaborado por Amaral, 2007.

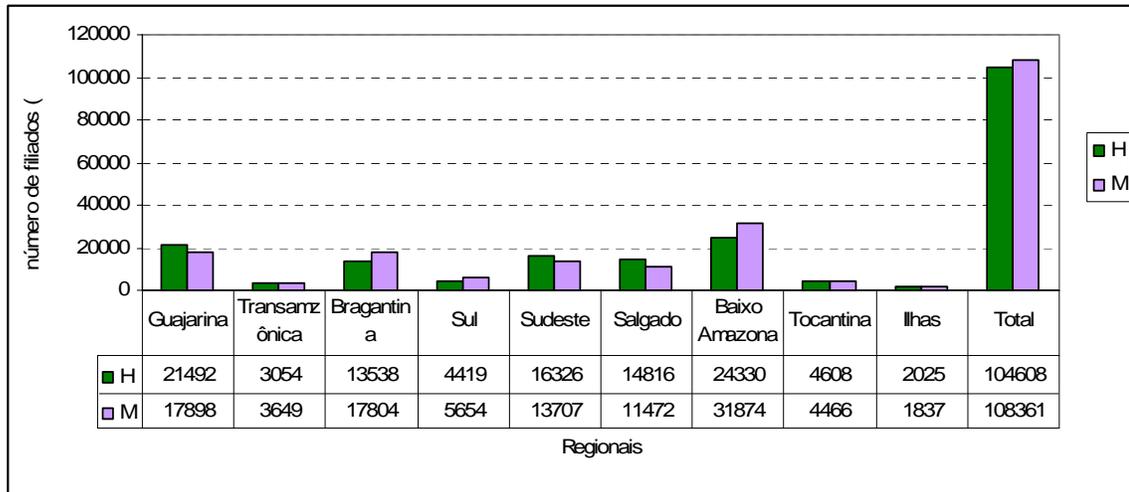
CAPITULO IV PRESENÇA DE MULHERES NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA FETAGRI.

O presente capítulo tratará de apresentar um panorama da situação da presença das mulheres nos STTR's no Pará ligados a Federação.

No Brasil a taxa de crescimento de sindicalização se elevou nas últimas décadas. De acordo com os dados do IBGE⁵², no período de 1999 a 2004 a taxa de sindicalização, registrou um aumento acumulativo de 11.8%. Essa elevação na sindicalização não se mostrou homogênea entre o número de trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos e nem entre homens e mulheres. A taxa de sindicalização de trabalhadores rurais cresceu, passando de 15.7% em 1999 para 22% em 2004, registrando um aumento de 40% quase quatro vezes a sindicalização dos trabalhadores urbanos registrada em 11.1%. As trabalhadoras rurais hoje apresentam-se como maioria no quadro atual de sindicalizados no Brasil. A taxa geral de sindicalização feminina aumentou 16.1% e a masculina subiu 9.2%, sendo que a maior variação na sindicalização vincula-se ao meio rural cuja taxa cresceu de 64.7% entre 1999 a 2004 e a masculina somente 26.6%.

Essa é uma tendência observada nos STTR's no Pará. De acordo com as informações obtidas em 40% dos STTR's ligados a Federação, entre julho de 2005 a novembro de 2006. Dos 212.969 afiliados (as), as mulheres representam 50.88% contra 49.12% de homens. No gráfico 2 distribuído por Regionais é possível observar essa tendência, ainda que em alguns sindicatos os homens representem a maioria de sindicalizados.

⁵² Informações levantadas no *site*: <http://www.sinpro-rs.org.extraclasse/ago06/economia.usp>. acesso: 02 mar.2007. hora:10:20h

Gráfico 2 Distribuição dos(as) filiados (as) nos STTR´s por Regionais

Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (Dados do Formulário/FETAGRI,2006)

Este crescimento é reconhecido pelos trabalhadores (as) rurais como mostra o seguinte depoimento:

[...] Cresceu o número de mulheres no sindicato sendo associados, isso eu te digo com certeza. [...] principalmente com quem desconta, os aposentados que descontam, é mais a mulher. Olha, durante já eu estar aqui desde de agosto pra cá, seu eu não me engano. Eu fiz um recadastramento dos aposentados, eu fiz autorização pra desconto, de 50%, uns 35% é mulher. Então teve uma relevância muito grande de entrada de mulher dentro do sindicato. (Entrevista 5 - Dirigente sindical-mulher)⁵³.

Vários são os fatores que têm levado a ampliação da sindicalização feminina no meio rural. Entre estes, possivelmente têm contribuído, a entrada dos questionamentos de gênero, sobretudo a partir da década de 1980 e com maior “força” nas duas últimas décadas no MSTTR, o que proporcionou uma movimentação de incentivo pela sindicalização das mulheres e pelo requerimento de documentos pessoais como o CPF, carteira de identidade, título eleitoral em

⁵³ Filha de uma família de pequenos agricultores do Município de Santo Antônio do Tauá. É técnica agropecuária e atualmente cursa o ensino superior de pedagogia. Foi convidada pelo atual presidente para compor a direção.

várias regiões do país. Essas ações constam tanto nas resoluções dos Congressos da FETAGRI⁵⁴ e dos 56 formulários preenchidos em 18 deles apresentam-se como prioritárias.

Os documentos pessoais, como lembra Portella, Silva e Ferreira (2004), é condição primeira de acesso à condição de sujeito. Além destes, há necessidade de comprovar a atividade para que se tenha direito à aposentadoria, salário maternidade e auxílio doença, pois o sindicato é um informante da identificação profissional. De acordo com Heredia e Cintrão (2006) o fato do trabalho feminino não ser objeto de reconhecimento social têm trazido, em diferentes situações, problemas para o acesso das mulheres a políticas públicas. Um dos grandes problemas vivenciados pelas mulheres rurais, no caso do acesso à aposentadoria rural, tem sido o não reconhecimento da mulher na condição de trabalhadora, como falado no capítulo anterior.

Segundo Heredia e Cintrão (2006) e CONTAG (2007) antes de 1988, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/ Pró-Rural era concedido somente ao chefe da família. No geral as mulheres ficavam excluídas, recebiam apenas a pensão por morte (viuvez) se conseguisse comprovar que era arrimo da família. Se o cônjuge fosse aposentado, restava às mulheres apenas o direito ao benefício de renda mensal vitalícia aos 70 anos de idade. A partir da Constituição de 1988 as mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter os mesmos direitos que os homens. Naquele ano, a Constituição ampliou o piso do salário mínimo, que antes, no caso dos aposentados por velhice se dava aos 65 anos para ambos os sexos e seus valores correspondiam a 50% do salário mínimo e as pensões por morte eram reduzidas a 30% do salário mínimo. Na Constituição foi reduzido o limite de idade para 60 anos para os homens e para as mulheres 55 anos. Estenderam-se também o direito ao recebimento dos benefícios a todas as trabalhadoras, independente de serem ou não chefes de família. No entanto Delgado (2000 *apud* Heredia e Cintrão, 2006)

⁵⁴ Ver Resoluções do V e VI Congresso em 2002 e 2005 respectivamente.

ressalta que esse direito começou a ser acessado em 1991, resultante de mobilizações do movimento das trabalhadoras rurais que proporcionou o estabelecimento de leis complementares.

Maneschy, Aquino e Ribeiro (2004) realizando um diagnóstico sobre o perfil sócio-econômico das mulheres no Nordeste do Pará, oferecem informações sobre a expectativa das mulheres em relação aos sindicatos. Constatam que, de fato, o sindicato representa, no ponto de vista das entrevistadas, uma via importante para a conquista de direitos de cidadania. Os dados mostram que no conjunto de 649 entrevistadas em onze municípios, 326 das entrevistadas, esperam do STR a garantia de direitos previdenciários, meio de busca a políticas públicas, capacitação econômica e gerenciamento ao trabalho de formação política. Segundo as autoras essa expectativa poderia ser diferente se elas já usufruíssem efetivamente da presença do Estado com suas políticas sociais. (MANESCHY, AQUINO E RIBEIRO, 2004).

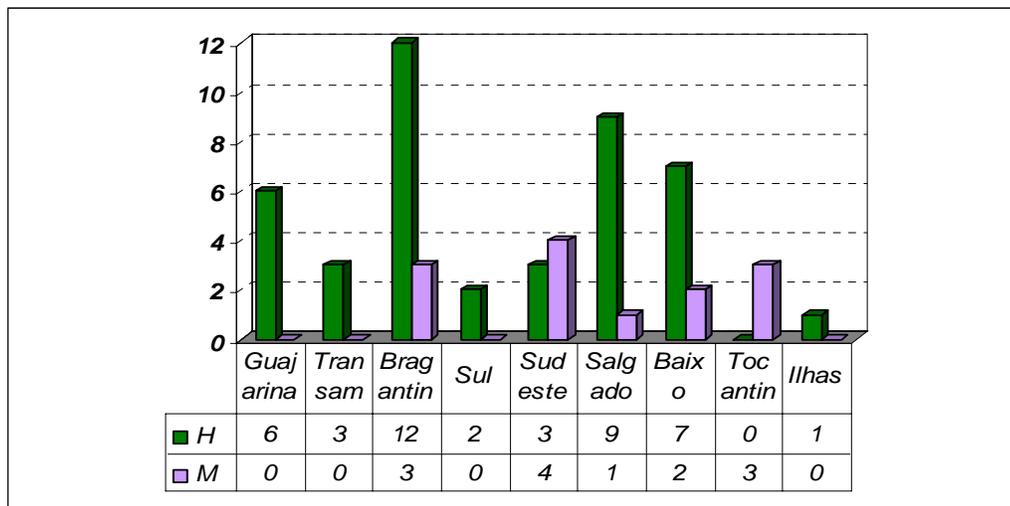
Por outro lado, Giulani (2004 p. 653) ressalta que para muitas trabalhadoras, rurais e urbanas o fato de sindicalizarem-se, não é pelos serviços e benefícios proporcionados pela organização sindical, mas pela vontade de fazerem algo em prol da categoria, de ajudarem algum familiar dirigente, ou de conhecerem por dentro a organização. Nesse discurso a sindicalização assume importância para o grupo familiar, interpolando os interesses dos indivíduos.

A crescente inserção das mulheres nos sindicatos seja como filiadas ou nas direções das estruturas ocupacionais que vêm se dando nessas últimas décadas, em decorrência de vários fatores comentados anteriormente, não alteraram substancialmente os diversos graus de segregação ocupacional a que historicamente estão submetidas. Na amostra de 40% dos STTR's ligados à Federação, as trabalhadoras constituem o maior número de sindicalizadas, mas não estão em cargos de direção, não estando devidamente representadas, ao menos, numericamente nas diretorias. No caso de cargo de presidência elas representam 23% enquanto os homens são 77%.

No Gráfico 3 é detalhado o número de homens e mulheres ocupando a presidência dos STR's por regionais e, nele, pode-se observar que das nove Regionais, em cinco delas há mulheres ocupando tal cargo, sendo que na Tocantina elas lideram o posto, enquanto no Sudeste do Pará ultrapassam o número de homens.

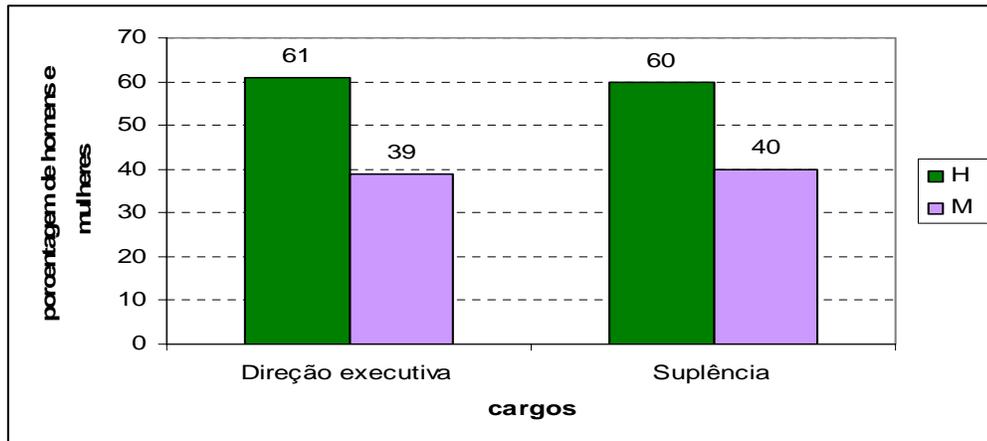
As mulheres que ocupavam cargo de presidência, durante o levantamento, encontram-se localizadas nos sindicatos de Salinópolis, Santa Maria, São João de Pirabas, Goianésia, Curionópolis, Breu Branco, Jacundá, Maracanã, Santarém, Belterra, Bagre, Igarapé-Miri, e Mocajuba.

Gráfico 3: Relação de homens e mulheres em cargos de presidência nos STTR's.



Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (Dados do Formulário /FETAGRI, 2006)

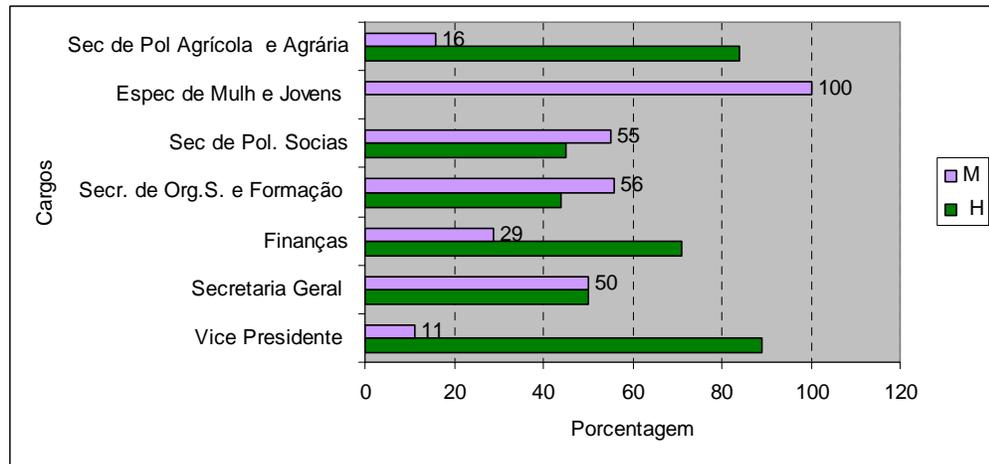
Assim como no cargo de presidência, a distribuição dos demais cargos da diretoria executiva e suplência, a presença feminina também se apresenta como minoria em relação ao número de homens como se vê no Gráfico 4.

Gráfico 4 Relação de homens e mulheres em cargos da executiva e suplência

Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (Dados do Formulário/FETAGRI)

Por outro lado, o novo organograma adotado pela maioria dos sindicatos, envolvendo a criação de novas secretarias aliado com a adoção da cota, permitiu alterar as ocupações entre homens e mulheres nas direções sindicais, ainda que em algumas secretarias a presença feminina apareça em menor intensidade. O Gráfico 5 indica a ocorrência da presença feminina em todos os cargos ocupacionais, inalterado apenas o da ocupação do espaço específico de mulheres e jovens, ocupado exclusivamente por elas. Estes dados permitem inferir que há alguns cargos, compostos na maior parte pelos homens, considerados de maior prestígio na hierarquia de poder, o que reforça as antigas formas de segregação e exclusão das mulheres nas direções sindicais. Por outro lado, as mulheres concentradas em determinados setores de atividades estão geralmente sendo derivadas de funções reprodutivas sócio-culturais

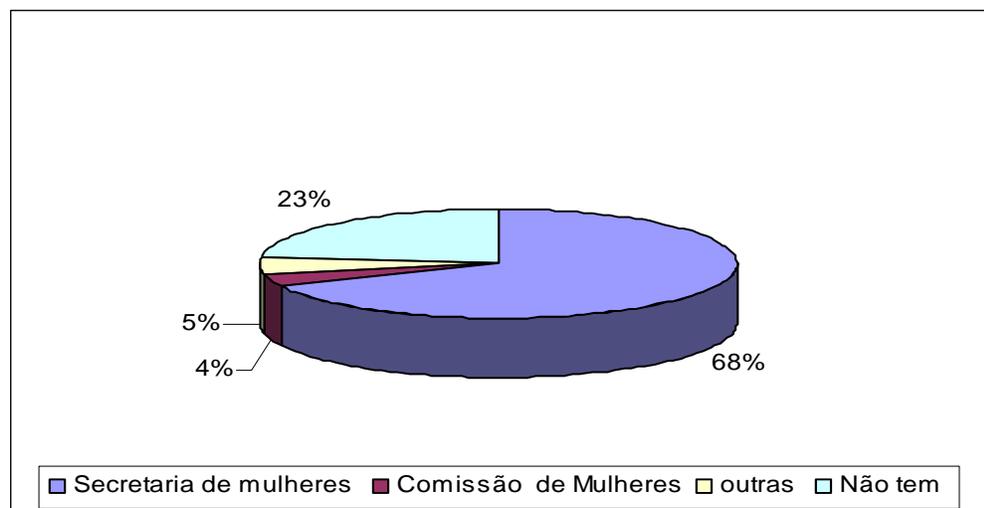
Gráfico 5 Distribuição em percentagem dos cargos na Direção Executiva dos STTR's.



Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (Dados do Formulário/FETAGRI, 2006)

O reflexo das discussões, na CONTAG e FETAGRI sobre a criação de formas alternativas de auto-organização de mulheres nas estruturas sindicais, visando, sobretudo articular melhor as perspectivas de gênero nas políticas sindicais, levou a que a maioria (77%) dos sindicatos incluisse na sua estrutura, a organização referente às mulheres como mostra o Gráfico 6.

Gráfico 6 Percentagem da forma de auto organização de mulheres no interior dos STTR's.



Organizado por Waldiléia Amaral, 2007. Fonte (Dados do Formulário/FETAGRI, 2006)

Nas resoluções⁵⁵ do VIII Congresso da CONTAG em 2001 e o V da FETAGRI em 2002 deliberaram que a auto-organização das mulheres deverá constar nos estatutos da CONTAG, FETAG's e STR's, com a previsão de autonomia desta em relação às outras secretarias ou departamentos, liberação⁵⁶ da sua representante, orçamento em igualdade de condições com suas secretarias ou departamento para que estas desempenhem suas funções.

Nos STTR's no Pará, nem todas as dirigentes que estão à frente das organizações específicas de mulheres nos sindicatos, são liberadas para exercer suas atividades. Dos 56 STTR's, 32% dizem não serem liberadas. Os números demonstram que um pouco mais da metade (52%) são remuneradas para desempenhar suas funções na organização sindical. No que tange às condições de remuneração para o exercício da função, os dados revelam que não há igualdade de pagamento para as mulheres, quando comparado à remuneração destinada aos homens, em pelo menos 36% dos sindicatos. Porém em 59% dos STTR's as mulheres declararam obter o equivalente ao que os homens recebem.

Reconhecida pelo movimento sindical como um instrumento que contribui para democratizar as relações entre mulheres e homens em cargos de direção, a cota está sendo adotada pela maioria dos sindicatos. Dos 40% dos sindicatos que compõem esta amostra, 52 deles responderam esta questão. Desse total 94,23% dizem que essa política tem sido adotada. A oficialização nos estatutos não aconteceu em 18% dos sindicatos. As justificativas pela não incorporação dizem respeito à falta de atualização dos estatutos e de maior orientação por parte da FETAGRI junto aos sindicatos.

⁵⁵ Ver CONTAG (2001, p.64).

⁵⁶ O termo "liberada" é utilizado para designar quando a dirigente sindical participa de atividade de interesse da entidade e é remunerada.

V CAPÍTULO MULHERES EM CARGOS DE DIREÇÃO NOS SINDICATOS E AS PRÁTICAS SINDICAIS: DIFICULDADES, MUDANÇAS E DESAFIOS.

Este capítulo objetiva apresentar as condições gerais e específicas da presença das mulheres nos sindicatos, apontado suas dificuldades, desafios e avanços no sindicalismo.

Nas organizações sindicais, historicamente, as mulheres tiveram posição de distanciamento ou de pouca representação em termos numéricos. Como escrito anteriormente, as mulheres nem sequer eram sócias dos sindicatos, sendo consideradas como dependentes do marido. Esse quadro tem se alterado ao longo do tempo.

O distanciamento das mulheres na vida pública resultou da herança de sua socialização diferenciada que se dá por diferentes vias, pela educação, na família, na escola, na igreja, no sindicato e outros, reforçando lugares para elas diferenciados e excludentes. Isto tem contribuído para que haja um estranhamento das mulheres em relação aos sindicatos, principalmente, para assumir algum cargo de direção. Sair de um lugar que lhe foi atribuído historicamente para se engajar em um que não lhe é socialmente considerado adequado, não é uma tarefa fácil, pelo contrário. Geralmente, a decisão tomada pelas mulheres candidatas aos cargos de dirigentes sindicais para fazerem parte de uma lista de candidatos, dá-se por meio de convites e dificilmente por iniciativa própria⁵⁷. Esse fato é comprovado nas entrevistas realizadas para este trabalho de pesquisa.

Ao indagar as entrevistadas sobre o percurso de seu engajamento sindical e como se deu para chegar a ocupar cargo na direção sindical, os relatos mostram que 33.3% das entrevistadas ingressaram no movimento social por meio das atividades desenvolvidas pela Igreja Católica, por vias das pastorais sociais; 25% entraram para prestar serviços de secretariado no sindicato; 16.7% por organizações comunitárias, 16.7% por meio das cotas e 8.3% a partir da participação em

⁵⁷ Ver Giuliani, 2004.

curso técnicos promovidos pela FETAGRI através dos sindicatos direcionados aos filhos dos agricultores.

As informações mostraram que de uma forma geral, as dirigentes se colocam como convidadas seja para fazer parte da direção como secretária, participar do conselho fiscal do sindicato ou ocupar outros cargos na direção. Em nenhum caso estudado elas entraram, inicialmente, ocupando cargo de presidência. O convite normalmente era realizado pelo presidente ou outros dirigentes sindicais que estavam montando uma lista de nomes para compor chapa com intuito de concorrer às eleições. Vários fatores foram levados em consideração para a realização desses convites como o nível de escolaridade e o engajamento em atividades do movimento social. O envolvimento torna-se elemento importante a ser levado em consideração enquanto experiência política, serviços de secretária prestados na organização sindical; o estabelecimento da cota de no mínimo de 30% de mulheres nas direções sindicais impulsionou a entrada de mulheres na direção. Os diferentes limites resultantes de sua condição de gênero se apresentam como dificuldade para as mulheres no âmbito considerado público como o sindicato. Constatou-se nas entrevistas realizadas, que nenhuma assumiu por iniciativa própria.

[...] Ele me convidou (o presidente do STR). Eu trabalhava na Colônia e fui convidada para ajudar no sindicato. Tinha uma secretária, uma tesouraria [...] E na época em 74, tava no início da aposentadoria e muita gente procurando o sindicato, então envolvia todo aquele pessoal do sindicato, e quando tinha encontro da FETAGRI em Primavera, Capanema, em Belém e assim ele já não mandava ninguém lá do sindicato e ele me tirava e mandava, e foi nessa época que eu comecei a participar do movimento sindical [...] (Entrevista 6 – Dirigente sindical - mulher)⁵⁸.

⁵⁸ Filha de uma família de agricultores no Nordeste Paraense. Seu pai faleceu quando ela tinha quatro anos de idade. Aos dez anos de idade migrou para cidade de Salinópolis com sua irmã mais velha para estudar, morou com sua irmã até os 15 anos, quando sua mãe resolveu alugar uma casa na cidade para ela cuidar de seu avô e continuar estudando. Aos 16 anos foi chamada pelo presidente da Colônia de pescadores para trabalhar como Secretária da Colônia. Dividia seu tempo nos estudos, no cuidados com seu avô e na secretaria. Em 1974, quando da fundação do sindicato de Salinópolis trabalhou também no sindicato, sobretudo na participação de encontros, como representante, em Municípios vizinhos em que o sindicato era convidado pela FETAGRI. Depois, passou um tempo morando em Belém. Em 1981 retornou para seu Município e foi convidada pelo presidente do sindicato para trabalhar como secretária até 1995. Neste ano começou a participar de encontros promovidos pelo MMNEPA, onde foi estimulada para assumir a Presidência do sindicato que era presidido por seis mandatos por uma só pessoa. Com apoio da FETAGRI e do MMNEPA liderou uma chapa onde ficou por dois mandatos. Atualmente é secretária de Políticas Sociais e Formação do sindicato e Tesoureira do MMNEPA.

Nos discursos das entrevistadas o convite é referendado como uma forma de inserção no movimento sindical, mas é importante frisar que todo político atribui seu engajamento ao atendimento à uma chamada do que ele representa. Declarar desejo de poder é algo que no campo político soa como pretensioso. Percebe-se que o engajamento a uma secretaria, a uma tesouraria, ou a pretensão ao cargo máximo se respalda num reconhecimento por uma demonstração de competência (escrita, administração financeira, atendimento ao público, articulação). Se por um lado vem por um convite e o convite pode ser representado como uma outorga feito por uma autoridade (ex: o presidente, um diretor ou os diretores) por outro lado, ele é o reconhecimento de competência demonstrada num serviço feito à administração sindical, não por acaso, essa competência justifica a aceitação legítima a pretensão no cargo da direção, seja ele de secretaria ou de presidência.

Há situações em que algumas mulheres começaram sua trajetória sindical ao iniciarem contato com sindicato por meio de solicitações de serviços prestados pela organização, como é o caso de aposentadoria e licença maternidade, possibilitando o contato freqüente com o sindicato e tornando-as pessoas conhecidas da direção e potenciais candidatas ao convite.

[...] O que aconteceu comigo foi o seguinte. É que eu recebi uma pensão. O meu marido morreu em 74 ai eu recebi uma pensão. Em 75 eu passei a ser a sócia no dia 11 de novembro de 75. Ai eu passei a descontar, descontando eu ia no sindicato. [...] Quando foi em 99, o rapaz que era candidato a presidente foi em casa umas três vezes para mim participar da chapa , ai eu vim como Secretária do Conselho, ai já na segunda gestão eu já vim como vice-presidente.[...]. (Entrevista 7 – Dirigente Sindical Mulher).⁵⁹

⁵⁹ Nascida numa comunidade chamada Morooca no Município de Maracanã no Nordeste Paraense. Filha de uma família de agricultores da região. Sempre trabalhou na agricultura e estudava. Aos 16 anos casou-se. Seu marido filiou-se ao sindicato. Em 1974 ele veio falecer, foi quando a dirigente sindical teve o primeiro contato com o sindicato por ocasião do processo para o recebimento de sua pensão. No ano seguinte resolveu se filiar ao sindicato e a partir daí, eventualmente, passou a participar de algumas assembléias promovidas pela organização, passando a ter contato com alguns dirigentes do sindicato. Em 1999 foi convidada pelo presidente para compor uma chapa que estava articulando. Compôs o Conselho Fiscal e na eleição seguinte assumiu a vice-presidência do sindicato. Em 2005 assume a presidência do sindicato até os dias atuais.

[...] Num primeiro momento, quando você vai pro sindicato você foi por esse interesse (licença maternidade, aposentadoria), mas ai você vai e depois se contagiou pelo movimento e ai você já ficou e não é mais por causa disso. [...] Depois tem sede de justiça, sede da terra, reforma agrária e também a disputa por cargo, já tem a disputa por cargo em relação aos homens e mulheres.[...] nós temos muitas políticas, nos temos o combate ao fogo, Proteger, nós temos várias políticas e nós terminamos contagiando as pessoas por várias formas; o credito, associação, PRONAF, proteger, FNO, combate enfim você vai contagiando por várias políticas e o foco do sindicato.[...]. (Entrevista 3 Dirigente Sindical - homem).

O depoimento do dirigente sindical acima indica que na medida que as mulheres se engajam na vida sindical começam a “tomar gosto” pelo movimento. A seguir alguns trechos que demonstram também esse ponto de vista:

[...] Foi em 99 quando eu comecei a fazer alguns cursos colocados pela FETAGRI.[...] vê que eu já tinha conhecimento com o presidente do sindicato e tudo, mas não tinha participação nenhuma dentro do sindicato, porque quem era sócio eram só os meus pais e assim a gente vinha né? [...] porque era assim eles chamavam os filhos dos agricultores associados para participar desses cursos, entendeu?[...] então na ocasião era eu quem vinha de casa. [...] Então ele (o presidente) viu meu desempenho e na época em 99 a FETAGRI ordenou que tinha que ter em todos os sindicatos uma secretaria de mulheres especifica para trabalhar com mulheres com o papel de auxilio maternidade, ai até então eu não sabia nada que era o sindicato, só sabia dos cursos mesmo e depois fui me interando das coisas e não sai mais. Depois o presidente me convidou para fazer parte da diretoria (Entrevista 5 – Dirigente sindical mulher).

[...] iniciou minha vida com o movimento desde o trabalho com a minha comunidade, né? [...] eu desenvolvia e trabalhava na igreja como voluntária [...] desenvolvendo alguns trabalhos próprios de comunidade mesmo, lá no Mocambo que é a minha comunidade. Eu primeiramente, eu me inseri na pastoral da criança que eu fazia um trabalho e juntamente com o pessoal que tava começando a organizar as associações que eram ligadas aos sindicatos. Ai eu comecei a participar de algumas reuniões. Me inseri mais por curiosidade mesmo. Depois fui me introduzindo com articulação do processo de organização de mulheres lá na comunidade e depois no Município. Então, comecei em 93, mas não ativamente só acompanhando. Quando foi em 1995, devido eu ter acompanhado os trabalhos lá da comunidade o pessoal observaram o meu trabalho e ai teve uma eleição fundaram uma delegacia sindical. [...] o pessoal achou, tava vendo meu desempenho no meu trabalho, e o pessoal me procuraram e avaliaram meu nome e me elegeram como delegada sindical [...]. Ai depois disso, com isso o pessoal começou a ver o meu desenvolvimento e fui acumulando experiência, e depois passei a fazer parte do conselho fiscal do sindicato. Ai fazia o acompanhamento do trabalho do conselho fiscal e acompanhava o trabalho do movimento de mulheres e o movimento sindical [...] e no movimento sindical tem muitos elementos de conhecimento que te apresenta, e a partir dai quando tu começa a te introduzir tu começa a te aperfeiçoando e ai depois não tem como mais sair. [...] Ai depois o pessoal me indicaram para ser presidente do sindicato. Em 2001 findou o meu mandato juntamente com outras mulheres. [...] porque assim a partir do momento que eu tava na Delegacia sindical algumas mulheres começaram a participar também. Depois fui

reeleita com um mandato de quatro anos como presidente até 2006. (Entrevista 8 – dirigente sindical – mulher)⁶⁰.

[...] Me colocaram lá para ajudar nas tarefas de dentro do sindicato, fazer os relatórios, escrever uma ata [...] eu tinha uma letra boa, né? [...] e nisso eu entrei por essa porta, né?. Mas, no momento eu era muito vista com uma menina boa para fazer ata e até para ajudar outras coisas [...] Tinha uma letra boa, né? Então, eu fazia ata de sindicato, comecei a me envolver nas reuniões do sindicato nas atividades do sindicato, ia para o interior. E me apaixonei e, nesse envolvimento, eu percebia que as mulheres existiam para essa função no sindicato, não tinha nenhuma mulher na direção do sindicato [...]. Ai eu me filiei ao sindicato, ai eu fui à primeira mulher compor a direção do sindicato em trinta e poucos anos da história do sindicato [...] (Entrevista 1 – Dirigente Sindical-mulher).

Sabe-se que não é só o fato de “tomar gosto” para a continuidade de seu engajamento na vida sindical. Araújo e Ferreira (2000) nos alerta que há fatores diversos que dificultam uma militância mais ativa das mulheres nos sindicatos, como aqueles ligados de naturezas práticas, que estão relacionados a maneira como se organiza e funciona os sindicatos e os que são identificados como tendo origem nos padrões culturais e na própria posição das mulheres nas relações de trabalho. Portanto o apoio da família tem sido imprescindível para garantia de participação política das mulheres.

[...] a gente tem muita barreira para participar no movimento sindical, têm a casa, têm os filhos, têm o marido [...] e quando a gente tem apoio da família, ai tende a melhorar para continuar (Entrevista 9 - Dirigente sindical mulher)⁶¹.

No caso de continuação na direção sindical ou numa conquista de uma nova posição na direção executiva, há outros fatores que têm contribuído para a permanência das mulheres como ressalta Giuliani (2004), de que a manutenção de contatos das mulheres com os (as) associados

⁶⁰ Nascida em Ourém no Nordeste Paraense em uma comunidade chamada Mocambo, filha de uma família de oito irmãos. Todos trabalhavam na roça. Entre os irmãos somente ela e mais uma irmã envolveram-se no movimento sindical. O pai e os demais são só associados. Aos 16 anos começou a participar dos trabalhos da igreja, onde surge enquanto liderança e inicia sua formação. Foi delegada sindical e fez parte do Conselho Fiscal do sindicato do Município de Ourém. Sua atuação nestes cargos a ajudou na preparação para assumir a direção do sindicato. Foi presidenta do sindicato por dois mandatos. Atualmente assume o cargo da secretaria de finanças do sindicato, de vice-coordenadora da FETAGRI regional, participa do conselho do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA e é sócia da associação de mulheres Maria Angelina dos Santos em sua comunidade.

⁶¹ Filha de uma família de agricultores da região do Nordeste Paraense. Em 1999 assume suplência da direção quando da adoção da 30% de mulheres na direção pelo sindicato de Santa Isabel. Em 2001 assume a vice-coordenadoria da Regional do Salgado. Em 2005 no VI Congresso da FETAGRI, assume o cargo de Coordenadora da Regional.

(as) no dia-a-dia desempenhando suas atividades, mesmo que muitas vezes em serviços auxiliares e burocráticos, ajudam a se tornarem pessoas conhecidas e por vezes apreciadas pelo seu trabalho, contribuindo para se fortalecer politicamente sua posição junto à base.

As articulações políticas estabelecidas no movimento sindical, refletem na hora da composição da chapa, pois nos congressos da categoria, este se dá normalmente por disputas entre grupos de correntes políticas diferentes. A dirigente sindical reforça a importância de estar articulada neste jogo político, exemplificando no caso de uma mulher vir a ocupar a direção executiva estadual.

[...] A capacidade de articulação política é muito importante. Porque primeiro assim se ela vem de um processo de capacitação e de articulação, ela não tem grande dificuldade, e chegando aqui tendo a facilidade de se adaptar aqui na FETAGRI, porque aqui na FETAGRI não é fácil, né? é um Deus nos acuda, se você acha que alguém vai parar pra te orientar. Não, você vai, você aprendendo fazendo. Um fator muito determinante tem sido de articulação política, sabe? tem que ter uma capacidade de articulação política isso é fundamental seja de onde vier. [...]. (Entrevista 2 Dirigente sindical mulher).

As relações com organizações sociais dentro do movimento sindical têm sido outro elemento importante. Quando perguntado às 12 mulheres sobre suas participações em outras organizações, além do sindicato, somente quatro delas relataram que não mantêm vínculo com nenhuma organização. As demais listaram as organizações que mantêm vínculos: Grupo de Trabalho da Amazônia - GTA, Associação de mulheres, Associação Mista, Partido Político, Igreja, MMNEPA, Movimento pelo Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT, o que pode ser interpretado como via importante para sua formação política e servindo como canal de negociação, não necessariamente, contemplado pelo sindicato. Há duas delas que chegaram a participar no conselho Municipal de Saúde e uma foi candidata à vereadora no seu Município.

É necessário destacar a ação do MMNEPA na Região Nordeste, embora este não tenha articulação com todos os sindicatos onde se realizou entrevista. As entrevistadas dos sindicatos da Regional Bragantina, exceto o de Santa Maria, ressaltaram a importância de articulação junto ao

MMNEPA, segundo as entrevistadas este tem sido um canal interessante de formação, estímulo e de fortalecimento de suas lutas e sobretudo na ampliação da formação política.

As entrevistadas identificaram o preconceito que sofreram no início de sua trajetória, principalmente por resistência da família e da comunidade no movimento sindical, como demonstram as falas abaixo:

[...] com relação a família, eu não tive muitas dificuldades. Só no início mesmo, mais da parte dos meus irmãos. Eu perdi minha mãe aos 14 anos e assim eu comecei a me envolver nas atividades da comunidade. E sabe como é que é no interior aquela cultura, né? De você não sair sozinha com monte de homem, porque você pode ficar mal falada [...] E meus irmãos tinham essa preocupação, mas eu sempre tive muito cuidado com isso, com quem eu saía, mas depois disso.. Dizem que até eu me destaquei muito rápido. [...]. (Entrevista 8 Dirigente sindical).

[...] Olha eu, na verdade, eu comecei a enfrentar esses problemas (da discriminação/preconceito) desde muito cedo em casa, né? [...] Quando eu trabalhava na articulação para a tomada do sindicato, que lá no meu município era só eu de mulher [...] Então tinham os companheiros, mas só tinha homens. Então eu participava de reuniões com eles. E a minha família tem uma origem assim muito tradicional de costumes, né? [...] Então na época que eu tava na articulação pra tomada do sindicato, tinha cobrança, críticas, mas dava pra levar. [...], mas quando eu decidi ir pra direção do sindicato, eu fui chamada pra escolher ou movimento ou a família, porque no interior assim, tinha muita aquela coisa, menina nova, né? solteira que anda com monte de homens, que não é da família - é prostituta!. Era a rotulação que me davam, né? Então para minha família eu tinha me tornado “ovelha negra da família”, né? porque eu andava pra cima e pra baixo com monte de homem discutindo a questão do movimento, né? foi muito difícil. (Entrevista 2 Dirigente sindical mulher).

O enfrentamento do preconceito por ser mulher e jovem foi sofrido também pelas dirigentes no ambiente sindical por parte de seus companheiros. Nem a acumulação de experiência a livrou da discriminação como conta esta dirigente sindical.

[...] Havia um debate em todas as bases que eu devia ser a próxima presidente, pelo período que eu passei e tal do debate feito, mas havia um sentimento da cúpula das principais lideranças, de que eu era muito nova pra isso. Tinha que ter alguém com mais tutano, como se os oito meses que eu passei não fosse provado o suficiente de que eu dava conta. E o debate foi muito assim, temos que colocar uma liderança que tem mais tempo, que tem mais amadurecimento, ela é muito nova, deu certo, mas não dar pra arriscar ainda um mandato inteiro, e assim eu continuei na direção do sindicato, mas o presidente foi outra pessoa.[...] (Entrevista 1 Dirigente sindical mulher).

Percebi nas entrevistas com as diretoras sindicais, ao relatarem situações de discriminação que tenham sofrido, que na maioria das vezes, os sindicalistas tem dificuldade de aceitarem esse novo ângulo de representatividade política, pois eles sentem-se ameaçados quanto a divisão do poder e poucas vezes como suas aliadas. Segundo duas entrevistadas, quando as mulheres estão nas disputas num cargo de maior prestígio, tal disputa é vista como algo não normal, a idéia de “não querem ser governados por uma mulher” ou a idéia de que as mulheres não estão preparadas para exercer funções no espaço público aparecem. Abramovay e Silva (2000) lembram que “as mulheres estão aprendendo que dividir o poder não é tão fácil”. As mulheres dizem que sempre vão enfrentar algum tipo de discriminação no movimento sindical, mas com o tempo acabam sabendo lidar com essas questões.

[...] Olha, eu já sofri bastante né? no inicio como presidente, mas eu acho que eu não tive tanto, porque eu participo de movimento de mulheres e eu vou aprendendo a me defender, eu também vou enfrentando essas coisas com mais segurança [...] (Entrevista 6 Dirigente sindical mulher).

[...] Algumas pessoas dizem assim: É essa que é a tesoureira ?, mas é muito nova [...] eles acham que deveria ter uma pessoa mais adulta, mais velha, né? alguns homens né?o tratamento comigo tem um respeito. Até me chamam de dona, mas muitos acham que não era eu pra tá aqui. [...] eu sinto no olhar, entendeu?. Trabalha um menino que me ajuda, mas eu que resolvo. Eles acham que seria uma pessoa mais idosa, mas eles tratam a gente bem, uns olham assim, parece que não tá bem pra eles, mas a gente resolve o que tem para resolver, né? [...] (Entrevista 5 Dirigente sindical mulher).

[...] Então assim, é muito difícil porque está impregnado no processo de dominação e exploração das mulheres que não se verbaliza cotidianamente, se verbaliza nas ações; os nossos companheiros não chegam para mim e digam: - eu sou machista, eles fazem isso de uma forma tão sutil, tão diplomática, que se você não tiver atenta você nem percebe, entendeu? Porque eles agem com o olhar, com o jeito, tratar, como uma forma de dizer não, você não precisa ir nessa reunião [...] Você não tem uma comissão de mulheres? São os argumentos consolidados, para te dizer que você não precisar ir lá numa audiência com o Governador, porque lá não vão tratar sobre a mulher, então esse não é um lugar de poder ou não? entendeu? Então é muito difícil, o grande desafio é elevar o nosso nível de consciência para poder perceber essas coisas [...] (Entrevista 1 Dirigente sindical mulher).

A explicitação dos confrontos com a diretoria ou as lideranças que participam de processo de formação de lideranças femininas é referente a aspectos clássicos de legitimação social: idade,

sexo, escolaridade, competência profissional. Aos argumentos de desqualificação se opõem argumentos de qualificação que dão sustentação ao engajamento político assumido. Ser jovem, ao contrário, de desqualificar pela inexperiência, qualifica pelo vigor, disponibilidade, agilidade na prestação de serviços. Ser mulher correndo o risco de ser mal falada por estar se reunindo com homens no sindicato, é um argumento arcaico, anacrônico, ao qual se contrapõe ao argumento de independência e igualdade. Competência administrativa é o argumento subjacente em todo o discurso, dado pela escolaridade, habilidade no trato com o público, capacidade de registro e elaboração de documentos. Pode-se encontrar todos esses elementos nos discursos acima, legitimando as candidaturas e engajamento.

V.1 Homens e mulheres compartilhando a direção dos sindicatos:

Com a reformulação dos estatutos dos sindicatos, principalmente a partir de 1999, quando dos estabelecimentos de mecanismo para fomentar a participação das mulheres nos sindicatos, sobretudo pela adoção da cota mínima e da criação de um novo organograma de trabalho, como a criação da secretaria de mulheres, houve aumento do número de mulheres nas instâncias diretivas dos sindicatos. Há dois sindicatos em que elas encontram-se representadas acima da cota mínima de 30%. No sindicato de Maracanã há 50% de participação de homens e mulheres, o cargo de presidência é ocupado por uma mulher. Em Salinópolis as mulheres representam 50% da direção executiva. Encontram-se nos postos de Presidência, Secretaria de Políticas Sociais e Formação, Secretaria Geral e Organização Sindical, Secretaria de Mulher e Jovem. Já os homens encontram-se nas Secretarias de Finanças e Assalariados Rural, Secretaria de Política Agrícola e Agrária e Meio ambiente. Em Santa Maria, as mulheres são maioria na direção. Há um homem ocupando o cargo de vice-presidência e dois na suplência da direção. As mulheres estão distribuídas nas secretarias: de Política Agrícola e Agrária, Finanças, de Organização Sindical, Previdência e Assistência Social e Secretaria de Jovens e Mulheres.

Este quadro pode ser interpretado como otimista do ponto de vista de garantia do mesmo número de participação de homens e mulheres, o que não ocorre nos outros sindicatos entrevistados, não diferenciando do panorama apresentando no Capítulo IV, em que 94,23% dos sindicatos têm adotado a cota de no mínimo 30% de mulheres o que se apresenta também como avanço. Por outro lado, observou-se que no sindicato de Santa Maria, embora as mulheres encontrem-se em maior número na direção, nem todas exercem seus cargos no dia-a-dia. Segundo a entrevistada, há poucos recursos. Um quadro de 300 quites no sindicato, inviabiliza o pagamento dos (as) dirigentes para atuarem no sindicato.

[...] Ele (o vice-presidente) escolheu assim pessoas com mais leitura, mas tem pessoas que ele escolheu sem saber o que vai fazer. Se ia ocupar algum cargo, isso foi um erro. Ninguém atua no sindicato, e só eu e ele dentro do sindicato. Tem a nossa secretaria de finanças, no máximo uma ou duas vezes por semana ela vem, mas ela fica de 8 até as 10 horas. E ele quem toma as decisões no sindicato, uma é que às vezes eu não me acho capaz de decidir alguma coisa, eu porque eu acho que posso tá errado. [...] também assim, ele porque ele nunca perdeu a “pose” de presidente. As pessoas vão lá, ele que fala, até as pessoas questionam: - mais afinal que é o presidente desse sindicato? (Entrevista 9 - Dirigente sindical)⁶².

Este depoimento revela um aspecto complicado da política de cota. Um sindicato pode estar atendendo a essa política numericamente, mas sem que a participação das mulheres seja efetiva, como demonstra o depoimento.

No sindicato de Santo Antônio do Tauá, as mulheres ocupam os cargos da Tesoureira, Conselho Fiscal e uma Delegacia Sindical. Já os homens encontram-se na presidência e secretaria geral. No sindicato de Castanhal os homens estão nos postos de presidência, na vice-presidência, tesouraria, relações públicas e Conselho Fiscal. As mulheres encontram-se no Conselho Fiscal e Secretaria de Mulheres. Na entrevista com o presidente deste sindicato, percebi que a secretaria

⁶² Filha de uma família de agricultores em Santa Maria. Influenciada pelo seu primeiro marido, aos 24 anos procurou o sindicato para se associar, chegando lá o presidente da época “resistiu” em aceitá-la, achando-a que não trabalhava na agricultura. No processo de vistoria realizado pelo sindicato para comprovação de suas atividades na agricultura tornou-se conhecida da direção. Em 2002 foi convidada pelo presidente para trabalhar como secretária do sindicato, seu nível de estudo contou bastante para o convite, encontrava-se cursando o segundo grau no curso de administração. Em 2003 é convidada, pelo presidente do sindicato da época, para se candidatar ao cargo de presidência na chapa que ele estava articulando. Até o dia o dia da entrevista encontrava-se ocupando o cargo de presidência.

de mulheres não exerce nenhuma atividade, só o nome está registrado. Este não é um fato isolado, no sindicato de Santo Antônio de Tauá pude registrar que, inclusive há uma sala destinada à secretaria de mulheres, mas não há nenhuma mulher ocupando tal cargo. A tesouraria teria a função de trabalhar junto às mulheres, mas segundo a dirigente não há recursos financeiros para manter os dirigentes em tempo integral, o que não condiz com as proposições estabelecidas no Congresso da Federação que prevê a autonomia da secretaria de mulheres em relação às outras secretarias ou departamentos e condições com suas secretarias ou departamento para que estas desempenhem suas funções.

V.2 “Ser sindicalista mulher não é fácil!”⁶³ “Tem que ter jogo de cintura”⁶⁴ : Principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres entrevistadas nos sindicatos rurais.

Nas entrevistas realizadas observou-se que tanto as mulheres que ocupam cargos de presidência quanto as que se encontram na executiva do sindicato relataram que não é nada fácil associar a sua dupla jornada de trabalho com os novos eventos que se inscrevem nas suas agendas de sindicalistas . A carregada agenda inclui participações em reuniões, seminários, congressos, viagens, entre outros, lhes reservam pouco tempo para a família e para os afazeres domésticos, ainda que nesta atividade conte com apoio de membros da família.

[...] Do ponto de vista familiar, a carga é pesada, porque a gente tem dupla jornada de trabalho, eu acordo muito cedo pra cuidar das minhas galinhas, eu tenho uns bozinhos, ai o meu marido me ajuda. [...] tenho só uma filha que me ajuda. Então eu acordo muito cedo pra gente dar conta dessas tarefas de casa, pra tá acordada pra que sete, sete meia vá pro sindicato. [...] E ai não tem hora pra voltar e isso, quando não vai pras comunidades, porque têm vezes que eu faço três reuniões no dia, né? na base [...] eu vou lá no Derrubadinho que é 35km pra dentro, ai eu venho de moto pra uma outra comunidade, na época do PRONAF, pra tá discutindo com homens e mulheres a questão do PRONAF eu ia para o Derrubadinho e depois ia pro Santo Antônio, comia alguma coisa por lá, fazia reunião ai de lá eu ia pra São Bento que para uma outra localidade que é na outra ponta [...] Ai eu chegava em casa à noite, né? ai chega, ainda vai ter que prender galinha, ainda ter que fazer a janta, às vezes tem que molhar a planta, porque eu tenho um plantio de açaí que fica muito seco e tem que molhar de dois em dois dias. A minha filha, às vezes me questiona muito, né? porque como eu

⁶³ (Entrevista 8 – dirigente sindical – mulher).

⁶⁴ (Entrevista 7 – dirigente sindical – mulher).

viajo muito, ela diz: - poxa! fica em casa! [...] (Entrevista 8 – dirigente sindical – mulher)⁶⁵

Mesmo que realize a pesada agenda sindical e os familiares cobram demandas importantes do trabalho produtivo, restam afazeres e tarefas a serem realizadas. Cumpri-las faz parte de manter a imagem perante à família e aos representados que o elegeram.

[...] A dificuldade que eu encontro mesmo pra esse meu trabalho, tem que fazer “jogo de cintura” tá trabalhando em casa, porque eu tenho filho e marido, eles não me dão muito trabalho não exigem muito pra fazer a comida [...] Além deles e tem a minha mãe que tem 96 anos, e cuidar dela é como cuidar de uma criança, a minha mãe me escolheu para cuidar dela, eu viajo, mas quando passo muitos dias, pra Brasília ou outro canto, a gente manda, outras companheiras no meu lugar, porque eu não posso ficar muito tempo longe, por causa de doença, acontecer alguma coisa, então tem que deixar alguém olhando ela. A minha família mesmo me ajuda bastante, eu deixo o dinheiro da comida, meus filhos estudavam e fizeram até o segundo grau. Mandeí um pra Belém, mas não temos condições de mantê-lo lá em Belém, sem ele trabalhar, fica difícil. Assim eu pra dirigir o sindicato, trabalhar no sindicato eu me divido em quatro. E aí ainda tem um sítio. [...] e ainda têm o meu sítio de caju. [...] (Entrevista 7 Dirigente Sindical Mulher).

Os depoimentos permitem inferir que no cotidiano as mulheres trabalham na agricultura e permanecem desempenhando atividades (tarefas da casa, cuidados com os filhos, idosos...) que lhes foram atribuídas. Por outro lado, pode ser interpretado como avanço o apoio recebido do marido na socialização das tarefas domésticas.

[...] Enquanto mulher para dividir filhos, trabalho e estudo, não é fácil, mas não é impossível. [...] eu tenho três filhos, a minha filha mais velha de dez anos está na quinta série, a outra de oito anos está no 3º série e um menino que tá ainda fazendo a alfabetização; então é difícil conciliar trabalho, escola e estudo porque até hoje, nè? sentimos dificuldades, para ficar com os meus filhos é só o domingo porque no sábado eu estudo. A nossa agenda vive cheia, dizem que os sindicalistas não trabalham, trabalham sim, porque muitas vezes nós somos mandados, faz muita coisa - hoje tem receita federal ..., tem que ir lá pra FETAGRI em Belém, entendeu? é uma viagem, ali, aqui; então os filhos sofrem com isso, né? nós mães também que a gente quer dar o carinho para eles; é só no domingo a noite que vou olhar.. (Entrevista 6 Dirigente Sindical Mulher).

⁶⁵ Filha de uma família de agricultores. Sua mãe foi sócia fundadora do sindicato de Salinas, ela acompanhava raramente sua mãe em visitas ao sindicato. Em 1990 filiou-se ao sindicato. Em 1996 foi convidada para assumir a secretaria de políticas sociais por apresentar um nível de escolaridade melhor, em relação a uma lista de sócio, no processo de escolha da direção daquela época. Atuou nesta secretaria por oito anos. Durante este período realizou um levantamento sobre a documentação das trabalhadoras rurais. No cotidiano manteve contato com associados (as) o que a tornou muito conhecida na região. Em 2003 assume como presidente do sindicato. Atualmente é representante do Conselho Diretor do MMNEPA e participa como associada na Associação de Mulheres da Vila de Alto Pindorama a 12 km de Salinas.

Sem o apoio e compreensão do marido ou companheiro as mulheres acabam resistindo em participar do movimento sindical ou quando continuam, enfrentam situações de ciúmes e desconfianças.

[...] eu hoje com o conhecimento que tenho [...] não penso mais assim. Mas antes eu não deixaria a minha mulher participar, passar uma semana em seminário, congresso não deixaria passar dez dias, passar oito dias, eu não deixaria de jeito nenhum. Sabe, porque? porque no campo, o homem é muito [...] a vida nossa no campo é muito ligada a dona da casa [...] Ora numa hora dessa a gente tá chegando da roça, e tem que tá o feijão pronto, tá tudo pronto, tem que tá pronto, as vezes é a menina uma filha que não ta bem feito, se não o velho vai estourando, porque quem deveria ta fazendo é a dona da casa. Então se não tiver pronto [...] E isso prendeu muito as mulheres. Diante disso, eu tenho algumas companheiras que o marido abandonou. Eu tenho uma companheira que o marido dela deu maior força para ela entrar no movimento, mas depois que ela começou a viajar e não parou ele abandonou ela. Eles viviam bem, mas não deu mais certo, ele abandonou ela. Então é este é o modelo ainda que esta, que não é fácil mudar. [...] (Entrevista 4 Dirigente sindical homem)

[...] Se a gente tiver um marido ciumento fica muito complicada a situação, porque nas empresas de assistência técnicas a maioria são homens, nas secretárias, são todos homens, e você tem que ter alguma convivência, porque às vezes tem as parcerias que a gente faz, né? No próprio trabalho sindical é assim mesmo [...] nós por exemplo nós trabalhávamos no período de mudas, ai tinha a parte mais pesada, as mulheres iam, mas iam muitos homens [...] (Entrevista 8 Dirigente sindical mulher).

[...] o sindicato é composto de uma diretoria, né? na qual não pode ultrapassar dessa diretoria, mas na verdade há muitas dificuldades, porque para ser sindicalizado tem que estar disponível, tem que se doar e muitas vezes é muito difícil encontrar uma trabalhadora rural disponível a tua entidade, nós estamos aqui e temos que estar disponível dia, noite tarde, a hora que for entendeu? Então elas não estão disponíveis por causa do trabalho, casa, do filho do marido, até mesmo não sabe consorciar [...] Então há uma dificuldade [...] (Entrevista 6 Dirigente Sindical mulher).

Quando perguntado às dirigentes de que forma essas dificuldades têm sido solucionadas ou amenizadas no ponto de vista deles (as), observou-se que no conjunto das repostas o investimento na formação são passos importantes para rever essas características da condição feminina e das relações de gênero. No que tange aos cuidados com os filhos, para as que possuem filhos menores contam com ajuda de alguém da família ou vizinhos. Já as que têm filhos maiores disseram que isto não chega a ser um problema, tanto da parte do marido como dos filhos para assumir a agenda a ponto de desistirem. Há somente uma entrevistada que não possui filho.

Aqui se faz importante destacar que o movimento reflita sobre essas condições para dar mais atenção no que concerne para garantir participação efetiva das mulheres, pois a agenda pesada cobertas de compromissos, refletem-se no conjunto da família. A questão em dar maior atenção à família como gostariam, acarretam-lhes um sentimento de culpa e de dor, bem lembrado nos versos de Chico Buarque que diz: “a dor da gente não sai no jornal”.

[...] tem uma trajetória que é aquela que a gente conta, mas tem uma outra coisa que ninguém vê. São as dores que a gente vive, pra gente viver isso, se apaixonar, por um processo por uma história, você tem tanta dor que ninguém conhece a tua, sabe? pra isso significou o que da minha vida? Eu criar os meus filhos, eu deixar os meus filhos, eu acreditar numa causa, eu sofrer coisas que ninguém sofreu. Então assim, tem o lado da trajetória, da história, da construção que os outros conhecem e tem o lado da vida da gente, de deixar meninos e viajar, de cobranças, sabe? [...] Eu sofro até hoje cobranças muito fortes dos meus filhos, eu sinto isso [...] (Entrevista 1 Dirigente Sindical Mulher)

Outras dificuldades foram relatadas. O aspecto financeiro é percebido como uma dificuldade geral apresentada tanto para os homens quanto para as mulheres para atividades dentro do sindicato.

As dirigentes entrevistadas que trabalham com os processos de encaminhamentos da previdência social, dizem que a atividade exige algum conhecimento da lei e ao possuírem pouco conhecimento nesse tipo de atividade encontram dificuldades em lidar com encaminhamentos para os sócios que as procuram. No entanto são enfáticas ao dizer “vai se aprendendo na prática” e contando com apoio dos (as) companheiros (as) que ali atuaram. Inclusive em uma das entrevistas realizadas pude constatar uma dirigente nesta atividade junto ao INSS. Percebi a sua preocupação em poder dar respostas aos sócios que ali a esperavam.

A formação política para as mulheres atuar no movimento sindical foi identificada como uma dificuldade apresentada no conjunto dos entrevistados para ampliar sua ação de forma mais qualificada. Na entrevista com duas diretoras, uma que está atuando na secretaria de finanças e a outra como presidenta, colocavam insistentemente que achariam que se estivesse em um ou outro

cargo, talvez fluísse melhor seu trabalho. Alegam que por estarem em cargos de maior prestígios na hierarquia de poder sentem-se mais cobradas e com a sensação de que sempre estão em constante vigilância.

As sindicalistas percebem que precisam adotar posturas que fazem parte dos códigos sociais para atuar no espaço público se esforçam para driblar as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano e ao mesmo tempo estabelecem uma forma própria de lidar com o público

[...] Então como a gente trabalha com o público, nós não temos que vir com problemas pra cá. A gente tem que tá todo tempo rindo, pra não passar uma outra imagem. Mas no decorrer da vida do dia a dia até que dar para conciliar [...] a gente ainda vai para igreja e ainda faço umas unhas, porque ainda dou uma de manicure [...] (Entrevista 6 Dirigente sindical).

[...] eu sempre falo lá no sindicato a gente não tem que ser bom, a gente tem é que ser melhor, entendeu? principalmente da questão administrativa, eu sempre falo muito pro meu pessoal - gente tem que dá um atendimento de qualidade, porque nós temos que ser diferente, a gente que mostrar a nossa marca até na própria administração, de ter um ambiente limpo de dar um tratamento carinhoso com os nossos associados, porque o associado tem que ter prazer de vir aqui. Agora a gente ver na administração feminina essa marca, porque se você chega no sindicato tá tudo direitinho, é o tratamento com o sindicato, a gente tem constatado, é o tratamento diferenciado [...] (Entrevista 8 – Dirigente sindical mulher).

No que se refere às mudanças ocorridas no movimento sindical, no conjunto das respostas foram ressaltados: o crescimento do número de mulheres presentes nas associações, nas manifestações como os Gritos, dia internacional da mulher, nos Congressos da categoria dentro e fora do município, aumento no número de mulheres nos sindicatos seja como associada ou como dirigente, maior número de mulheres acessando créditos como o PRONAF mulher e PRONAF Jovem.

A Marcha das Margaridas tem sido relatada com uma mobilização importante organizadas pelas mulheres que entrou na pauta do movimento sindical. Os preparativos para este evento de caráter nacional, segundo uma dirigente (Entrevista 9) é considerado como uma “injeção de ânimo” para a organização das mulheres. Pude vivenciar a mobilização das trabalhadoras rurais na I Plenária Estadual de Trabalhadoras Rurais da FETAGRI (FOTO 1) realizada em 2003, em

preparação para a Segunda Marcha das Margaridas em Brasília do mesmo ano. Em torno de duzentas mulheres de diferentes municípios estiveram presentes em Belém construindo uma pré-pauta de reivindicações que se concentravam em temas: meio ambiente, geração de renda, reforma agrária, saúde, violência contra às mulheres, Previdência, Organização sindical, educação entre outros.



Foto 1 II Plenária de Trabalhadoras Rurais da FETAGRI em Belém em 2003 (arquivos FEAGRI cedida a autora).

Na primeira Marcha das Margaridas em 2000, o Pará foi representando por 150 mulheres de vários municípios do Estado. Em 2003, na segunda Marcha, a representação aumentou para em torno de 1000 mulheres paraenses.



Foto 2 Participação das trabalhadoras Rurais na II Marcha das Margaridas em Brasília, em agosto de 2003 (arquivos da FETAGRI cedida a autora).

As dirigentes ressaltaram temas que têm aparecido nas agendas sindicais: demandas visando potencializar as trabalhadoras rurais em grupo de geração de renda, questões sobre saúde, ações ao combate a violência contra as mulheres.

O reflexo dessas demandas são observadas em ações em curso. Pode citar como exemplo o projeto de formação de multiplicadoras (es) em gênero, saúde e direitos sexuais e reprodutivos da CONTAG, conduzidos pela FETAGRI e entidades parceiras no Estado do Pará, realizado em Mãe do Rio, Ipixuna, Irituia, Ourém, Salinópolis, Viseu, Santa Luzia do Pará e São Domingos do Capim no Nordeste Paraense.

Fruto dessa nova dinâmica pode ser exemplificado na ocorrência de uma articulação de grupos de mulheres envolvidas com geração de renda, processo encabeçado por instituições⁶⁶ de apoio aos trabalhadores (as) rurais na região, em conjunto com a FETAGRI, esta ação tem

⁶⁶ Grupo de Assessoria em Agroecologia da Amazônia - GTNA, FASE e MMNEPA.

possibilitado o envolvimento de alguns grupos de mulheres na região (GOMES e AMARAL, 2005).

É percebido por duas diretoras que no nível nacional e estadual tem se conseguido um respeito por parte dos dirigentes na divisão da fala. Boni (2004) nos lembra que “o falar estar associado a idéia de poder”.

[...] Eu acho que o movimento sindical, no final da década de 80 pra década de 90 pra agora, mudou muita coisa. Mudou do ponto de vista do respeito interno, né?. Um exemplo muito claro, virou uma cultura, espaço público importante fala, se tem duas falas da CONTAG e a fala política do presidente e a fala da coordenadora de Mulheres, são as duas figuras mais importante [...] os dirigentes incorporaram na sua fala política, a necessidade de construção de um projeto de inclusão das mulheres e tal e tal de mulheres e jovens; e isso eu acho, eu percebo nas minhas andanças, que é incorporado na fala de muitos dirigentes [...] tipo assim, eles se sentem, eu não diriam que são obrigados, eles se sentem no contexto político que se eles não fizerem isso, eles vão estar fora...sabe? eles vão estar deslocados do que a realidade impôs e alterou que foi a nossa organização, sabe? [...] Eu acho que o movimento sindical alterou muito, acho que é muito visível isso, até porque quem não faz isso paga um preço muito que é o poder organizativo das mulheres, a nossa presença e isso alterou profundamente; a nossa presença nos lugares ela faz uma grande diferença, ela mudou o rumo do movimento sindical rural [...] a nossa força de organização, a nossa presença política [...] a marcha que nós já fizemos, isso se transforma numa força política, entendeu? alterou profundamente, alterou a pauta do movimento sindical, alterou a prática sindical. (Entrevista Dirigente sindical mulher).

O sentimento de reconhecimento de presença da mulher no STR feito pelas militantes é enfático.

[...] Olha, eu poderia te dar um exemplo, tipo assim a representação da FETAGRI em alguns fóruns, em alguns espaços, que hoje ela não é decidida e medida que tem que ser o presidente ou que tem que ser o fulano que tá mais tempo. Ela se dá pela questão, principalmente a gente respeita muito, da relação com a área [...] então se é algo ligado área de política agrícola, se eu não puder ir, vai outro dirigente. Então não tem mais aquela coisa se o fulano não é da área e tal, tem que ser o presidente. A gente conseguiu superar e tem essa coisa que quem contribui aqui ali, né? [...] (Entrevista 2 Dirigente sindical mulher).

A diluição da figura do presidente e o fortalecimento da direção colegiada proposta desde a gestão assumida em 1987 ganha, nas mulheres, um acréscimo, como pode verificar no discurso acima.

A divisão do poder, não necessariamente, tem sido praticada cotidianamente em todos os sindicatos como se observa nos depoimentos abaixo:

[...] Nas Assembléias faz o seguinte, a gente baixa um edital, a gente até tá mudando mais por causa dos recursos a gente tá se deslocando para as comunidades e nessa as assembléias quem faz a abertura é o presidente, e sempre todo mundo pode falar de acordo com a sua necessidade. Da direção normalmente o presidente faz abertura, o secretario e tesoureiro, são os que têm mais conhecimento básico do sindicato [...] (Entrevista dirigente sindical homem).

No sindicato de Salinópolis as diretoras relataram que houve mudança nas dinâmicas das reuniões com a presença das mulheres nas direções.

[...] Alterou assim, principalmente, a organização das Assembléias por conta da atuação feminina, a participação das assembléias; a questão de horário, nós somos rigorosas nos nossos horários, o pessoal já até conhece essa marca, a reunião dos sindicatos, o pessoal diz que tem que chegar no horário certo, que aquelas mulheres gostam de cumprir, sabe?; é.é. reuniões participativas, com hora para começar hora para terminar; pauta determinada, não fugir dos assuntos, entendeu? Para não ficar uma reunião cansativa, para que as pessoas tenham o prazer de participar das reuniões entendeu? Fazemos o planejamento de oficinas, daquilo que a gente discute, por exemplo nós trabalhamos o viveiro de muda, queríamos fazer uma transformação com a questão ambiental de reflorestamento, trabalhamos isso, conseguimos planejar e trabalhar isso com o projeto do Ministério do meio ambiente e hoje a gente incorporou o mogno aqui nesse município que era totalmente desconhecido. A pontualidade sabe?, a responsabilidade mesmo, eu acho que mulher tem um meio quando ela assume e isso muda, muda, muda até a maneira dos homens pensarem, sabe? . E os temas também , né? porque nas reuniões a gente incorpora outros temas.[...] (Entrevista

Foi observado por esta sócia do sindicato que as mulheres enquanto dirigentes do sindicato, conseguem atrair mais mulheres para participar da organização.

[...] eu acho que a gente tem mais um “jeito” de buscar um objetivo no sindicato quando as mulheres na direção do sindicato [...] a gente tem menos vergonha de falar com elas de com os homens, às vezes os homens são muito trancados nesse ponto. [...] eu percebo que as mulheres conseguiram chamar mais mulheres pro sindicato, eu observo que tem mais mulher participando hoje em dia [...] (Entrevista X sócia do sindicato)⁶⁷.

Observando por um outro ângulo, percebo que na medida que há um maior números de mulheres podem possibilitar condições favoráveis ao atendimento de suas demanda. Delgado (1998) se referindo a contribuição da instalação da cota e de outras iniciativas que buscam

⁶⁷ Sócia do sindicato de Salinópolis.

corrigir o desequilíbrio de participação entre os gêneros. Com uma maior presença das trabalhadoras tem permitido incluir medidas para viabilizar sua presença, pois o cotidiano das mulheres e dos obstáculos à sua integração à vida sindical fica mais evidente onde há maior número delas do que onde são apenas uma ou duas.

A contribuição feminina está em andamento e deverá ser reconhecida e melhorada ao longo da história das organizações. Por enquanto está em curso o engajamento crescente das mulheres nos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As informações apresentadas mostram que houve alteração na estrutura sindical nos últimos trinta anos, evidenciando uma quebra dos papéis tradicionais da cultura sexista. Nesta alteração é percebido o crescimento concreto do número de mulheres nas instâncias diretivas, no quadro de associados aos sindicatos ligados a FETAGRI e nos eventos sindicais.

Verifica-se que, na sua maioria, encontram-se em cargos de menor importância na hierarquia das estruturas sindicais, embora tenham criados instâncias que dão vazão aos problemas da relação de gênero, ao bloqueio imposto ou às dificuldades criadas para a expressão do gênero feminino.

Os cargos ocupados por mulheres com maior frequência são: Secretária de Mulheres e Jovens, Secretária de Políticas Sociais e Secretária de Organização e Formação. Sua participação ainda é vista por muitos como “estranha” e às vezes “ameaçadora” sobretudo nos cargos de presidência. Com o deslocamento de mulheres do espaço doméstico, simbolicamente aqui representado pelo jirau, para atuar nos sindicatos, considerados como espaço público (geral), tem oportunizado trazer elementos para o movimento sindical refletir sobre este aspecto, além de trazer a vivência de novas experiências para os (as) dirigentes.

Nesta pesquisa identificou-se, por exemplo, que a maioria das mulheres, permanece como as principais responsáveis pelo trabalho de casa, sobrecarregando sua jornada de trabalho. Isso tem sido um importante impeditivo das mulheres se engajarem no sindicalismo de forma permanente e organizada, ainda que algumas contem com o apoio do marido e das (os) filhas (os) maiores, o que já é um avanço na democratização das atividades no lar.

As viagens, reuniões, encontros, seminários que fazem parte da agendas sindicais lhes deixam pouco tempo para a família acarretando-lhe um sentimento de culpa, principalmente para

aquelas que tem filhos menores. Por outro lado, as dirigentes tem tido oportunidades de viajar, participar de eventos lhes proporcionando, lazer, auto-estima, crescimento pessoal, contribuindo para sua ação política e a refletir sobre seus papéis de mãe, esposa, responsável pelas tarefas de casa, bem como .

Neste sentido é preciso garantir as propostas nos Congressos da categoria que dizem respeito a viabilização para uma maior participação das mulheres a exemplo da presença de creches nos eventos sindicais para as mulheres que tem filhos menores; horários compatíveis, às exigências das responsabilidades familiares, nos eventos sindicais (reuniões, congressos entre outros) como já vem acontecendo em alguns sindicatos e no desenvolvimento de atividades que contribuam para o fortalecimento das mulheres e de sensibilização dos homens.

Alguns sinais de avanços puderam ser observados nesta pesquisa em decorrência da organização das mulheres e da presença delas nessa estrutura de poder. Pode-se contar entre os avanços a criação de cotas como indicador e diretriz para a democratização da direção das organizações sindicais. Ainda que a cota em si não resolva o problema da qualidade de participação das mulheres nos STR's, induz à incorporação de pontos de pauta

A partir das entrevistas, ressaltou-se mudança no comportamento dos dirigentes e da dinâmica nas reuniões pelo controle da agenda, na divisão da fala em eventos sindicais. Embora essa democratização não seja comum em todos os sindicatos. Novos temas têm sido trazidos para discussão como: violência contra às mulheres, saúde reprodutiva, capacitação para grupos de geração de renda encabeçados por mulheres. E mais recentemente na pauta das Margaridas como a promoção da agroecologia e segurança alimentar, entre outros. alguns eventos têm sido incorporados nas agendas sindicais como as manifestações do dia Internacional da mulher, de eventos preparatórios para a Marcha das margaridas. Esta, inclusive, tem sido considerada como a maior mobilização das trabalhadoras rurais, representando como um importante mecanismo de

denúncia, de proposição de políticas públicas e um importante espaço de reflexão sobre suas condições na sociedade e de fortalecimento da organização das trabalhadoras rurais.

Evidencia-se que o engajamento das mulheres é um processo em andamento e que deve ter efeitos internos às organizações profissionais e na relação destas entidades com a rede com que se articulam. O tratamento ao público com os sindicatos, as formas de mobilização e manifestações, os pontos de pauta nas discussões e nas negociações devem incorporar as necessidades e demandas criadas pela perspectiva das mulheres. Da mesma forma que está em cursos a entrada formal das mulheres na vida associativa, está em andamento um novo modelo de associativismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, M. N. **Mártires de Abril: O MST semeando a utopia camponesa**. Belém: NEAF/MAFDS, 2004. (Dissertação de Mestrado).

ABRAMOVAY, M. & SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais - CONTAG. In: ROCHA, M. I. .B (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo. Ed. 34. ABEP,NEPO/UNICAMPO e CEDEPLAR/UFGM, 2000. p.347-366

ALVES, B.M. & PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2003 Coleção primeiros passos (primeira reimpressão).

ÁLVARES, M. L. M. Estudos sobre gênero no Pará. In: Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero. In: FERREIRA, M.; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E.F. (org). **Os poderes e os saberes das Mulheres: a construção do gênero**. Salvador, REDOR. EDFMA 2001. 55-83p.

ARAÚJO, H. F. A. As diferentes estratégias de organização para a produção assumidas por mulheres quebradeiras de coco, na denominada microrregião de Imperatriz. In: **Economia do Babaçu: Levantamento Preliminar dos dados**. . São Luis, MIQCB, 2000. 175-213p.

ARAÚJO, A. M. C & FERREIRA, V. C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, M. I. .B (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. 2000. São Paulo. Ed. 34. ABEP,NEPO/UNICAMPO e CEDEPLAR/UFGM. p.309-346.

ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Rio de Janeiro: UFRJ/ CPDA. 2007 (Tese de Doutorado).

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo. Editora da UNESP, Fundação Konrad, 2001. 188p.

BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero e sindicalistas rurais –Chapecó/SC. In: AUED, B. W. e PAULILO, M. I. S. (org.). **Agricultura Familiar**. Florianópolis. Editora Insular. 2004. p. 71-88.

BORDALO, C. A. **Sindicatos rurais e movimentos sociais: duas tradições na luta pela Representação política das trabalhadoras rurais (S/D)**. Disponível: em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundogepal/CAROLINE%20ARA%20DAJO%20BORDALO.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2007.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS. Natal, 2003. 17p.

CAPPELLIN, P. Ações afirmativas: uma estratégia para corrigir as desigualdades entre homens e mulheres. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA DA CUT. 1998. São Paulo. Central única dos Trabalhadores – CUT. 63 -75p.

CASTRO, E. & RODRIGUES, G. As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental. Rio Xingu, Amazônia, Brasil. Rio de Janeiro. ASC, REBRIP, IGTN. Fundação Böell, 2004. 116p.

CASTRO, E. In: SIMONIAN, L. **Mulheres da Floresta Amazônica**: entre o trabalho e a cultura. Belém, NAEA, UFPA, 2001. 17-21p.

CHAZEL, FRANÇOIS. Movimentos Sociais. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. tradução de Tereza Curvelo. Rio de Janeiro, 1995. 213-344p.

CONCEIÇÃO, M.F.C. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária no Nordeste Paraense. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M.C. (org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém, EDUFPA. 2002. p. 133–169.

COSTA, A. A. A. O movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. v. 5. n. 2. 2005. p. 9-35. Disponível: em: <http://www.portalfeminista.org.br/GEN/PDF/v5n2/Costa>. Acesso em: mai. 2006.

COSTA, F.A. Políticas Públicas e Dinâmica Agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, L.R E COSTA, F.A.C. **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília. Brasília Jurídica., 2000. 63-107p.

DARON, V. L.; KRÖTH, S.; RÜBENICH, L. Mulheres trabalhadoras rurais analisando a realidade e propondo alternativas para avançar na organização de políticas públicas para as mulheres. AMNTR, 2003.

DELGADO, M. B. G. Mais mulheres na Direção da CUT. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE A MULHER TRABALHADORA DA CUT. 1998. São Paulo. Central única dos Trabalhadores – CUT. 49 -58p.

DEERE, C. D. Que diferença faz o gênero das pessoas? Repensando os estudos sobre campesinato. In: **Revista Feminista Econômica**. Departamento de Economia, Universidade de Massachusetts, 2001.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Tradução de Beatriz Weidenbach. **Revista Feminista**, Florianópolis, 2004. vol.12, no.1, p.175-204. Título original: Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-026X.> .Acessado em: 16 fev. 2006.

FARIA, N. & NOBRE, M. **Gênero e Desigualdade**. São Paulo. SOF, 1997.

FARIA, N. Gênero e Políticas Públicas: uma breve abordagem das relações de gênero. In: NOBRE, M.; FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. **Feminismo e Luta das Mulheres**: análise e debate. São Paulo. SOF, 2005. p. 31-40.

FARIAS, M. D.M. Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: FERREIRA, M.; ÁLVARES, M. L. M.; SANTOS, E. F. (org). **Os poderes e os saberes das Mulheres**: a construção do gênero. REDOR. Salvador. EDFMA, 2001. p. 145-165.

FREIRE, A. G.; MELO, M.N.; SILVA, F.S. e SILVA, E. No arredor de casa, os animais de terreiro. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Criação de pequenos animais. – LEIA Brasil, Vol. 2, Nº 4; dezembro, 2005.

GALLAZZI, A. M. R. “Também temos direito na luta”: a organização das mulheres no Município de Afuá (PA). In: Tributo às mulheres Trabalhadoras no Campo, seus filhos, sua luta. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária- ABRA**, Vol. 21, Nº 2; maio/agosto, 1991. 49p-62p.

GIULANI, P. C. Os movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Editoras Contexto e UNESP. 2004. p.640 - 667.

GOMES, D. M e AMARAL, W.R.S. **Empreendimentos de Mulheres Rurais da Amazônia**: articulação e caracterização das iniciativas. Belém GTNA, 2005.. 32p.

GOUVEIA, T. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras. In: Relatório 2003 : **populações pobres versus mercado**. Rio de janeiro, Observatório da Cidadania, nº 7.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no Sudeste do Pará. Belém, Pará: UFPA/NAEA, 2001. 169p.

GUERRA, G. A. D. & MARIN, R. E. A. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais: o caso do Pará. **Cadernos do CEAS**. Salvador, 126. março./abril. 1990.

GUERRA, G. A. D. Sindicatos Patronais *versus* Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Pará. Belém, UFPA/NAEA, 1999. 16p. **Paper NAEA**.

GUERRA, G. A. D. **Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Pará**: uma contribuição à História de sua organização. s/d. (Mimeo).

HEBETTE, J. **O Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais na Micro –Região de Marabá**. Março, 1997. (Mimeo)

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: **O progresso das mulheres no Brasil**. Relatório do Fundo de Desenvolvimento

das Nações Unidas para a mulher - UNIFEM. Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação – CEPIA. Brasília. Fundação Ford, 2006. p. 104-131.

HIRATA, M. F. Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural. In: **Revista Agrícolas : experiências em agroecologia**. Das práticas às Políticas Públicas. – LEIA Brasil, Vol. 3, Nº 1; abril, 2006.

LAVINAS, L. “Produtoras Rurais”: a novidade dos anos 90. In: Tributo às mulheres Trabalhadoras no Campo, seus filhos, sua luta. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, Vol. 21, Nº 2; maio/agosto, 1991. p. 4-9.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense 1991.

MANESCHY, M.C.A.; AQUINO, M.J.S. RIBEIRO, T.G. Perfil sócio-econômico das mulheres do Nordeste Paraense: microrregiões da Bragantina, Salgado e Guamá. Belém. MMNEPA, setembro, 2004. 77p.

MARIN, R. E. A. **Perfil de mulher camponesa no Sudeste do Pará**. Papers do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA. Universidade do Pará. Nº 108. Belém, Pará, 1998.

MARIN, R. E. & GUERRA. G. Trabalhadores Rurais: a cidadania via seguridade social. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA, 1994. Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: UFRGS, CNPq, 1994. p. 30-49

MASCENA, R.C. O atual Modelo de Desenvolvimento e o Impacto na Vida das Mulheres Trabalhadoras Rurais. In: COSTA, A. A.; ÁVILA, M. B.; LIMA, M. E. B.; SOARES, V.; MELLEIRO, W.P. (Org.). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo. CUT, 2002. 131-136p

MEDEIROS, L. S. Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Disponível em http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/Debates_Destaque.asp?Id_Sub_Debate=21. Acesso: 18 agos. 2006.

MIELE, N. Relações de gênero e práticas sindicais: estratégias e perspectivas. In: **Política e Trabalho**. Setembro, 1996 – pp. 104-125.

MIELE, N. Syndicat : une affaire de femme. Etude sur les femmes présidentes de syndicats de travailleurs ruraux de l'Etat de la Paraíba au Brésil. Université de Picardie, Jules Verne, Amiens. 1992. Thèse de doctorat /Sociologie ; dir. OSTROWESTSKI (Sylvia).

MOURÃO, P. L. **As práticas agroecológicas sob a perspectiva de agricultores e agricultoras familiares em Abaetetuba.** Belém: NEAF/MAFDS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

PACHECO, M. E. L. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. In: **Revista Proposta**, p. 30-38, nº 71, fev 1997.

PACHECO, M. E. L. Políticas de reforma Agrária e agricultura familiar: e a equidade de gênero?. **Publicação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC.** Ano 1, nº 2, outubro de 2002.

PACHECO, M. E. L. Dignidade: uma questão de gênero. In: PACHECO (org.). **Linha de Dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania.** Rio de Janeiro, FASE/BSD/Programa Cone sul sustentável. 2005.

PORTELLA, A.P.; GOUVEIA, T. Idéias e dinâmicas para trabalhar com gênero. **SOS corpo, gênero e Cidadania.** Ed. UTE FELDMAN. Recife, 1999. 256p.

PORTELLA, A.P. & CAMURÇA, S. A participação das mulheres no sindicalismo Rural. In: **SOS corpo, gênero e Cidadania,** Recife, 1999. 173-174p.

PORTELLA, A. P; SILVA, C.; FERREIRA, S. **Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar.** Recife. SOS CORPO – Gênero e Cidadania Edições, 2004. 284p.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINA. In: Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília, 2002. 64p.
Disponível em: http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/index.php?cod_pagina=136 . Acesso: 9 abr. 2007.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista de Estudos Feministas.** Vol. 12, nº 2. Florianópolis, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** v. 16, nº2. Porto Alegre, 1990.

SOUSA, R.V. Campesinato na Amazônia: Da subordinação à luta pelo poder. NAEA, Belém, 2002. 211p.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu,** 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso: 14 de mar. 2006.

TURA, L. R. **Perfil dos Delegados Presentes ao III Congresso da FETAGRI.** Documento de contribuição. FETAGRI, Belém, Pará, 1996. (Mimeo)

TURA, L. R. Atores sociais e o suporte institucional dos projetos do FNO-Especial. In: TURA, L.R e COSTA, F.A. **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília Jurídica. Brasília, 2000. 271-321p

TURA, L.R e COSTA, F.A. **Campesinato e Estado na Amazônia**: impactos do FNO no Pará. Brasília. Jurídica Brasília, 2000. 382p.

VIEZZER, M. O problema não está na mulher. **Mulher Tempo**. São Paulo, 1989. Cortez. Série 3. v. 2. 173p.

Documentos Consultados:

CONTAG - VIII Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: avançar na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2001.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. A mulher e o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: trajetória de lutas. Brasília, CONTAG, 2002. 55p.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Cadernos de Textos para Estudos e Debates: Marcha das Margaridas 2003.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Caderno de Textos da 3ª Plenária Nacional de Trabalhadoras Rurais. 23 a 26 de novembro. Brasília, CONTAG, 2004.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **O que é a CONTAG ?**. Disponível: em: < <http://www.contag.org.br> > . Acesso em: 23 abr. 2006.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Caderno de Textos para Estudos e Debates para Marcha das Margaridas, 2007. Brasília, 2007. 56p.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Cadernos de Textos para Estudos e Debates: Marcha das Margaridas 2007.

FETAGRI. Discurso de posse. Belém, 30 de março de 1987.

FETAGRI. Relatório do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Pará. Belém, Colégio Cordeiro de Farias, 23 a 25 de fevereiro de 1990.

FETAGRI. Relatório do II Congresso Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Pará e Amapá. Belém, 1993.

FETAGRI – Relatório da reunião das mulheres do movimento sindical de trabalhadoras rurais. Belém, escola sindical, 9 e 10 de fevereiro de 1996.

FETAGRI – III Congresso da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá . Benevides, 6 a 9 de março de 1996.

FETAGRI – IV Congresso da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá. Belém, 1999.

FETAGRI – I PLENÁRIA ESTADUAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS RUMO À MARCHA. Belém, 14 a 16 de fevereiro de 2003.

FETAGRI – VI Congresso da Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá. Belém, 29 a 31 de abril de 2005.

A N E X O S

Anexo 1



*QUESTIONÁRIO SOBRE A ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES
TRABALHADORAS RURAIS NO MSTTR.*

1- DADOS GERAIS:

Data da entrevista:

Responsável pelo preenchimento do Questionário:

Qual a Regional:

Nome do Sindicato

Endereço:

Município:

Fone:

FAX:

Email:

2- SOBRE A ORGANIZAÇÃO:

1) Data de início do atual mandato da Diretoria:

2) Qual o Total de Filiados do STR?

. Desse Total quanto de Homens ? _____ Quanto de Mulheres? _____

Quantos associados ativos são homens ? : _____

Quantos aposentados são homens? _____

Quantos associados ativos são mulheres ? _____

Quantos aposentados são mulheres? _____

3) Quem é o(a) atual Presidente (a) do STR?: _____

4) Membros da executiva: Homens: _____ Mulheres : _____

5) Suplência: Homens: _____ Mulheres: _____

6) Quais os cargos ocupados na Diretoria Executiva

Por Homens:

Por Mulheres:

3- SOBRE A POLÍTICA DE COTA

A CONTAG em seu 7º Congresso (1998) e a FETAGRI em seu III Congresso, aprovaram em seus estatutos a adoção da cota de no mínimo de 30% de mulheres nas instância de direção do MSTTR. Por entender e reconhecer que esta política é um instrumento que contribui para democratizar as relações de poder entre mulheres e homens e que possa garantir a inserção das mulheres nestes espaços. Pergunta-se:

1) A política de cota de mulheres está incorporada no **estatuto** do Sindicato?

() Sim () Não Se não, qual o motivo? _____

2) No STR está sendo **adotada** a política de cota?

() Sim () Não Se não qual o motivo? _____

3) Quais as **ações** estabelecidas pela Regional e ou STR **para que a cota seja cumprida?**

R:

4- SOBRE A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

1) Qual a forma de organização adotada pelo STR referente as mulheres?

() Secretaria de Mulheres () Comissão de Mulheres () Coordenadoria

() outras _____

2) Quem está à frente na organização das mulheres no STR, tem outras atribuições de outras secretarias?

Nome: _____

Outras atribuições _____

3) É liberada integralmente para o exercício da função⁶⁸?

() Sim () Não

4) Ganha igual aos homens quando é liberada ? (O termo liberada é utilizado quando a dirigente sindical participa de atividades de interesse da entidade e é remunerada).

() Sim () Não

5) Ocupa cargo/ função em outra organização?

() Sim. Qual? _____ () Não

5) Tem assessoria específica para a organização das mulheres nos STR's?

() Sim () Não

6) Faz planejamento das ações? .

() Não

() Sim. De que forma? _____

7) Tem parcerias e alianças como outros movimentos?

() Sim Qual:

() Não

8) Quais as ações prioritárias que estão sendo trabalhadas pela organização das mulheres nos STR?

R:

Anexo 2

Perfil dos entrevistado (as) para a Dissertação

1 Antônia Francisca da Silva Freitas, conhecida como “Antonica”, 65 anos, trabalhadora rural, mãe de nove filhos, viúva. Atualmente ocupa o cargo de presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Maracanã.

2 Rita da Luz Serra, tem 37 anos, casada, mãe de dois filhos, trabalhadora rural. Atualmente reside em Belém e ocupa a vice-presidência da FETAGRI estadual, coordena a Secretaria de Política agrícola e meio ambiente da Federação e representa a FETAGRI no Grupo de Trabalho da Amazônia Marajó – GTA/ Marajó.

3 Antônio de Souza Carvalho, conhecido como “Cajazeiras, reside em Belém, trabalhador rural, 46 anos, casado (união estável) , pai de dois filhos. Ocupou a presidência da FETAGRI no período de 2002 a 2005 . Atualmente é Secretário de Finanças e Administração FETAGRI estadual.

4 Elísio de Souza Torres, 59 anos, casado, pai de nove filhos, trabalhador rural. Ocupa o cargo de presidência do sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Tauá por 18 anos até os dias de hoje.

5 Ângela Conceição Lopes de Jesus, 41 anos, casada (união estável), trabalhadora rural, mãe de duas filhas. Atualmente é presidente do Sindicato de trabalhadores Rurais de Salinas, participa como associada da Associação de Mulheres da Vila de Alto Pindorama a 12 km de Salinas e representante do conselho Diretor do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense MMNEPA em Salinas.

6 Maria Fernanda Costa, 28 anos, trabalhadora rural, grávida de 7 meses, casada. Atualmente é coordenadora da secretaria de mulheres do sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Salinas.

7 Maria da Glória Barros, trabalhadora rural, 47 anos, casada, mãe de quatro filhos, secretária de Políticas Sociais e Formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Salinas, tesoureira do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense -MMNEPA. Coordenadora de venda de uma marca de cosmético na cidade.

8 Raimunda Nonata Alenquer, mais conhecida como “Munda”, residente no município de Salinas, no bairro do Atlântico, casada, trabalhadora rural, 52 anos, foi presidente de uma Associação de mulheres em Ourém. É sócia do sindicato e participa do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense, é vendedora da AVON.

9 Carmen Helena Ferreira Foro, trabalhadora rural, 39 anos, casada (união estável), mãe de quatro filhos, residente em Brasília. Coordenou a Secretaria de mulheres da FETAGRI estadual por dois mandatos: de 1996 a 1999 de 2003 a 2005. Atualmente é coordenadora da Comissão Nacional das Trabalhadoras Rurais da CONTAG e vice-presidente da CUT Nacional.

10 Joana D´arc Corrêa de Oliveira, 38 anos, solteira, mãe de três filhos, trabalhadora rural, secretária de finanças do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santo Antônio do Tauá.

11 Maria Graciete Gomes da Costa, 30 anos, trabalhadora rural, casada (união estável), mãe de dois filhos. presidente do Sindicato de Santa Maria do Pará desde de dezembro de 2005.

12 Risaldo Neves da Silva, 49 anos, casado, pai de três filhos e representante da prefeitura na Agrovila de Iracema, comunidade onde ele mora em Castanhal. É presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Castanhal.

13 Euciana da Costa Gonçalves, trabalhadora rural, 32 anos, casada, mãe de dois filhos. É remanescente de quilombolo. Atualmente reside em Belém, exercendo o cargo de Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura -FETAGRI, coordena a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais e é secretária de Finanças da Fundação do Movimento para o Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT

14 Maria Sanderly dos Santos, trabalhadora rural, 30 anos, união estável não tem filhos. Atualmente assume a vice coordenadoria regional e a secretaria de finanças do sindicato de Ourém.

15 Elza Bernardes de Araújo, trabalhadora rural, 43 anos, casada, mãe de três filhos, reside em Santa Isabel. Atualmente é a coordenadora Regional da Região do Salgado.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
LIDERANÇAS FEMININAS QUE OCUPAM CARGOS NA FETAGRI E STR'S

Data da Entrevista:

Nome do (a) entrevistado(a):

Idade:

Estado Civil:

Quantos filhos morando com vc?

Regional:

Município:

1 Qual a função /cargo que exerce na Organização ?

2 Conte como e quando surgem os questionamentos para a participação das trabalhadoras rurais na direção de sua organização sindical ?

3 Que tipo de política e espaços tem sido adotados pelo STR ou FETAGRI referente às mulheres? Quais os cargos que as mulheres têm ocupado na organização?

4 Quais os assuntos tratados nos espaços que as mulheres têm ocupado?

5 Conte as dificuldades enfrentadas para exercer suas funções na organização no dia a dia levando em consideração também a sua convivência com a família ? De que forma essas dificuldades tem sido solucionadas?

6 Sofre alguma discriminação dentro do movimento sindical por ser mulher? Como ? (exemplifique)

7 Você acha que tem ocorrido algum tipo de mudanças nas relações entre homens e mulheres quando as mulheres ocupam cargos de lideranças na organização? Por quê? Exemplifique.

8 Dê a sua opinião sobre a política de quotas ou outras referentes às mulheres adotada nas estruturas sindicais ?

Cont. Anexo 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA
LIDERANÇAS MASCULINAS QUE OCUPAM CARGOS NA FETAGRI E STR'S

Data da Entrevista:

Nome do (a) entrevistado(a):

Idade:

Estado Civil:

Regional:

Município:

1 Qual a função /cargo exerce na organização ?

2 É feita alguma discussão referente às mulheres na organização sindical. De que forma? Se não, por que?

3 Fale sobre a política de quotas ou outras referentes às mulheres que tem sido adotada pela organização? Quais os cargos que as mulheres têm ocupado na organização?

4 Na sua visão, quais os fatores que interferem no desempenho das mulheres ao ocupar cargos de direção na organização sindical?

5 Como você avalia a participação das mulheres nas estruturas sindicais?